



Universidade Federal do Ceará
Centro de Humanidades
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Eliakim Lucena de Andrade

***“A Rua dos irmãos”*: uma etnografia na prisão**

Fortaleza – Ceará – 2014.

Eliakim Lucena de Andrade

***“A Rua dos irmãos”*: uma etnografia na prisão**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Sociologia. Sob orientação de conteúdo e metodologia da Professora Doutora Júlia Miranda.

Fortaleza – Ceará – 2014.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- A566r Andrade, Eliakim Lucena de.
"A Rua dos irmãos" : uma etnografia na prisão / Eliakim Lucena de Andrade. – 2014.
130 f. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2014.
Área de Concentração: Sociologia da religião e sociologia da violência.
Orientação: Profa. Dra. Júlia Maria Pereira de Miranda Henriques.
1. Prisões – Aspectos religiosos – Igrejas pentecostais – Itaitinga(CE). 2. Prisioneiros – Vida religiosa – Itaitinga(CE). 3. Conflito social – Itaitinga(CE). 4. Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto. I. Título.

CDD 204.4086927098131

Eliakim Lucena de Andrade

***“A Rua dos irmãos”*: uma etnografia na prisão**

Dissertação submetida ao Programa Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Sociologia. Sob orientação de conteúdo e metodologia da Professora Doutora Júlia Miranda.

Aprovada em:/...../.....

Banca examinadora:

Orientadora: Professora Doutora Júlia Miranda
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Doutor Alexandre Fleming Câmara Vale
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Doutor Gledson Ribeiro de Oliveira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

Este trabalho eu ofereço ao meu mestre, professor André Haguette, que ao longo da minha trajetória acadêmica tem me dado força, inspiração e exemplo de vida para que eu continue acreditando que vale a pena lutar. A ele eu dedico essa vitória.

AGRADECIMENTOS

Muitos são os que contribuíram, diretamente ou não, para que este trabalho fosse feito. Contudo, há aqueles que me acompanharam de perto. A todos, meu muito obrigado.

À Natália, minha companheira, por todo amor, carinho e compreensão. Obrigado, minha Flor.

Aos meus pais, meus irmãos e meus sobrinhos, cuja presença em minha vida faz grande diferença.

Aos amigos e colegas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Departamento de Ciências Sociais, que me apoiaram e estiveram sempre presente no dia a dia acadêmico. Em especial, Eliana Coelho que muito me ajudou nesse período.

Aos amigos, Herson, Mariana, Caio, Jô, Marcela, Dedéia, Daniele, Saulo, Valéria, JP, Leo Davi, Carlos Antônio, Francisca, PH, Franklin Augusto, Régis Wendel, João Pedro, Rafael Bruno I, Rafael Bruno II, Levy, João Leite, Jéssica Maria, Felipe, Marcelo Sammet, Nonato Lopes, Vanessa Goara, Bia, Raquel dos Anjos, Débora e Eudênia, tão somente por suas amizades.

Aos amigos, Jorge Luan, Wendell Freitas e Márcio Renato, que leram trabalhos anteriores, relacionados a esta pesquisa, e contribuíram com sugestões riquíssimas para o desenvolvimento da dissertação.

Desde minha ida a Cuiabá, a amiga, Raissa Alexandre, muito me ajudou nas soluções de problemas burocráticos. Desculpe o aperseio, viu?! Muito obrigado, querida!

Ao amigo, Thiago Lessa, pelo estímulo, carinho e disposição na correção deste texto.

À minha orientadora, Júlia Miranda, pela paciência, orientação e apoio inestimável durante a minha trajetória na Pós-Graduação. Frequentemente as coisas não andaram bem, mas a palavra de incentivo, mesmo sem saber, esteve sempre presente. Obrigado, Juh!

Ao professor Leonardo Sá que contribuiu de forma inestimável para meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Meus primeiros passos na prisão foram orientados por seus textos e por conversações cotidianas no Departamento de Ciências Sociais. Infelizmente, os percalços da vida nos fizeram traçar caminhos intelectuais diferentes, contudo, a amizade e o carinho permanecem. Muito obrigado, Leo!

Ao professor Gledson Ribeiro, amigo querido, que muito contribuiu para o desenvolvimento deste texto. Muito obrigado!

Ao professor César Barreira pela participação na qualificação de mestrado.

Ao professor Alexandre Fleming, que aceitou o convite para participar da banca examinadora. Ainda na graduação, Fleming me orientou nos primeiros passos do ofício da pesquisa social, na disciplina *Antropologia da Religião*. Essa experiência foi deveras importante para a continuidade da minha trajetória acadêmica. Agradecido!

O trabalho de campo etnográfico, por mim realizado, não seria nada se não fosse à participação dos presos da Rua A que, desde o princípio, se mostraram solidários ao meu interesse em conhecer a realidade prisional. Meus agradecimentos aos cativos da Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto e meu desejo sincero de vê-los em “*liberdade*” novamente, vivendo uma vida de paz entre os seus.

Este trabalho não seria possível se não fosse à colaboração da administração da CPPL II, representada pelos profissionais de diferentes áreas de atuação. Estou muito agradecido a todos!

À Universidade Federal do Ceará, representada pelos professores, colegas e amigos, que me permitiu conhecer a realidade prisional através da pesquisa de mestrado. Nesse percurso, a bolsa da CAPES foi muito importante. Agradecido!

RESUMO

O esforço que empreendi neste trabalho teve como objetivo geral analisar a presença religiosa pentecostal no interior de uma instituição carcerária. Seu intento foi pensar como se dá o encontro entre as práticas religiosas pentecostais e o cotidiano na prisão a partir do ponto de vista dos internos que são religiosos e dos internos que não são religiosos. Também buscou compreender quais as consequências que esse encontro provoca em termos de mudança de conduta e de construção de uma nova realidade prisional. O campo de experiências escolhido para guiar tal discussão foi a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), mais especificamente, a Vivência A, conhecida também como Rua A ou “a Rua dos irmãos”. Nela “os irmãos da obra” desenvolvem as atividades do Projeto Renascer. A CPPL II é apresentada por meio de uma descrição atenta do espaço físico e das maneiras de fazer cotidianas dos cativos. Além disso, as teias de relações tecidas entre os presos que constituem “a obra” e os encarcerados que estão na Rua A é analisada de forma minuciosa. Por fim, demonstro como os presos da CPPL II demarcam suas regras de proceder a partir da categoria nativa “vacilo” e classificam o sujeito que “vacila” (ou seja, que infringe as regras) como “vacilão”. Cada um dos “vacilos” é associado a possíveis sanções, que se compõe, basicamente, em “vacilo de morte” e “vacilo de 1000°”. A especificidade da Rua A, em relação às prisões e ao restante das Ruas da CPPL II, está na ação dos presos do Projeto Renascer como mediadores de conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Prisão. Pentecostalismo. Conflito.

ABSTRACT

The effort undertaken in this work had as main objective to analyze the Pentecostal religious presence within a prison institution. Its intent was to think how is an encounter between Pentecostal religious practices and daily life in prison from the point of view of the inmates who are religious and inmates who are not religious. We also sought to understand what consequences this meeting causes in terms of behavioral change and building a new prison reality. The field experiments chosen to guide this discussion was the Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), more specifically, the Experience A, also known as The A Street or "The Street of brothers." There "the brothers of the work" develop activities of Projeto Renascer. The CPPL II is presented through a careful description of the physical space and everyday ways-to-do of the inmates. In addition, the webs of relationships woven between the prisoners who makes part of "the work" and who are incarcerated in The A Street is analyzed in detail. Finally, I demonstrate how the prisoners of CPPL II demarcate its rules of proceeding from the native category "vacilo" and classify the subject that "vacila" (ie, who violates the rules) as "vacilão". Each of the "vacilos" is associated with possible sanctions, which consists basically of "vacilo de morte" and "vacilo de 1000°". The specificity of the A Street, related to the prisons and the rest of the Streets of CPPL II, is in the action of the inmates of the Projeto Renascer as conflict mediators.

KEYWORDS: Prison. Pentecostalism. Conflict.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 11

PARTE I – A PRESENÇA RELIGIOSA NAS PRISÕES BRASILEIRAS: A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA, 18

PARTE II – QUANDO O CAMPO É A PRISÃO, 29

I – PRIMEIROS PASSOS, 30

II – DIA DE VISITA, 39

III – GRUPO DIRIGENTE, 42

IV – COMPARTILHAMENTO DE TEMPO, 46

PARTE III – A CPPL II, 48

I – A ARQUITETURA PRISIONAL, 49

II – AS MANEIRAS DE FAZER O COTIDIANO, 54

III – “REGIME DE CADEIA”: A ORDEM DOS PRESOS, 60

IV – “NA TORA”: COMO SE APRENDE NA PRISÃO, 64

PARTE IV – “A RUA DOS IRMÃOS”, 68

I – “A RUA DOS IRMÃOS”, 69

II – A “RUA DOS IRMÃOS” COMO “SEGURO”, 85

III – SOBRE “OBREIROS”, “OVELHAS”, “BODES” & “LOBOS”, 91

IV – CONVERSÃO RELIGIOSA E “O CRENTE CAÔ”, 100

V – PASTOR ELI, 106

PARTE V – “SEM DERRAMENTO DE SANGUE NA PRISÃO”, 111

I – “VACILOS”, PUNIÇÕES & “A FORMAÇÃO”, 112

II – “NA TRANCA”, 117

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 122

BIBLIOGRAFIA, 125

INTRODUÇÃO

O esforço que empreendi neste trabalho teve como objetivo geral analisar a presença religiosa pentecostal no interior de uma instituição carcerária. Seu intento foi pensar como se dá o encontro entre as práticas religiosas pentecostais e o cotidiano na prisão a partir do ponto de vista dos internos que são religiosos e dos internos que não são religiosos. Também buscou compreender quais as consequências que esse encontro provoca em termos de mudança de conduta e de construção de uma nova realidade prisional. O campo de experiências escolhido para guiar tal discussão foi a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), mais especificamente, a Vivência A, conhecida também como Rua A ou “a *Rua dos irmãos*”. Nela “os *irmãos da obra*” desenvolvem as atividades Projeto Renascer (doravante, PR).

A pergunta de partida que orientou esse percurso foi: como é a relação entre presos evangélicos e não evangélicos?

Essa questão teve como finalidade analisar como os internos que integram “a *obra*” exploram um trabalho cotidiano sobre si, sobre os outros e sobre seu entorno. Analisar estes mecanismos requereu focar as formas como os internos da CPPL II são moldados, submetidos a certas rotinas, tornando-os maleáveis e, assim, transformando-os segundo determinados mecanismos e esforços. Deste modo, durante a pesquisa, atentei-me para as relações de poder e dominação que circunscrevem estes mecanismos e para seus efeitos específicos sobre os cada um dos indivíduos que integram essa rede de relações.

A partir da pergunta central, outras indagações conduziram esta pesquisa, a saber, como os presos que são reconhecidos como “os *obreiros*” exercem a disciplina sobre os cativos que estão na Rua A, mas não são religiosos? Como “o *obreiro*” busca conduzir as ações deles? Quais os mecanismos usados pelos “*obreiros*” para fazer funcionar ou para manter os dispositivos de poder no ambiente da CPPL II? De onde provém a legitimidade do discurso da “*obra*”? Como se operam as relações de poder entre a administração prisional, os coordenadores da “*obra*” e os internos? Quais são as linhas de fuga dos diversos atores envolvidos nesta relação de dominação?

Dominação é um exercício de poder. Não é, pura e simplesmente, imposição da vontade, mas uma relação competitiva entre as vontades. Quem tem poder faz valer a sua vontade. Assim, o processo de dominação é a capacidade de impor obediência e aceitação de certa orientação da conduta de vida, que são as margens de ação e as capacidades de atribuir sentido à ação praticada. Segundo Weber, dominação é:

A probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas. Não significa, portanto, toda espécie de possibilidade de exercer 'poder' ou 'influência' sobre outras pessoas. Em cada caso individual, a dominação ('autoridade') assim definida pode basear-se nos mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins. Certo mínimo de vontade de obedecer, isto é, de interesse (externo ou interno) na obediência, faz parte de toda relação autêntica de dominação (2009, p. 139).

No caso da "*Rua dos irmãos*", a religião, enquanto estrutura estruturada e estrutura estruturante de comunicação e conhecimento, tem a função de instrumentalizar a imposição e legitimar uma determinada ordem, contribuindo para afirmar a dominação de um grupo sobre o outro (BOURDIEU, 2010, p. 11). Nas palavras de Bourdieu,

A religião contribui para imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo, e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos (Bourdieu, 2009, p. 33-4).

Nesse entendimento, a religião é um sistema simbólico que ordena o mundo social, revestindo-o com um caráter sagrado, isto é, ela transfigura as "relações sociais em relações sobrenaturais, inscritas na natureza das coisas e portanto justificadas" (BOURDIEU, 2009, p. 33).

A partir dessa base conceitual geral podemos inferir algumas questões específicas sobre o Projeto Renascer, quais sejam: como o preso que está na "*rua dos irmãos*" conduz sua vida, isto é, como ele é dominado? A submissão dos cativos

da Rua A (em relação aos internos do Projeto) é uma ação racional referente a fins? Quais são os motivos dos encarcerados da Rua A em aceitar a dominação dos presos do Projeto, ou seja, esse exercício de poder é eficaz, é legítimo, como afirma Weber? Vale a pena habitar a Rua A?

Ademais, tratou de analisar as concepções religiosas que norteiam “a obra”, bem como, compreender o sentido dado ao termo que nomeia o Projeto (qual seja, “*Renascer*”) e perceber como isso se manifesta nas práticas cotidianas dos presos integrantes. Além disso, analisou as motivações que possibilitaram essa adesão; e, por fim, relatou as vivências e narrativas dos cativos sobre a experiência junto à “obra”. Como eles compreendem e vivenciam essa dupla disciplinarização: uma imposta pelo Estado, representado pela CPPL II, outra aplicada pela religião por meio do PR? O que está por trás da aceitação dessas práticas?

Para tanto, a ferramenta metodológica selecionada foi o método do trabalho de campo etnográfico. Desta feita, parto do pressuposto que a prática etnográfica é constituída por atos cognitivos, isto é, percepção e pensamento; em antropologia: olhar, ouvir e escrever (Oliveira, 2006). É a partir desses pressupostos e orientado por um horizonte conceitual que podemos produzir o conhecimento nas ciências sociais. Assim sendo, por meio de uma investigação que busca fazer dialogar um trabalho de campo sistemático com um aporte teórico selecionado na literatura das ciências sociais, analisei o encontro entre as práticas religiosas e o cotidiano na prisão e os conflitos decorrentes deste embate.

Uma questão surge a partir dessa escolha metodológica e teórica: como confrontar a fala dos internos com os imponderáveis da vida real se o próprio campo não permite uma observação contínua do cotidiano?

Para além da minha relação com o grupo dirigente, que será exposta em outro momento, a solução para esse dilema foi encontrada na própria experiência de campo. As evidências de conflito foram observadas nas situações contingenciais do dia a dia. O silêncio estabelecido entre os presos após a entrada de um dos líderes do PR na cela. A simples negação do tráfego de uma rua a outra. Vestir e retirar a camisa ao sair e ao adentrar na cela, respectivamente. As revistas de mulheres peladas escondidas sob o colchão. O bibliotecário que vende fotografias recortadas

de revistas de mulheres nuas. Esses micros detalhes, que fogem de um olhar não treinado, fazem com que a observação neste espaço seja legítima.

Além das observações *in loco*, realizei *entrevistas abertas* com os internos, no intuito de colher relatos de experiências e depoimentos dos mesmos. Busquei depoimentos das percepções que os internos não participantes da “obra” têm daqueles que participam dela (e vice-versa), no que diz respeito ao comportamento e a mudança de conduta.

Dessa forma, distribuí a pesquisa de campo em duas fases: a primeira voltada à observação etnográfica e as conversações, e a segunda vinculada ao desenvolvimento de entrevistas etnográficas. No entanto, essas fases não estão separadas rigidamente; elas, em diversos momentos da pesquisa, se alternam dinamicamente de acordo com as situações nas quais estive envolvido.

A abordagem que observa os fenômenos sociais a partir da ideia de “figuração” foi uma ferramenta analítica pertinente para a compreensão do campo empírico aqui analisado (Elias, 1994; 2001; 2008). Dessa forma, pensar “figuracionalmente” a prisão é observar os jogos relacionais de interdependência entre as diversas posições ocupadas neste espaço; é enxergar “as coisas tanto a partir da *perspectiva-elas* quanto a partir da *perspectiva-nós*; ela é vista como figuração de outros homens, a respeito dos quais dizemos ‘eles’; ao mesmo tempo, ela é vista da maneira como aqueles homens a viam, como eles viam a si mesmos, quando diziam ‘nós’” (Elias, 2001, p. 80). O termo figuração ou configuração percebe os seres humanos a partir do fluxo contínuo de suas redes de relações interdependentes que limitam ou estimulam a ação. Essa noção foi desenvolvida por Elias no sentido de suprimir a oposição existente entre os conceitos de indivíduo e sociedade (Elias, 2008, p. 140-6). Segundo Elias, “não existe esse abismo entre o indivíduo e a sociedade [...] Os indivíduos formam a sociedade [...] E a sociedade é uma sociedade dos indivíduos” (Elias, 1994, p. 16).

Dessa forma, a sociedade é percebida e constituída de múltiplos grupos, cada qual com seu conjunto próprio de regras. Esses grupos não estão inertes e

distantes um do outro, eles estabelecem entre si relações contínuas de interdependência através de seus membros.

Sabendo disso, Becker (2008) explica que as regras impostas a um grupo, raramente, podem ser atribuídas a outro grupo, por isso, nem todo desvio é um ato criminoso, pois “algumas regras são restritas a grupos específicos”. No interior desses grupos “operam os mesmo tipos de processo de fabricação de regras e detecção dos que as violam” (Becker, 2008, p. 13). Assim, Becker explica que “os grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio”. E continua: “o desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal” (Becker, 2008, p. 22).

A problemática de Becker – “a situação de transgressão da regra e de imposição da regra e os processos pelos quais algumas pessoas vêm a infringir regras, e outros a impô-las” (Becker, 2008, p. 15) – é visivelmente cara para minha pesquisa, no sentido de que estudar a ordem na prisão a partir da imposição e da transgressão (isto é, do desvio) é um método deveras eficaz para compreender a gestão da ordem no interior da CPPL II.

Na parte I deste texto, busco relacionar minhas observações preliminares em campo a um levantamento bibliográfico de pesquisas sobre a relação entre as temáticas religião e prisão. No tópico seguinte, “quando o campo é a prisão”, traço meus primeiro passos no interior deste universo, acompanhados de problematizações referentes ao fazer trabalho de campo na prisão. Trata-se de um esforço de agregar fragmentos díspares de experiências vividas por mim *in loco*.

Na parte III, a Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II) é apresentada por meio de uma descrição atenta do espaço físico e das maneiras de fazer cotidianas neste universo. Neste tópico, a monotonia ressaltada pelo senso comum é deixada de lado, e a dinâmica da vida prisional é analisada a partir das observações e conversações com os cativos.

No sentido de afunilar a pesquisa, para se alcançar à objetividade do conhecimento, na parte IV, apresento “a Rua dos irmãos” e suas singularidades em relação ao restante da CPPL II. A partir dessa descrição, a teia de relações tecida

entre os presos que constituem “a obra” e os cativos que estão na Rua A é analisada de forma minuciosa. Além disso, vem à luz, neste tópico, o conflito entre a “Rua dos irmãos” e a “Babilônia”.

Na última parte, “*sem derramamento de sangue na prisão*”, demonstro como os internos da CPPL II demarcam suas regras de proceder a partir da categoria nativa “*vacilo*” e classificam o sujeito que “*vacila*” (ou seja, que infringe as regras) como “*vacilão*”. Cada um dos “*vacilos*” é associado a possíveis sanções, que se compõe, basicamente, em “*vacilo de morte*” e “*vacilo de 1000º*”. A especificidade da Rua A, em relação às prisões e ao restante das Ruas da CPPL II, está na ação dos presos do Projeto Renascer (“*da obra*”) como mediadores de conflitos.

O desenvolvimento desta pesquisa, as questões e as soluções apresentadas neste texto, seguiram a dinâmica das relações sociais experienciadas em campo. Tal como vê Adorno (1991, p. 5), o objeto sociológico,

Em seu vagar metódico e desinteressado em busca da “verdade”, a investigação envereda por labirintos imprevistos, acabando em terrenos desconhecidos, movediços até, os quais todavia iluminam áreas de pouca visibilidade, atribuindo sentido aquilo que se afigurava à primeira vista marginal, secundário, irrelevante. Desse modo, para as ciências sociais, o recorte teórico-empírico elaborado a priori é tão somente indicativo, pois o objeto vai sendo construído ao longo do processo de investigação. O objeto é, por essa via, o feixe de relações sociais que se descortina ao final, revelando sua unidade e complexidade, não perceptíveis ab initio e que permitem problematizar as evidências, sacudir os hábitos de pensar sempre o mesmo, reinterrogar nossas certezas. Nisto parece residir a especificidade do discurso científico e o lugar da sociologia na sociedade contemporânea

Portanto, durante essa pesquisa de campo etnográfica, aprendi que o trabalho intelectual é consequência das inúmeras experiências vividas ao longo da existência, que o cientista social precisa problematizá-las no intuito de obter resultados proveitosos (Wright Mills, 1972).

**PARTE I – A PRESENÇA RELIGIOSA NO UNIVERSO
CARCERÁRIO: A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA**

Este capítulo dialoga diretamente com as discussões sociológicas e antropológicas sobre a experiência religiosa nas prisões brasileiras, problema amplamente delimitado e debatido a partir dos anos 2000. Cito pelo menos alguns nomes, tidos como pioneiros: em São Paulo, Dias (2005; 2008) e Biondi (2009); no Rio de Janeiro, Quiroga (2005) e Lobo (2005; 2005a); no Rio Grande do Sul, Bicca (2005) e Rodrigues (2005); em Brasília, Vargas (2005; 2005a) e Segato (2005); em Santa Catarina, Scheliga (2005). Os trabalhos desenvolvidos por eles demonstram como o “cumprimento de pena esteve associado com educação moral, trabalho e religião” (Novaes, 2005, p. 7), em especial, a religião de matriz cristã, que, a partir da segunda metade do século XX, se viu potencializada por uma nova fé, qual seja, o protestantismo pentecostal de origem estadunidense¹, cujas características são a crença no batismo e a glossolalia.

Segundo os números do último Censo realizado pelo IBGE em 2010, os evangélicos² foram o segmento religioso que mais cresceu no Brasil no período intercensitário. Em 2000, eles representavam 15,4% da população. Em 2010, chegaram a 22,2%, um aumento de cerca de 16 milhões de pessoas (de 26,2 milhões para 42,3 milhões)³.

Esses números expressam o surgimento de novos atores sociais cuja motivação central em suas relações configura-se em torno das vivências e das práticas religiosas. Dessa forma, a confissão pentecostal, que possui diversas denominações, encontra-se em contínuo movimento de inclusão no universo social contemporâneo, gerando assim, uma transformação nas dinâmicas de poder e

¹ “Quanto à referência da data de estreia do movimento pentecostal nos Estados Unidos, existem divergências entre os estudiosos. Segundo Walter Hollenwager, ‘o ponto de partida mais importante dos movimentos pentecostais e carismáticos foi o reavivamento numa igreja negra de Azusa Street em Los Angeles sob a direção do ecumenista negro William J. Seymour’ no ano de 1906 (Hollenwager *apud* Fernandez, 2001, p. 36). Já Leonildo Silveira Campos expõe que os ‘estudiosos têm considerado os eventos da escola bíblica Betel [localizada na cidade de Topeka, no estado do Kansas] em 1901, o início do pentecostalismo’ (Campos, 2005, p. 102)” (Andrade, 2011, p. 21).

² Segundo Mafra (2001, p. 8), “os seguidores das igrejas reformadas e pentecostalizadas se destacam recorrentemente no campo religiosos por adotarem uma atitude de ‘evangelizadores’, de ‘propagadores e difusores’ de uma leitura da Bíblia centrada no Novo Testamento, daí uma certa adequação entre o termo e a identificação da religiosidade”.

³ Vide <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2170>

pertencimentos do campo religioso brasileiro e nos mais diferentes espaços da vida social, sendo a instituição prisional um deles.

No estado de São Paulo, por exemplo, Dias (2008, p. 62) observa que a média de evangélicos (21,3%), nas prisões, é muito maior que a de adeptos desse segmento na sociedade brasileira (15,4%, segundo Censo do IBGE 2000), ao passo que a média de católicos (54,0%), no universo prisional, é significativamente inferior que a nacional (73,5%)⁴.

Quiroga (2005) observou que o número de instituições religiosas credenciadas nas unidades penais do Estado do Rio de Janeiro cresceu substancialmente no período entre 2000 e 2004. O salto foi de 52 a 98 instituições religiosas divulgando suas crenças no interior das prisões fluminense. No ano 2000, as principais instituições religiosas trabalhando neste espaço eram a Igreja Universal do Reino de Deus (com 23% dos agentes religiosos), a Igreja Batista (20%), as pastorais e algumas entidades católicas (19%), as diferentes Assembleia de Deus (18%), algumas entidades espíritas (8%) e outros agentes religiosos (18%).

Algumas das pesquisas supracitadas rastreiam os motivos dessa maçante presença no interior do espaço prisional brasileiro e registram peculiaridades da interação entre religião e atores que habitam esse universo.

É comum pensar que o cotidiano na prisão é o caos apresentado pelas redes midiáticas. Essa imagem caótica, construída socialmente, está associada a cenas de motins que eclodem no interior do universo prisional: espancamentos, assassinatos, estupros e outras formas de violência, sejam elas físicas ou simbólicas, são narrados de forma espetacular pelos meios de comunicação. Um contínuo *bellum omnium contra omnes*⁵. Há, contudo, uma “sociedade dos cativos” com leis próprias e que funciona paralelamente à disciplina imposta pelo Estado

⁴ Outro ponto que merece destaque, segundo os dados do Censo Penitenciário, é o elevado número dos sem religião (13%) e ateus (20%) nas prisões do estado de São Paulo. Esses dados foram obtidos a partir de uma comparação entre o Censo Penitenciário, realizado em 2002 pela Fundação de Amparo ao Preso (Funap) que abrangeu mais de 58 mil presos do estado de São Paulo, e o Censo realizado pelo IBGE em 2000 (Dias, 2008, p. 62).

⁵ *Bellum omnium contra omnes* é a famosa expressão de Hobbes (1974), que quer dizer "a guerra de todos contra todos". Segundo o pensador inglês, é nesse estado (natural ou pré-social) que a humanidade viverá se não optar por um contrato social, abdicando de certas liberdades em troca de uma convivência pacífica em sociedade.

(Sykes, 1974). De fato, isso não é novo, há todo um código de conduta seguido à risca pelos presos: a não obediência às regras de procedimento pode levar à punição do indivíduo encarcerado (Marques, 2009). Ocorre que, na *Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto* (CPPL II), especificamente na *Rua A*, essa sociedade está organizada por um código de conduta fundamentado numa doutrina orientada por uma cosmologia cristã pentecostal.

De acordo com Geertz (2006), a religião é um “sistema cultural”, constituído de símbolos que organizam e orientam a realidade dos sujeitos. Neste mesmo sentido, Berger (1985) explica que a religião é a fonte legitimadora por excelência: seu papel é construir um universo humanamente significativo que disponibilize legitimidade à ordem do mundo socialmente construído.

Por meio de observações atentas, percebi que os internos adeptos dessa crença, utilizam-na com intuito de instrumentalizar, impor e legitimar uma determinada ordem, contribuindo para afirmar a dominação de um grupo sobre outro. Nesse entendimento, a religião é um sistema simbólico que ordena o mundo social, revestindo-o com um caráter sagrado⁶. Assim, na Rua A da CPPL II, os internos evangélicos pentecostais exercem um controle contínuo sobre os internos não evangélicos a partir de um conjunto de regras que buscam promover posturas, regular gestos, direcionar movimentos e punir comportamentos classificados como desviantes. Portanto, as regras, que serão descritas abaixo, contribuem para o aumento da disciplina na prisão.

Ao que se refere à importância dada ao fator disciplina pelos membros institucionais da prisão, ressalto as análises de Michel Foucault (2008, p. 198), para quem a prisão consiste num “aparelho disciplinar exaustivo”, que tem como finalidade primordial a domesticação dos corpos; ou seja, o papel da prisão é agir sobre os indivíduos encarcerados, transformando-os em sujeitos politicamente

⁶ Nas palavras de Bourdieu, “a religião contribui para imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo, e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmo” (Bourdieu, 2009, p. 33-4).

dóceis e economicamente úteis. Advém dessa concepção e desses objetivos a centralidade da disciplina no discurso oficial da prisão.

Segundo Dias (2008, p. 68), “o discurso da administração prisional tem na disciplina o elemento central para qualificar e legitimar qualquer atividade que aí se realize”. Dessa forma, a ação que incentive “a manutenção da ordem ou estabilidade na prisão é vista de forma positiva, independentemente de seus efeitos reais sobre o pensamento, o comportamento ou a personalidade do preso” (Dias, 2008, p. 68).

Para além do efeito disciplinar sobre os corpos enclausurados, há outros efeitos dessa presença religiosa na prisão? Quais são as características do pentecostalismo que alimenta seu crescimento no interior desse universo? Quais são as vantagens de um preso convertido? Quais são as desvantagens? São perguntas pertinentes, mas que pretendo responder com profundidade em outra oportunidade, pois o espaço limitado permite, apenas, a contextualização do meu objeto; portanto, se faz necessário expô-lo de modo breve. Começemos com a prisão. Quais são as características prisionais que influenciam diretamente o crescimento religioso pentecostal em seu interior?

Segundo Marcos Luiz Bretas (2008), a prisão existe desde a Antiguidade. No entanto, neste período, ela era apenas um meio de assegurar o castigo do preso que seria levado “a morte, a deportação, a tortura, a venda” etc. É somente na Idade Moderna que surge a prisão como forma de “racionalização da pena de restrição da liberdade” (*idem*, p. 12). Tal mecanismo foi criado para satisfazer os interesses da sociedade burguesa, não mais interessada nos modos de punir típico do antigo regime.

Em uma análise genealógica sobre os métodos punitivos adotados pelo Estado na repressão da violência, Michel Foucault (2008) aponta que no fim do século XVIII e o começo do XIX ocorreram profundas transformações na economia do castigo. Segundo Foucault, o “corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo”, desapareceu (2008, p. 12). O suplício fora trocado pelo caráter essencialmente corretivo da pena, satisfazendo, assim, os interesses da sociedade burguesa, que necessitava de corpos politicamente dóceis e economicamente hábeis para o trabalho.

Dessa forma, a prisão esteve, desde sua origem, ligada a um projeto de correção e transformação dos indivíduos e que deveria ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos (Foucault, 1979, p. 31). No entanto,

O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los mais ainda na criminalidade (1979, p. 131).

No que se refere à prisão no Brasil, é evidente o “fracasso da gestão governamental” que atribui às prisões o papel de punir e recuperar; é perceptível “quanto falta para que os órgãos fiscalizadores” das prisões cumpram seu papel de assegurar que o cárcere seja um ambiente propício para punir e recuperar cidadãos (Novaes, 2005, p. 7).

Segundo Regina Novaes (2005, p. 7), “as prisões se tornaram espaço caracterizados pela ausência de bens materiais – como água, sabonete e papel higiênico; pela ausência de atendimento médico”; e pela marcante presença da violência seja ela física ou simbólica. Ainda sobre essa questão das violações dos direitos dos presos, segundo Bretas (2009, p. 10),

A superpopulação carcerária afronta a condição humana dos detentos, aumenta a insegurança penitenciária, o abuso sexual, o consumo de drogas, diminui as chances de reinserção social do sentenciado, além de contrariar as condições mínimas de exigências dos organismos internacionais.

Em consequência desse descaso, cresce o interesse de organismos dos Direitos Humanos e da sociedade civil que buscam alternativas para reverter esse quadro de carência e violações. Acompanhando este movimento, cresce o interesse de instituições religiosas para com o universo penitenciário (Novaes, 2005, p. 7).

Segundo Edileuza Lobo (2005), a presença religiosa nas prisões brasileiras não é fato inédito. O cumprimento de pena esteve associado, desde o século XIX, com a educação moral, o trabalho e a religião. Naquele período, a assistência religiosa desenvolvida nos presídios era atribuição exclusiva da Igreja Católica. Com o passar dos anos, o processo de secularização do Estado diminuiu a

influência da religião em outras esferas da vida social, contudo, também impulsionou o desenvolvimento de um pluralismo religioso e, conseqüentemente, aproximou a vida carcerária de outras religiões. Dessa forma, cresce o número de grupos e instituições religiosas, principalmente as igrejas pentecostais evangélicas, que se interessam em propagar sua mensagem salvacionista e assistir espiritualmente a população carcerária no Brasil (Lobo, 2005, p. 23).

Segundo Ana Maria Quiroga (2005, p. 13), “é como se as religiões estivessem garantindo ou infundindo na população maior confiabilidade para ocupar espaços e exercer funções civis, em princípio, de responsabilidade de órgãos técnicos ou do próprio aparelho do Estado”.

Segundo Quiroga (2005, p. 13), Já o interesse acadêmico pela realidade prisional brasileira iniciou-se no final da década de 1970, após as influências dos estudos de Michel Foucault e Erving Goffman. O contato de presos políticos e das classes médias com o cotidiano da prisão também contribuiu para o desenvolvimento de análises sobre a questão penitenciária. Além disso, houve um considerável aumento nas reivindicações dos Direitos Humanos em contextos de governos autoritários. Os estudos dessa época, no entanto, não consideravam a religião como elemento constitutivo da vida nas prisões (Quiroga, 2005, p. 13).

Dando continuidade à exposição de Quiroga (2005), na década de 1980, as investigações sociológicas sobre o cotidiano da prisão no Brasil “reconstituíram a trajetória do processo de racionalização da concepção e do tratamento do crime e seus atores”; “analisaram a construção dos sistemas e das políticas penais”, na qual um dos “mecanismos centrais foi a separação e a distinção das concepções religiosas e morais das jurídico-legais”. Ou seja, as investigações partiam do pressuposto de que havia se efetivado o “processo de superação das matrizes histórico-religiosas de nossas leis penais” (Quiroga, 2005, p. 13). Tinham como objeto de preocupação, ainda,

[...] a implementação das políticas públicas penais, a degradação dos equipamentos prisionais e, finalmente, eram quase unânimes na constatação da falência de seus objetivos de recuperação. Muitos deles sinalizavam as crescentes tensões que envolviam (e, ainda hoje, envolvem) o ambiente interno das prisões e os altos índices de reincidências que

acompanhavam (e ainda acompanham) seus egressos (Quiroga, 2005, p. 13).

Contudo, entre os 20 anos que separam essa onda de estudos sociológicos acerca do universo carcerário e os dias de hoje, a “situação da realidade prisional e a presença religiosa nas prisões mudou radicalmente” (Quiroga, 2005, p. 14). A presença e a atuação de facções no interior das diferentes unidades penais, a mudança no perfil dos presos e a visibilidade dos motins e rebeliões são alguns dos fatores que motivaram o processo de aproximação das instituições religiosas com as prisões, ou seja, diante desse quadro ameaçador, as religiões disponibilizam para os prisioneiros conforto espiritual, aglutinação interna e proteção (Quiroga, 2005, p. 14). Neste sentido,

Algumas organizações religiosas estruturadas internamente às prisões têm apresentado uma estrutura de adesão, de compromissos e lealdades a códigos de comportamento, e de submissão a penalidades, extremamente rigorosas, que as aproxima das demais “sociedades dos cativos”. São lidas como ‘facções do Bem’. Entretanto, não há como ignorar que elas operam com dimensões igualmente opressivas sobre aqueles indivíduos que foram por elas convertidos (Quiroga, 2005, p. 20).

No que se refere ao aumento do interesse dos grupos religiosos pela realidade dos presos e essa dimensão opressiva da religião sobre os indivíduos, Quiroga (2005, p. 16) observa, por parte da administração e dos funcionários das prisões,

[...] certa aprovação (e, frequentemente, incentivo) à presença dos agentes religiosos por suas contribuições no apoio social aos presos e pela colaboração no próprio processo de disciplinarização, uma vez que “preso convertido é “preso calmo”.

Camila Caldeira Nunes Dias (2008), em sua pesquisa sobre as posições das lideranças pentecostais evangélicas frente à massa carcerária na Penitenciária I de São Vicente e na Penitenciária do Estado de São Paulo, também observa que a disciplina é o elemento mais citado pela administração, pelos funcionários e internos quando se referem à influência dos grupos religiosos no comportamento dos presos.

Em outro contexto de pesquisa, na Penitenciária Feminina do Distrito Federal, Laura Ordóñez Vargas (2005, p. 33) constatou que a intenção dos grupos religiosos é a evangelização e a conversão religiosa, assim como realizar sua

missão filantrópica. Por outro lado, do ponto de vista das internas, a presença dos grupos religiosos e a aceitação do seu discurso fazem parte de uma estratégia de “adaptação-resistência”. Os grupos proporcionam um suporte emocional, que lhes dão força para suportar o dia a dia na prisão e lhes proporcionam maior facilidade para reinserção social.

Dessa forma, a presença religiosa no universo prisional brasileiro não está ligada apenas ao fator disciplina e ao controle propriamente dito, mas também a uma possibilidade de acesso aos direitos fundamentais que outrora foram relegados a este grupo. Assim, os presos veem na religião uma oportunidade para se diferenciar da massa carcerária e angariar privilégios entre a administração das unidades.

Em uma pesquisa de campo etnográfica cujo universo empírico era a Penitenciária Estadual de Jacuí, localizada no estado do Rio Grande do Sul, Alessandro Bicca (2005) faz uma reflexão sobre a relação entre atos de violência e as justificações atribuídas a essas práticas pelo discurso religioso; além disso, o pesquisador analisa comparativamente no que concerne à constituição e o papel da honra entre detentos não-crentes e crentes. Também em um contexto de pesquisa que envolve prisões do estado do Rio Grande do Sul, Gilse Rodrigues (2005) apresenta, a partir de uma reflexão interacionista, as possibilidades de reorganização das biografias de mulheres reclusas no sistema carcerário a partir das práticas religiosas.

Com um trabalho de campo etnográfico realizado em várias instituições prisionais do estado de São Paulo, Karina Biondi (2008) estuda a construção das noções de justiça e liberdade no ambiente prisional a partir da relação entre o discurso religioso de fundamentação evangélica pentecostal e o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Em uma extensa pesquisa etnográfica realizada no presídio conhecido como “Papuda” (Centro de Internação e Reabilitação do Distrito Federal – CIR), Rita Segato (2005) apresenta o monopólio do discurso das religiões de “superioridade moral”, isto é, as religiões cristãs, em especial, as pentecostais, que fazem uso da “palavra de Deus” para expressar preceitos de culpa, perdão e redenção, em relação às religiões “trágicas”, as religiões de origem africana, principalmente, o candomblé.

Segato expõe que as religiões de superioridade moral “entram no presídio e monopolizam os discursos que permitem a redenção”, impossibilitando outros caminhos para se chegar ao “bem” (2005, p. 42).

Eva Lenita Scheliga (2005) apresenta uma discussão sobre conversão religiosa ao pentecostalismo em duas unidades de segurança máxima do Departamento Penitenciário do Paraná. Scheliga analisa como a “conversão produz uma particular transformação das representações sobre os detentos, alterando relações sociais e fronteiras simbólicas entre os diversos grupos de detentos e funcionários” (2005, p. 57).

Edileuza Lobo (2005), a partir de uma pesquisa qualitativa nas prisões do Rio de Janeiro, analisa um reflexo das transformações ocorridas na sociedade e no campo religioso brasileiro, trata-se da diminuição da influência da Igreja Católica no âmbito do universo prisional e a crescente influência dos evangélicos pentecostais neste ambiente. Em outra pesquisa, Lobo (2005) apresenta uma “análise da atuação dos evangélicos em unidades prisionais do *Complexo Frei Caneca no Rio de Janeiro*” (Lobo, 2005, p. 73).

Ana Maria Quiroga (2005) analisa os significados da presença religiosa nas prisões do Rio de Janeiro a partir de pesquisas estatísticas realizadas pela Coordenação do Serviço Social (SEAP). Ela apresenta uma série de tabelas que apresentam 1) o número de instituições religiosas credenciadas nas unidades penais do estado do Rio de Janeiro; 2) o número de internos e instituições religiosas por unidade penal (nesta tabela a pesquisadora apresenta uma medida de dispersão do número de internos e de instituições entre os anos de 2002 e 2005); 3) o número de agentes religiosos por sexo/unidade penal no ano de 2002; 4) o total de agentes religiosos por sexo em 2002; o total por agentes religiosos nas unidades penais do Rio no ano de 2002. Segundo Quiroga (2005), a presença religiosa nas prisões apresenta uma oportunidade de singularização dos indivíduos, que encontram justificção mítico-religiosa pelos crimes cometidos no passado e, assim, aglutinando-os em uma comunidade de “irmãos”.

Desta forma, compreender a presença dos grupos religiosos na CPPLII passa necessariamente pela análise dos significados atribuídos a essa presença pelos próprios internos, tanto dos integrantes do Projeto Renascer, convertidos ou não à crença pentecostal, como dos internos que se recusam aceitar essa nova forma de viver no espaço prisional.

Como nenhum objeto é construído do nada, pois o ofício da pesquisa, em especial, da pesquisa social se dá a partir de um contínuo diálogo com outros pesquisadores, os estudos acima citados, portanto, servir-me-ão como fonte de inspiração e orientação teórico-metodológica para o desenvolvimento artesanal deste trabalho.

PARTE II – QUANDO O CAMPO É A PRISÃO

I – PRIMEIROS PASSOS

Imagine-se sozinho⁷, numa “instituição total”⁸, cercado por homens condenados pelos mais diversos crimes em sociedade, ou ainda esperando a sentença do júri. Agora, imagine-se olhando para trás e vendo a chave que poderia tirá-lo daquela situação se distanciar aos passos rápidos do agente carcerário que a tinha em mão. Cena difícil de ser imaginada. Todavia, foi o que ocorreu comigo na minha primeira experiência de campo na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto, a CPPL II, localizada em Itaitinga, município da Região Metropolitana de Fortaleza, capital do estado do Ceará.

Para enfatizar essa experiência trago fragmentos do meu diário de campo, que conferem aquilo que Johannes Fabian (2006, p. 510) chama de “compartilhamento do tempo” com os sujeitos pesquisados, isto é, reconhecer que “a investigação empírica fundamenta-se, de modo crucial, não somente em observação e coleta de dados, mas em interação comunicativa”. Assim, concebo este trabalho a partir do esforço de agregar fragmentos díspares de experiências vividas *in loco*, tal como Karina Biondi (2009, p. 11), cuja pesquisa de campo etnográfica é fruto de “experiências diversas, vivenciadas ao longo de seis anos, em várias unidades prisionais” do estado de São Paulo.

O início dessa aventura é mais ou menos assim. Naquele dia, saí de casa relativamente cedo, às 8 horas. O percurso da minha casa a Casa de custódia foi longo e cansativo: embarquei no ônibus Parangaba/Náutico (ou Siqueira/Papicu via 13 de Maio) com destino a Av. Aguanambi. Na Avenida, fiz uso da van Fortaleza/Pacajus, que me conduziu, por meio da BR116, até o Complexo Penitenciário Itaitinga II.

Ao chegar, defino as inúmeras situações que enfrentaria diante da diretoria e dos internos. Uma sensação ambivalente de medo e curiosidade se

⁷ Esse exercício de imaginação inspirou-se na bela *Introdução* do texto etnográfico *Argonautas do Pacífico ocidental*, de Malinowski (1987).

⁸ Segundo Goffman (1974, p. 11), “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

apodera de mim. Uma vontade desenfreada de dar meia volta e correr para a segurança do lar. Não há como voltar. Quer dizer, há, mas esse anseio é constituinte do *métier* sociológico. São ossos do ofício. Eu escolhi esse campo e assim decidi encará-lo. A prisão sempre despertou essa sensação de insegurança; sabia que, mais cedo ou mais tarde, como cientista social que se propõe a tal projeto de pesquisa, enfrentaria essa realidade.

Então, é de se concluir que aproximar-se do outro exige certo esforço físico e reflexivo por parte do cientista social. Físico, pois se faz necessário ultrapassar barreiras e percorrer veredas tortuosas que levam a não se sabe onde, tais caminhos se revelam, muitas vezes, arriscados e sem a mínima condição de segurança para o pesquisador. Portanto, trabalhar sociologicamente a prisão é um “tema perigoso”, para usar um termo caro ao professor e pesquisador César Barreira (1998).

Já o esforço reflexivo tem em vista a busca incansável pela compreensão do outro a partir de suas percepções e pensamentos acerca do mundo natural e social, como orienta Pierre Bourdieu (2010). Além disso, o cientista social, que anseia compreender o outro, deve também perceber o fato social em sua dimensão total, isto é, incluir-se a si próprio na observação, pois é da mesma natureza que o outro (MAUSS, 2003).

Desci do micro-ônibus com vontade de permanecer ainda sob seu abrigo, pois os raios solares intentavam contra qualquer um que ousasse enfrentá-lo. Sucumbi e corri imediatamente até a guarita, cumprimentando os policiais, que montavam a guarda no acesso a Casa. Ali, aguardei alguns minutos antes de subi a pé a rampa que conduz até a custódia. Rampa que as visitas chamam de “*ladeira do sofrimento*”⁹. São 600 metros de asfalto quente e muita poeira, pois, em suas margens, o empreendimento de construção da CPPL IV estava em seus primeiros dias.

⁹ Enquanto referências, como livros e artigos acadêmicos estão dispostos no texto em itálico, referências a ideias e conteúdos estão postos entre aspas, de acordo com a norma da ABNT. Já fala nativa será apresentada em itálico e entre aspas.

Chegando a Custódia, no primeiro contato com as recepcionistas, descobri que o diretor não se encontrava, mas que estava por chegar. Então, decidi esperar. Enquanto isso, tentei conversar com as pessoas que também esperavam o diretor. Receosa e com cara de poucos amigos, uma senhora me disse que estava em busca de uma autorização para visitar seu filho e que só precisava disso para ir-se embora dali. Outra tinha ido à Casa de custódia como acompanhante de um senhor, que visitava o filho. Depois ouvi o ancião comentar: *“teu irmão está doente”*. Ou seja, ela faltou com a verdade diante da minha presença. Mas por quê?

Essa desconfiança, por parte de ambas, pode ser gerada por diferentes motivações, como vergonha ou discrição para conservar a si e ao parente que está preso; afinal, aos olhos da sociedade, uma vez presidiário sempre presidiário. É como se este espaço atribuísse um valor moral depreciativo ao preso e a sua família: mesmo após a conclusão da pena, o *“ex-presos”* sempre será considerado, pela sociedade, como alguém que esteve atrás das grades, como um criminoso que fez algo mau para a coletividade e, possivelmente, repetirá esse erro; como contágio, a família também adquire esse estigma. Talvez assim, não raro, é considerado conveniente omitir seu vínculo com o cativo.

Quando menos esperava, absorto nas tentativas frustrantes de estabelecer um diálogo com essas pessoas, um senhor se aproximou e me entregou um daqueles folhetos religiosos de evangelização. O folheto carregava uma admoestação religiosa, reafirmando a necessidade de ter *“calma”* nos negócios do dia a dia, a esperar sempre pelo *“tempo de Deus”*. Adiantei-me e aproveitei a oportunidade para apresentar-me ao evangelizador e expor minhas pretensões. Feito isso, o evangelizador, cujo nome é Batista¹⁰, apresentou-me, de forma muito solícita, à Isabel, uma moça que trabalha na diretoria do presídio. Na sala dela, iniciei meus primeiros questionamentos sobre o Projeto Renascer, doravante PR.

Isabel revelou-me as primeiras nuances do PR, que serão apresentadas no decorrer deste texto. Após alguns minutos de conversa, ela saiu por um instante

¹⁰ Os nomes dispostos neste trabalho não condizem com a realidade, ele são alusões que o pesquisador faz a personagens da Bíblia. Em *“temas perigosos”* (BARREIRA, 1998, p. 19), devemos reconhecer que *“resguardar a privacidade de nossos informantes”* é apenas uma faceta da questão ética que envolve a pesquisa com grupos humanos (FONSECA, 2008, p. 45).

para resolver algum problema administrativo, deixando-me sozinho com um dos prestadores de serviços gerais da detenção, cujo nome é Abdnego. Perguntei se lá todos são evangélicos, incluindo dirigentes, agentes, terceirizados e presos. Ele respondeu negativamente, afirmando que ele mesmo era da Assembleia de Deus, pois está na condição de “*desviado*” – categoria nativa entre os evangélicos pentecostais, que classifica aqueles que se afastaram da fé e estão distantes da comunidade de irmãos. Ele disse-me que a CPPL II assemelha-se a “*uma verdadeira casa*”, pois “[...] *tudo aqui é diferente. Os presos que estão aqui não querem sair, e os que estão em outras prisões querem ser transferidos para cá [...]*”. Antes de sua saída, pois estava no horário de trabalho, confessou-me que já tinha ficado recluso por dois anos na CPPL I, por isso, sabia, com tanta propriedade, as diferenças entre a CPPL II e outras prisões.

Depois de conversar rapidamente com Abdnego, o diretor adjunto apareceu expondo detalhes do cotidiano dos presos, tais como direitos e deveres. Na chegada do diretor, eu apresentei-me como estudante de ciências sociais, demonstrando minha curiosidade em conhecer os internos participantes da “*obra*”. O diretor convidou-me para almoçar no refeitório da CPPL II. Durante a refeição, ele somente confirmou a fala institucional antedita por Isabel e repetida pelo diretor adjunto. Após o almoço, ele apresentou-me a um agente penitenciário, que me conduziu até as “*Vivências*” – também chamadas de “*Ruas*”, que são os espaços de clausura dos presos.

Autorização cedida pela diretoria, entreguei meus pertences, e a “*raquete*”, dispositivo de segurança que identifica objetos metálicos, percorreu meu corpo em busca de armas ou celulares. “*Levanta os braços! Fica de costas! Levanta os pés! Pronto, tudo limpo!*” Então, um agente me conduziu durante a “*subida*”. No percurso da administração até a Rua A, local em que estão os presos que aderiram à “*doutrina da obra*”. A autorização concedida pela diretoria se dá através da relação de confiança estabelecida com os internos que habitam a Rua A, reconhecidos como “*tranquilos*” e “*não mechem com ninguém*”. Na A, eu posso trafegar “*em paz e segurança*”, pois nada de “*ruim vai acontecer*”. Isso significa que minha presença em outras “*Ruas*” da CPPL II é proibida veementemente, porque os internos da Rua F,

por exemplo, “*são instrumentos do diabo*” que tornam a visita de qualquer pessoa um perigo imenso.

No percurso da administração até a Rua A, deparei-me com um verdadeiro rito de passagem, que, a cada estágio percorrido, me afastava do mundo social e me aproximava mais do interior institucional. Essa etapa de deslocamento do “mundo externo” ao “mundo dos internados” é representada no esquema físico do espaço prisional, que Erving Goffman (1974, p. 16) chama de “tendências de fechamento” constituídas de “portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos”.

Quanto mais eu passava pelos estágios exigidos pela instituição, como portões de aço e revista eletrônica, mais crescia a sensação de perigo real e imaginário. Literalmente, eu estava com medo. Mãos trêmulas e transpirantes, inquietação e ansiedade, respostas do corpo diante da ameaça. Em verdade, as expressões do meu corpo reverberavam os efeitos da imagem externa que a prisão é o lugar de perigo, repleta de sujeitos perigosos, sem sentimentos, uma horda preparada para roubar, matar e destruir. Ora, essa representação, que tenho sobre a prisão, foi construída socialmente e está associada a cenas de motins que eclodem no interior desse universo. Espancamentos, assassinatos, estupros e outras formas de violências sejam elas físicas ou simbólicas são narradas de forma espetacular pelas redes midiáticas.

Em outro esforço de pesquisa, “em um bairro de pobres” da cidade do Rio de Janeiro, Alba Zaluar (1985) faz referência ao medo como consequência da influência que os meios de comunicação exercem sobre o todo social. Trata-se de “um medo construído pela leitura diária dos jornais que *apresentam* os habitantes daquele local como definitivamente perdidos para o convívio social” (Zaluar, 1985, p. 10). Conforme Laura Frade (2008, p. 36), “incorporamos imagens externas sobre as coisas e, mesclando com nossas próprias, formamos imagens individuais que produzem química cerebral, a base de nosso comportamento, nossas ações”. Assim, essas representações sociais situam-se no íntimo da subjetividade, elas associam-se a julgamentos morais e direcionam, em muito, “a construção da percepção da própria realidade e da forma como lidamos com ela [...] Elas estão na base do que

costumamos denominar de crenças. É segundo elas é que norteamos nossas ações” (Frade, 2008, p. 37).

À iminência da “vivência A”, senti-me como um nômade solitário que adentrara em um território desconhecido. Naquele momento eu era o centro das atenções. Observado por alguns dos internos que se encontravam no portão da vivência, percebo que, por alguns instantes, os papéis literalmente trocavam-se. Eu assumira o status de objeto, e eles, de sujeito cognoscente que me analisavam à distância e especulavam diversas questões sobre minha pessoa e o que eu fazia ali. Em verdade, essa relação sujeito/objeto, como premissa da produção do conhecimento, fora ultrapassada há tempos. É válido ressaltar que, nas ciências sociais, o pesquisador e o “nativo” são, ambos, da mesma espécie. “O nativo certamente pensa como o antropólogo; mas, muito provavelmente, ele não pensa como o antropólogo”, explica Viveiros de Castro (2002, p. 119). Dessa forma, concluo que o interno da CPPL II é um objeto de pesquisa especial, diferente dos objetos das ciências naturais – por exemplo, as baleias que não contestam os estudos produzidos, pelos biólogos, sobre elas (DaMatta, 1987, p. 23) –; pelo contrário, ele é um objeto pensante ou um sujeito, e, se “ele é objetivamente um sujeito, então o que ele pensa é um pensamento objetivo, a expressão de um mundo possível, ao mesmo título que o que pensa o antropólogo” (Viveiros de Castro, 2002, p. 119).

De acordo com Berreman (1990, p. 141), o pesquisador “surge diante de seus sujeitos como um intruso desconhecido, geralmente inesperado e frequentemente indesejado. As impressões que estes têm dele determinarão o tipo e a validez dos dados aos quais será capaz de ter acesso e, portanto, o grau de sucesso de seu trabalho”. Eu sabia que o primeiro contato seria crucial para um convívio pacífico em um grupo de interconhecimento, mais cedo ou mais tarde eu teria que me apresentar e expor minhas pretensões. Não demorou muito, pois o agente carcerário, que me conduziu até a vivência, mandara um dos internos chamar o pastor Eli, que era um dos criadores do da “obra” e atualmente estava na frente de todas as atividades religiosas desenvolvidas ali.

Ao sentarmos em cadeiras de plástico dispostas na cela, que funciona como sala de aula, Pastor Eli comentou que não era natural do Ceará, mas sim de Goiás, e que sua mulher o esperava na administração para tratar de alguns assuntos. Antes de sair, ele falou que, antes de iniciar as atividades do PR na CPPL II, alguns presos (trinta, ao todo) buscavam *“um espaço para buscar a Deus”*. Então eles optaram por seguir uma série de regras que os deixavam totalmente submissos a administração do presídio. Segundo o pastor, *“a palavra de Deus manda ser submisso às autoridades”*. Em troca dessa submissão, eles teriam uma *“Rua”* destacada no presídio só para eles, sem o risco característico do universo prisional. E continuou: *“é o Espírito Santo que controla”* tudo na prisão.

Na saída do pastor até a administração, demonstrei interesse em conhecer as vivências e perguntei se haveria outra pessoa que me conduzisse. Ele respondeu-me positivamente, mandando, em seguida, chamar o *“irmão”* Davi, que seria meu guia na prisão.

Enquanto esperava Davi, observava os internos que saíam e entravam da enfermaria, sempre conduzidos pelos agentes. Tuberculose, pneumonia, cólica ou excesso no uso do *crack* são as possíveis causas desse percurso. A maioria tinha o rosto pálido, os olhos cavados e uma expressão profunda de tristeza. Andavam com a cabeça baixa, com os braços para trás, mãos abraçadas como se estivessem algemados, não raro, pés descalços. Deve ser procedimento padrão imposto pelos agentes carcerários aos presos. Há também, mas em menor número, os espancados. Com as idas ao campo eu aprenderia que esses são os *“vacilões”*, que fizeram alguma coisa errada. No *“regime da Babilônia”* é assim: quem *“vacila”* sofre punições severas.

Com a chegada do irmão Davi, um dos internos perguntou se eu era seu irmão. Davi, que até então não me conhecia, retrucou negativamente. Eu me apresentei e disse que estava interessado em conhecer a *“Rua dos irmãos”*. Ele respondeu que já sabia. Sem eu perceber, o pastor passou todos os detalhes da minha presença à pessoa que fora chamar Davi. Dessa forma, só precisaríamos esperar o agente, que saíra por uns instantes. Até isso acontecer, contei-lhe sobre

minhas pretensões ali, e Davi achou tudo muito interessante, afirmando que me ajudaria.

O agente chegou às 14 horas e logo abriu o portão e, trancafiando-me junto aos internos, advertiu: “às 15h15 estarei de volta”. No instante, pensei na loucura que acabara de fazer: passaria uma hora e quinze minutos em um lugar fechado, cercado por concreto e ferro, claustrofóbico, cujos odores nem mesmo Drauzio Varella (1999), que trabalhara tanto tempo na Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), soube definir. O odor, diz ele, “parece [uma] mistura de vários outros: alho frito, pano de chão guardado, suor e um toque de creolina. Embora não possa ser classificado como mau cheiro, é desagradável. Quente e pesado” (VARELLA, 1999, p. 57).

Contudo, decidi que não teria medo, pois minha vontade de ver, ouvir e tocar a realidade cotidiana da prisão era maior, e, assim, a curiosidade fora ocupando o lugar do receio. Passei, portanto, a observar as práticas de sentido dos internos da CPPL II, notando que não havia homens sentados em rodas jogando baralho ou dominó, tal como é registrado nos filmes sobre esse cotidiano; também não visualizei os internos fumando ou fazendo uso de aparelhos celulares, tal como é noticiado continuamente nos programas policiais. Constatei, porém, um número considerável de internos que andavam com Bíblias nas mãos, e grupos que estudavam e conversavam sobre o texto sagrado no espaço dedicado ao banho de sol. No final da Rua A, um aglomerado maior assistia a uma película cuja temática era religiosa. “*Eu já assisti esse filme, Desafiando Gigantes*”, pensei. Trata-se da história de um treinador de um time de futebol americano que passa por problemas sérios em casa e no trabalho; ele descobre, após muitas decepções, que o segredo de tudo está na prática da fé.

Davi foi guiando-me através da Rua, mostrando as celas apertadas compatíveis para seis internos, no máximo. No entanto, é comum celas com dez e até onze presos. Ultrapassando o número máximo, o restante dorme no chão, na “*pista*”.

Davi me apresentou a vários presos que, segundo ele, são importantes para o funcionamento do Projeto. Um deles é MC Levi. Compositor e interprete de rap, que imediatamente cantou para mim uma música cujo título é: *“foi preciso eu renascer para o Senhor me dar vitória”*. Atualmente, Levi não se encontra na CPPL II. Cumpriu sua pena, isto é, no linguajar nativo, *“pagou cadeia”* e *“pegou liberdade”*. Dizem que ele está *“pregando o evangelho de Cristo no mundo”* tal como os sujeitos da pesquisa de Mariana Cortês (2007) – bandidos que viraram pregadores.

II – DOMINGO, DIA DE VISITA FEMININA

Domingo é dia de visita feminina na CPPL II, entretanto, o último sábado do mês é reservado à visita masculina. Em frente ao portão de acesso, um pequeno comércio ambulante supre a demanda alimentícia das visitas. Salgados, bolos, frutas, caldo de carne, água, refrigerantes, sucos etc¹¹. Uma, em especial, funciona como porta volume. A visita paga a taxa de R\$1 real e têm seus pertences assegurados até seu regresso. O trajeto do portão de acesso à prisão é longo, e o sol deixa esse trajeto mais árduo. Não é por acaso que as visitas chamam esse percurso de “*ladeira do sofrimento*”. Em dia de visita, esse caminho é garantido por uma pequena empresa de transporte que trabalha deslocando as visitas do portão de acesso à prisão e vice-versa. Esse serviço, para variar, não é de graça: cobra-se um real das visitas. Paguei a quantia e subi até o presídio numa pequena Kombi, que ia abarrotada de mulheres.

Chegando ao presídio, assustei-me com o tamanho da fila de mulheres, tanto jovens quanto idosas. Companheiras, irmãs e mães de homens que estão privados de liberdade. Mostrei minha autorização a um agente e entrei. Na entrada, observei o ingresso das mulheres na prisão, realizado em três etapas: primeira, a visita entrega a carteirinha na recepção e espera ser chamada. Neste momento, as mulheres ficam do lado de fora, sob um alpendre reservado às visitas.

Segunda, a visita é chamada pelo nome e disposta numa fila indiana. Essa etapa é a mais árdua, pois elas ficam sob o sol esperando a chamada para serem revistadas. Em frente à fila, tocava, sob o sol, a banda dos “*obreiros*”. Um guitarrista, um tecladista e um vocalista. Os três trajados com a farda prisional: camisa branca e calça verde. Após “*os louvores*”, um “*irmão da obra*” profere um pequeno sermão a partir de um trecho bíblico. Enquanto isso, o pastor, líder da “*obra*”, conversa pessoalmente com cada integrante da fila. O pastor também está travestido com a farda prisional.

¹¹ Em Junto e misturado: imanência e transcendência no PCC, Karina Biondi (2009, p.14) descreve detalhadamente as atividades cambistas nos dias de visita.

Terceira, a situação de revista. No interior da Casa, essa etapa é constituída de duas fases. Neste momento, senti aversão com a situação de vexame na qual a visita é submetida¹². A primeira etapa da revista se dá sobre o material. Tudo que as mulheres levam ao presídio é averiguado. Os agentes carcerários rasgam sacolas e vasculham *tuppewares* com refeições a procura de drogas, celulares ou armas. Após a supervisão, há muita sujeira e resto de comida estragada na mesa de revista. A segunda etapa é corporal. Há salas reservadas para este procedimento. A revista é feita por agentes do sexo feminino. Observei a saída de uma mulher, após a revista, e notei que a agente usava uma máscara, também pudera o odor que saía da sala era fétido.

Um agente conduziu-me até a Rua A. Lá chegando, fui recebido com cumprimentos pelos internos. O irmão Davi, meu guia no interior da CPPL, demonstrava bastante animação ao ver-me. Saudou-me fervorosamente com um aperto de mãos e um abraço. Eu pergunto se posso percorrer a Rua, e ele responde positivamente. No percurso, observo um grupo que ocupava o espaço dedicado ao banho de sol; segundo o irmão Davi, esses não recebem visita. Eles ficam conversando ou lendo a Bíblia. Também jogavam “*adedonha*”, mas quando o pastor Eli descobriu que o jogo era apostado, proibiu veementemente a brincadeira. O irmão Davi era um dos que não recebiam visita, mas saiu do banho de sol para me ajudar nesta “*caminhada*”. Os mais jovens e os não casados, que recebem visita, dispuseram colchões na Rua. Eles recebem suas mães na Br. A cela é dedicada à visita íntima. O registro etnográfico de Sá (1996, p. 31) – no qual “um casal, um homem e uma mulher, começou a manter relações sexuais dentro da cela, numa cama ao lado de onde estamos” – é deveras evitado na Rua A da CPPL II. Na “*Rua dos irmãos*” é direito do preso receber “*sua senhora*” no espaço reservado da cela. Quem não recebe visita íntima está proibido de entrar na cela até o fim do dia de visita. Ou fica no banho, caso não tenha visita, ou fica no corredor, assim como sua visita, que, geralmente, é a mãe.

Depois de observar o dia de visita feminina e conversar com alguns dos meus interlocutores, despedi-me e fiquei esperando o agente carcerário abrir a

¹² Karina Biondi (2009, p. 22) registra muito bem esse momento em sua dissertação. Segundo a pesquisadora, nesta etapa, as humilhações são recorrentes.

grade da Rua A. Quando o agente chegou e abriu o portão para a entrada de duas visitas, observei que os prisioneiros que estavam próximos ao portão rapidamente viraram as costas para as mulheres e direcionaram o olhar à parede. Eu fiquei observando essa atitude e a trajetória das mulheres entrando. De repente, Davi toca no meu ombro e me orienta a não olhar, pois *“olhar ou mexer com uma visita é um vacilo sério”*.

Enquanto fixava meus olhos a um ponto fixo na parede, pensei nas palavras de Biondi (2009, p. 23-31) acerca das formas de proceder com a visita: enquanto dar as costas para uma mulher, “em outros ambientes, pode demonstrar falta de respeito, ali era sinal de respeito extremo [...] olhar para a visita de outro preso constitui uma falta grave”.

A partir dessa experiência em campo, passei a proceder de outra forma com as visitas. Antes dessa situação, conversava com elas no intuito de conhecer melhor a realidade prisional, afinal, elas também têm um ponto de vista sobre esse universo; agora, evito olhares e conversas que podem acarretar em possíveis retaliações ou, quiça, alguma mudança na relação com meus interlocutores em campo.

III – O GRUPO DIRIGENTE

A classe dirigente da CPPL II é constituída por um diretor, um diretor adjunto e um quadro de agentes carcerários. Há também uma equipe técnica dividida em médicos, advogados, psicólogos, assistentes sociais e professores. Os terceirizados que trabalham na administração e no refeitório cuidam da limpeza da Casa e da distribuição das refeições aos presos e estão em maior número. A segurança externa da Custódia é realizada por um pequeno grupo de policiais militares. Eles se dividem nas recepções e nas guaritas, que os internos chamam de “*guritas*”.

A prisão é um espaço com tendências de fechamento, como dizia Goffman (1974), para acessar seu interior é necessário aproximar-se da administração da CPPL II¹³. Esse processo de negociação apresentou apenas uma adversidade, a saber, no período de setembro de 2011 a janeiro de 2013, a Casa de custódia teve sua direção trocada três vezes. Nestas situações, compreendia que o trabalho despendido até então estaria perdido, pois o diretor recém-ingresso não permitiria a continuidade da pesquisa. Contudo, havia a presença solícita de Isabel, jovem que trabalha dirigindo os terceirizados da Casa. Desde os meus primeiros passos na CPPL II, ela sempre me ajudou, apresentando-me a cada novo diretor. A partir daí, eu descrevia fielmente meu projeto de pesquisa, reafirmando minhas intenções e apresentando algumas observações, buscando sempre não comprometer meus interlocutores. Os diretores faziam algumas questões, principalmente no que diz respeito à experiência religiosa dos presos, e permitiam minha presença na Rua A.

Essa preocupação com a religião é reflexo da identificação da direção com o protestantismo pentecostal: os diretores nunca esconderam à adesão as congregações pentecostais e defendiam a continuidade e a expansão do Projeto a outras Ruas. Para um deles, o Projeto Renascer é “*a menina dos olhos da Sejus*”,

¹³ Segundo Adorno (1991), há dois caminhos possíveis para acessar a administração de uma prisão, a saber: “trilhar os canais oficiais, pleiteando acesso através de expedientes sempre morosos e com resultados imprevisíveis; ou, explorar relações constituídas no interior do aparelho de Estado, simplificando expedientes burocráticos e viabilizando o acesso em menor período de tempo”.

que transformou a CPPL II em presídio modelo no estado. O diretor, fiel confesso de uma igreja pentecostal, confiou-me que “o *Projeto Renascer saiu do coração de Deus para os corações dos homens*”.

Os agentes carcerários também contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa. Alguns deles expuseram algumas considerações sobre o Projeto e a experiência religiosa na prisão. Em verdade, uma visão bastante cética em relação à real conversão dos internos, expressando o nível de relação entre estes e aqueles.

Por serem os sujeitos que mais se expõem com os presos, logo, mais suscetíveis de retaliações, os agentes desenvolveram alguns artifícios que evitam esse contato poluidor com os internos, por exemplo, estabelecer um diálogo à distância, sempre respondendo sobriamente (às vezes rispidamente) sem dar espaço para revelias. Por outro lado, já observei diálogos entre agentes e internos que visivelmente expressavam respeito recíproco. Assim, a mobilidade social limitada e a grande distância social, ambas apresentadas por Goffman (1974, p. 19) como características essenciais de uma instituição total, aparentemente, não condizem, em partes, com a observação do cotidiano da CPPL II. Lá existe uma rede de relações entre o grupo dirigente e os internos do Projeto Renascer. De fato não há trocas de posições entre os dois grupos, no entanto, há uma série de aproximações, contatos e relações recíprocas entre os dois grupos. Por diversas vezes presenciei internos movimentando-se livremente pelo setor administrativo da prisão. Em outras oportunidades, observei um interno que aproveitou a ausência dos dirigentes e telefonou para sua mãe sem nenhum impedimento. Por outro lado, o tom especial de voz relatado por Goffman (1974), que garante a distância social, é constantemente empregado nos contatos. Observei alguns diálogos entre agentes carcerários e internos, os primeiros sempre falam com a voz imponente mostrando aos segundos que mandam na situação, impondo-os respeito e colocando-os nos seus devidos lugares.

Foram os agentes carcerários que me indicaram as formas de proceder no relacionamento com os presos; por exemplo, “*corte logo toda tentativa de queixo*”, que é um pedido que o preso faz a uma pessoa de fora. Esse pedido pode envolver o transporte de drogas e celulares, o envio e a volta de recados escritos

(“*catataus*”) e outros favores. Os agentes sempre citam o forte apelo emocional da fala dos internos, ressaltando que não devo “*cair no papo deles*”¹⁴.

Como minha intenção aqui não é descrever o perfil dos diretores e dos agentes carcerários e muito menos revelar suas impressões sobre os internos, mas sim relatar as dificuldades (ou facilidades) de acesso aos internos, é necessário expor que tanto o grupo dirigente como os agentes ajudaram de alguma forma para o desenvolvimento desta pesquisa.

Numa situação de pesquisa completamente diferente, o trabalho pioneiro o *Mundo do Crime: a ordem pelo avesso* (2008), de José Ricardo de Ramalho, é referência tanto no que diz respeito ao método de pesquisa etnográfico em prisões, quanto como material de questionamento das ideias até então vigentes sobre esse universo. Contudo, se faz necessário ressaltar um ponto da relação estabelecida entre pesquisador e grupo dirigente que influenciou a coleta de dados na Casa de Detenção de São Paulo. Ramalho (2008, p. 22) ponderou que os agentes carcerários permaneciam junto a ele no decorrer das entrevistas com os presos, “exercendo de fato real controle sobre o que era dito”. Neste ponto ele foi bem claro: “a mim nunca foi dada autonomia para manter com os presos uma relação sem a mediação de um funcionário”. Também pudera, Ramalho realizou esta pesquisa em meados dos anos de 1970, no auge do Estado repressor, período em que o controle era exercido à risca para que nenhuma informação sobre atividades no interior das instituições fossem publicizadas.

Talvez por evidenciar o relativo sucesso da “*obra*” do Projeto Renascer à sociedade – pelo menos no que diz respeito à diminuição da violência no interior da Rua A, pois nas outras Ruas a violência física impera, assim como o uso de drogas

¹⁴ Segundo Adorno (1991, p. 4), “a relação intersubjetiva que se estabelece entre pesquisador e delinqüente, sobretudo aqueles que se encontram em situação de encarceramento, comporta forte dose de apelo emocional. Não é incomum o pesquisador se sentir solidário com o delinqüente. Por detrás de um carreira socializada na delinqüência, em que se sucedem e se combinam crimes violentos de diferentes modalidades – como assaltos, homicídios, seqüestros e estupros –, se descortina um mundo de profundas injustiças, experimentadas por essa ‘forma vergonhosa de pobreza, que é a pobreza de direitos’. Não há como se manter indiferente quando nos colocamos na situação de escuta e nos defrontamos com vidas dilaceradas, submetidas às mais torpes atrocidades e cuja existência é permanentemente negociada”.

e celulares –, minha pesquisa, até então, sempre foi vista entre os diretores e, conseqüentemente, entre os agentes, como uma atividade importante. Dessa forma, depois dos meus esclarecimentos sobre as pretensões analíticas, os diretores garantiam meu acesso aos internos através dos agentes. Nas entrevistas com os internos, por exemplo, os agentes, além de fixarem uma distância relativa para não interferir a atividade, asseguravam que ninguém atrapalhasse o momento, garantido, assim, certa qualidade no colhimento das informações para produção deste texto.

IV – TEMPO COMPARTILHADO E EMPREENDIMENTO MICROPOLÍTICO

Foi, depois de um tempo de pesquisa na CPPL II, que estabeleci aquilo que Fabian chama na prática pesquisa etnográfica como “tempo compartilhado”, isto é, reconhecer que “a investigação empírica fundamenta-se, de modo crucial, não somente em observação e coleta de dados, mas em interação comunicativa” (Fabian, 2006, p. 510), percebendo-me com o papel de mediador entre os internos e a direção. Seja no envio de “*catatau*” – isto é, em recados escritos em pequenos recortes de papéis (ou no recado boca a boca) – aos assistentes sociais da Casa seja na pesquisa de sua atual situação penal, os internos, dia após dia, solicitavam mais minha pessoa.

O envio de “*catatau*” para a sociedade me foi estritamente proibido, mas sempre fiz questão de estabelecer um diálogo, através dos “*catataus*”, entre os internos e a direção, principalmente, às assistentes sociais. Eles costumam pedir ligações à família, assim como os serviços de médicos e advogados. No dia 06 de maio de 2012, após uma manhã intensa de observações na “*Rua dos irmãos*”, Davi me chamou em um canto e me pediu um favor. Ele comentou que há um ano fez um pedido de progressão da pena, mas, não sabia como andava o processo, e aquilo estava deixando-o meio perturbado, impedindo-o inclusive de praticar as atividades religiosas – ele encontra-se afastado das atividades da “*obra*”. Davi era dirigente geral de todas as ruas da prisão e auxiliava o pastor Eli nas resoluções de problemas. Acho que numa escala hierárquica ele era o segundo, ficando atrás somente do pastor. Ele me deu seu nome completo para minha investigação no Fórum. Apesar de não querer “*cortar as forças de ninguém*” (isto é, não ajudar aquele que necessita), comentei sobre minha condição no campo de pesquisa, que não poderia mediar nada entre sociedade e prisão, mas que tentaria ver a situação dele na vara criminal, afinal, ninguém merecer ser privado de saber como anda seu caso.

Os pedidos geralmente são efetuados às assistentes sociais da Casa, que sempre recebem “os *catataus*” e falam que atenderão cada papelzinho, mas são tantos que, não raro, questiono essa eficiência.

Desde minhas primeiras visitas à CPPL II dão livros à biblioteca dos internos, porque acho que a leitura pode transformar a vida desses sujeitos e espero gerar algum impacto sobre eles, tal como William Foote White (2005) sobre um *Underdog*; vê-los como excelentes profissionais em suas respectivas áreas, incluídos em sociedade e gozando dos direitos que até então lhes são tirados. De minha parte, fazer da etnografia um empreendimento micropolítico é uma tentativa não somente de retribuir nessa relação de interesses, que é a relação de pesquisa, mas é também uma forma de produção de conhecimento através de uma intervenção sobre a realidade (SÁ, 2009). Nessa realidade carente e repleta de violações dos direitos se faz necessário buscar alternativas que revertam esse quadro hostil de privações.

PARTE III – A CPPL II

I – A ARQUITETURA PRISIONAL

A prisão não é um espaço neutro, plano, liso. A prisão é um espaço estriado, segmentado, dividido em zonas abertas, visualizáveis, e em zonas fechadas, escuras, impenetráveis. Há regiões de passagem, como os corredores que conectam um lugar a outro; regiões do transitório, como o banho de sol, as quadras esportivas, a enfermaria, o parlatório; e regiões fechadas, como as celas e as “trancas”. É importante ressaltar que essas regiões configuram um espaço maior, que, segundo Goffman (1974), tende ao fechamento, que separa os sujeitos cujas condutas são desviantes, controlando o movimento de seus corpos (Foucault, 2012). No entanto, falar em prisões sem levar em consideração essas zonas de possibilidade de trânsito, por exemplo, é desmerecer a complexidade das relações cotidianas que são vividas nessa instituição.

Atualmente, a rede penitenciária cearense é composta por quatro penitenciárias, dois presídios, duas colônias agrícolas, uma casa de albergado, cinco casas de custódia, dois hospitais e 131 cadeias públicas. A rede tem capacidade para 9.057 detentos, contudo, no Semanal do Efetivo de Presos Existentes nas Unidades Penais do Estado do Ceará, divulgado no último mês de dezembro, demonstra-se que o número de internos na rede é de 17.657, convergindo com a atual situação carcerária do Brasil, na qual há uma população 514.582 pessoas ocupando um espaço com capacidade máxima de 306 mil vagas¹⁵.

Localizado na BR 116, Km 27, no município de Itaitinga, Região Metropolitana de Fortaleza, o Complexo Penitenciário Itaitinga II é constituído por três Casas de Privação Provisória de Liberdade; são as CPPL's II, III e IV¹⁶. Incluindo CPPL I e a CPPL de Caucaia – doravante, “Carrapicho” –, as Casas de

¹⁵ Dados do Infográfico – Brasil atrás das grades (2012). Essa situação de “superlotação, segundo Marcos Bretas (2009), afronta a condição humana dos detentos, aumenta a insegurança penitenciária, o abuso sexual, o consumo de drogas, diminui as chances de reinserção social do sentenciado, além de contrariar as condições mínimas de exigências dos organismos internacionais” (2009, p. 10).

¹⁶ Há também o Complexo Penitenciário Itaitinga I, que é constituído pelo *Hospital Geral* e pelo *Sanatório Penal Professor Otávio Lobo* (HGSPPOL), pelo *Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira 2* (IPPOO 2), pelo *Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes* (IPGSG), e pela *Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Luciano Andrade Lima* (CPPL I).

Custódia foram criadas para encarcerar presos provisórios oriundos das delegacias, que ainda não foram julgados pelos seus crimes. A “provisoriedade” dos presos distingue as CPPL’s dos presídios. Contudo, as Casas estão abarrotadas de presos julgados pelos mais diversos crimes, cujos mais comuns são: tráfico de entorpecentes (art. 33), furto (art. 155), formação de quadrilha (art. 288), receptação (art. 180), porte ilegal de armas (art. 14), roubo (art. 157) e homicídio (art. 121)¹⁷.

A Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II) é relativamente nova, fora inaugurada em 2009, custando 11 milhões de reais aos cofres públicos.

Sua arquitetura inovadora separa os presos da sociedade através de alambrados, que são guarnecidos por oito guaritas externas. Segundo a primeira administradora da Casa, capitã Maria, “*é uma questão de economia, pois sai muito mais caro você construir uma muralha de concreto do que você utilizar os alambrados*”. Porém, essa economia em dinheiro provoca as tentativas de fugas dos internos, que veem a CPPL II como umas das prisões mais fáceis de fugir. Segundo, Jonas,

[...] Essa cadeia aqui é frágil. Ela não é como o IPPS que tem uma muralha, não é como o Carrapicho, que é uma muralha, como Itaitinga I, que também é uma muralha. No meu modo de ver, essa cadeia é frágil, é fácil escapar aqui. Há quase três anos teve um resgate aqui. Não preciso ir tão longe não. Agora, na rua C, o cara veio por fora, atirou nas guaritas, o preso quebra o *cobogó* e passa pela cerca. Já aconteceu aqui duas vezes. Por que aconteceu? Porque é frágil.

Chamado pelos presos de “*cerca de arame farpado*”, o alambrado gera conflito entre os grupos que dirigem a Casa. Enquanto um enfatiza que mantê-lo representa “*uma questão de economia*”, outro reclama da estrutura física da Custódia, que permite maior facilidade para fugas e outros tipos de desvio, por exemplo, a comunicação entre uma Rua e outra através dos *cobogós*, que são entradas de ar das celas. Segundo o diretor-adjunto, os presos fazem o “*trem*” e estabelecem o comércio de armas e drogas entre as Ruas. Os internos também

¹⁷ Quanto aos tipos de delitos e suas frequências, cheguei a essa conclusão após dezenas de entrevistas fechadas, via questionários, realizadas nas atividades do Censo Penitenciário.

ressaltam que a estrutura física da CPPL II facilita as fugas: “*tem preso aí que quebra isso em cinco minutos com uma barra de ferro*”, afirmou um dos presos apontando para os *cobogós*.

Por isso, a Custódia ainda conta com oito guaritas externas, que funcionam como torres de vigilância, que resguardam os limites entre a sociedade e o mundo prisional. Sendo circundadas pelo alambrado (cerca de arame farpado). Entrementes, durante as tentativas de fugas, os presos e os criminosos que estão em sociedade criaram uma estratégia de cobrir as guaritas por uma cortina de balas desferidas pelos que estão de fora enquanto aguardam os presos em fuga.

Além da administração, da enfermaria e quatro salas de aula, a Casa possui seis “*Vivências*”, que também são chamadas de “*Ruas*”, ou “*BR’s*”, são elas: A, B, C, D, E & F. Cada Rua tem 26 celas, chamadas pelos presos de “*casinhas*”. Não por acaso, ao entrar nas celas, eles me recebiam com um “*seja bem-vindo! É aqui que moramos!*”. Cada cela (ou “*casinha*”) uma delas tem capacidade para abrigar seis detentos, possuindo, assim, seis “*pedras*” ou “*comarcas*” de concreto chumbadas com ferro nas paredes; elas servem como camas nas quais os presos acomodam panos e coxões de espuma, deixando-as mais confortáveis. Entrementes, em cada cela, é normal o número de internos ultrapassar a capacidade máxima, obrigando a alguns dormirem na “*pista*”, isto é, no pavimento. Os novatos sempre iniciam sua vida na prisão dormindo no chão. Nas outras Ruas, os “*noiados*”, viciados em drogas, principalmente no *crack*, também dormem na “*pista*”; pois, comumente, em algum momento, na “*fissura*” (vontade) para ficar de “*rock*” (ficar sob o efeito das drogas, muito “*louco*”, para “*ver babau*”), trocam o possível conforto da “*pedra*” por “*pedras*” de *crack*.

Além da superlotação característica desse ambiente, impossibilitando que todos tenham suas “*comarcas*”, algumas celas têm uma “*pedra*” separada para depositar alimentos e outros utensílios de uso diário, como o material para produção do artesanato; geralmente, é a “*comarca*” mais alta, aquela que está, supostamente, livre dos insetos e dos roedores. Essa dispensa não é padrão na cadeia, depende muito de como os presos, em cada “*casinha*”, organizam-se. Na Rua A, por exemplo, grande parte das celas tem uma de suas “*pedras*” separada para armazenar

alimentos e descansar outros apetrechos de uso cotidiano. Na “*casinha*” 1 da Rua A, cela dos líderes evangélicos, há duas “comarcas” separadas, uma para guarnecer os alimentos e outra para dispor os instrumentos musicais. Todavia, nesta cela ninguém dorme na “*pista*”. Ela é a cela que têm menos internos por metro quadrado: são apenas quatro.

No fundo da “*casinha*” há uma latrina, um tanque e um pequeno espaço para o banho. Esse micro espaço é separado das comarcas por uma cortina, garantido maior privacidade na hora da evacuação das necessidades fisiológicas e da assepsia corporal, auxiliada por uma “*cunha*” (pote de plástico), pois não há chuveiro. A “exposição contaminadora”, analisada por Goffman (1974), nas instituições totais¹⁸, é embaçada na CPPL II na medida em que os presos usam panos no sentido de impedir a visualização das celas através das grades, assim como as cortinas nos lavatórios. Numa possível visita de campo, Sá (1996, p. 31) também observou que no canto de cada cela “havia um banheiro improvisado, cercado por panos”.

A água é um item de uso regrado; na Rua A, todas as celas recebem água nas primeiras horas da manhã, entre 6 e 9 horas; após esse período, apenas duas “*casinhas*” tem água durante o resto do dia. É a partir delas que os presos denominados de “*carros pipas*” distribuem água a outras celas. Eles andam de um lado a outro da Rua despejando baldes e baldes com água nos tanques das celas.

Além das “*casinhas*” normais, há dez celas de isolamento – comumente chamadas de “*tranca*” ou “*disciplina*” – que, no total, comportam 20 detentos. Elas são separadas das ruas. O preso indisciplinado, baderneiro que, geralmente, é “*espirrado*” (expulso) das Ruas pelos próprios presos, é jogado lá e fica a mercê da administração. Já ouvi diversas narrativas sobre esse espaço, que é representado como um lugar escuro e sujo; o preso neste sítio tem acesso limitado à água e não

¹⁸ A “exposição contaminadora” é a situação em que a “fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do eu são profanadas”. Segundo Goffman, existe a “violação da reserva de informação quanto ao eu”. Os dormitórios são coletivos, os banheiros não têm portas [...] “As celas de prisão com barras de metal como paredes permitem essa exposição” (1974, p. 31)

recebe visita. No tópico II da Parte V, trarei mais detalhes sobre a tranca e sua utilização pelos “*obreiros*” como uma ferramenta de disciplina dos presos.

Na CPPL II, há também duas quadras nas quais os internos têm momentos dedicados às práticas esportivas. No entanto, o futebol e outros exercícios corporais são praticados em espaços de 20m², entre uma Rua e outra. Nesses lugares é também possível o banho de sol, pois, sendo necessário um maior contingente de agentes para deslocar os presos das Ruas às quadras, esse procedimento não é realizado. Dessa maneira, esses espaços dificilmente são utilizados pelos presos. Em verdade, a aparência das quadras está péssima, parecendo, de fato, que estão abandonadas. Pardais construíram ninhos nas estruturas metálicas dos telhados e, a cada dia, o acúmulo de seus excrementos vertidos no pavimento, afirmam o desuso. Apenas o trabalho de produção das bolas de futebol e basquete, pelos presos, é desenvolvido em uma das quadras. Também já vi um grupo de presos jogando futebol com um profissional da educação física contratado pela Secretária de Justiça do Estado do Ceará (Sejus), mas apenas uma vez. Também houve uma situação de confraternização, na qual a administração entregou certificados para os presos que concluíram um curso de prevenção às drogas. Nesta comemoração, o centro da quadra estava limpo, contudo, toda a sujeira fora entulhada na periferia deste espaço.

II – AS MANEIRAS DE FAZER O COTIDINO NO ESPAÇO PRISIONAL

Descrito o espaço de forma breve, agora, faz-se necessário expor as práticas desenvolvidas nesta instituição disciplinar, isto é, estudar as “maneiras de fazer” cotidianas diante dessa arquitetura de vigilância. Segundo Michel de Certeau (1990, p. 41),

Se é verdade que por toda parte se estende e se precisa a redes da ‘vigilância’, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também ‘minúsculos’ e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que ‘maneiras de fazer’ formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou ‘dominados?’), dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica.

Dessa forma, descreverei os modos de proceder cotidianos perante a disciplina, narrando as práticas comuns e as maneiras de fazer neste espaço fechado, vetado a uma presença estranha, mas que por uma série de circunstâncias me foi permitida a entrada (*Vide* Parte II deste texto). Através dos corredores, no interior das celas, os presos, os protagonistas dessa história, desejam expor seu cotidiano, anseiam por narrar suas artes de fazer, suas antidisciplinas.

Em sua monografia, Leonardo Sá (1996, p. 35) registrou que o cotidiano na prisão é monótono, o dia a dia na prisão é marcado pelos movimentos repetitivos e programados. No entanto, Sá chegou a essa conclusão, embora acertada, sem expor as maneiras de fazer cotidianas diante da disciplina prisional. *As recordações da casa dos mortos* e *as Memórias do cárcere*, clássicos da literatura universal, foram seus suportes empíricos para fundamentar suas conclusões. As experiências vividas por Graciliano Ramos e Fiódor Dostoiévski foram o pano de fundo de sua análise. Não desmerecendo sua reflexão, nem os relatos autobiográficos dos escritores, é observável que a realidade prisional siberiana, em meados do século XIX, e a prisão do intelectual orgânico brasileiro, na primeira metade do século XX, estão aquém do universo penal atual. Em uma etnografia na prisão, seus escritos, talvez, sirvam como um apoio comparativo ou, certamente, como uma inspiração intelectual.

Sobre a circulação de presos no Carandiru, Varella (p. 18) comenta que:

As celas são abertas pela manhã e trancadas no final da tarde. Durante o dia, os presos movimentam-se com liberdade pelo pátio e pelos corredores. Cerca de mil detentos possuem cartões de trânsito para circular entre os pavilhões. São faxineiros, carregadores, carteiros, estafetas, burocratas, gente que conta com a confiança da administração, além daqueles que conseguem por meios ilícitos. Para os funcionários, esse passa-passa torna a cadeia incontrolável, e, se cada pavilhão pudesse ser isolado como unidade autônoma, ficaria mais fácil vigiar.

Assim, para além da monotonia prisional, citada por Sá (1996), há múltiplos modos de fazer o cotidiano na Rua A da CPPL II, tantos que o pesquisador não conseguiria registrá-los. Contudo, como a sociologia é a ciência das regularidades, citarei as artes de fazer cotidianas vividas pelos presos que estão encarcerados na “*Rua dos irmãos*”. É necessário saber que o conhecimento que tenho sobre as outras Ruas da CPPL II foi-me transmitido através de conversações e entrevistas com os cativos dessa prisão, principalmente, os presos que estão na Rua A.

Nas segundas, quartas e sextas a Rua é aberta; assim, os presos acordam, comem e veem televisão, geralmente, um DVD de louvor ou uma pregação evangélica, ou ficam no banho de sol, e, depois, voltam à cela para “*pagar a quentinha*”, isto é, almoçar. Certa vez, em que cheguei muito cedo à Custódia, fiz um lanche na cela, com os presos. Em outras situações, os acompanhei no almoço. Seguem os relatos muito bem registrados no meu diário de campo:

Pão com margarina e queijo muçarela, acompanhado de um copo de ki-suco de maracujá. As refeições dos internos são sempre em excesso. Tupperwares sempre recheados de “baboo” (também conhecido como “baião de dois”, refeição típica da culinária nordestina), copos transbordantes com água ou suco. Enquanto o irmão preparava a refeição, não evitava olhar a falta de higiene. Cortava o pão com as mãos, que não foram lavadas, e dispunha a colher no chão. Como alívio – pois sabia que teria que comer, afinal, não se recusa uma dádiva – recordava o conselho de Sir Flinders Petrie, reproduzido nas palavras de E. Evans Pritchard: “não me preocupar com ter de beber água suja, pois logo se fica imunizado contra ela”. Lanche pronto, o comi rapidamente, finalizando o suco logo em seguida (Trabalho de campo realizado no dia 12 de março de 2013)

Neste ínterim, um interno encostou-se à grade da cela oito e disse: “a quentinha do irmão Eliakim está na cela um”. Ainda surpreso, pois esperava almoçar com os internos da cela oito, agradei. Contudo, alguns minutos

depois, o interno da bateria apareceu com minha marmita. O conteúdo da marmita era “baboo”, macarrão e um pedaço de coxa de frango. Não me apetecia frango naquele momento; perguntei se ele trocava comigo, pois a marmita dele era com carne cozida. Ele respondeu positivamente. Acrescentei à quentinha um pouco de molho de pimenta caseiro e um pouco de tempero Sazon. Ficou bom! (Trabalho de campo realizado no dia 13 de agosto de 2013).

Os presos reclamam porque “*pagam a quentinha*” muito cedo; às vezes, às 10h30m. Eles almoçam prematuramente, jantam antetempo, por volta das 17h, e acabam ficando com fome ainda antes do limiar entre noite e madrugada. Para aqueles que não recebem visita, a situação é mais penosa, pois eles não ganham suprimentos dos familiares e acabam passando algumas horas sem comer nada, dependendo, muitas vezes, dos companheiros de cela.

Apesar disso, alimentar-se, na prisão, é um rito de comensalidade. É estritamente proibido comer sozinho, ou escondido. Todas as refeições são feitas coletivamente. Cada um contribui com o que tem e pode. Ouvi casos de presos que foram punidos com veemência porque tinham consumido uma refeição sem dividir com os companheiros de cela. Outro detalhe: na prisão, não há desperdício. Comida é imprescindível, por isso não pode ser desperdiçada. Apesar disso, o alimento é sempre objeto de reclamações. Eles sempre reclamam da refeição que já chega estragada, ou sem sal etc. A melhoria da alimentação é sempre pauta das reivindicações em casos de rebeliões.

Por outro lado, há presos que guardam suas marmitas, deixando o almoço para depois, para a hora em que a “*fome bater*”. E, nem por isso, eles o comem frio. Na prisão, há uma “*jiriquita*” chamada “*fervedor*”. Trata-se de uma barra de ferro conectada à energia, que é depositado no interior de um latão com 18L d’água. Os presos deitam comida no interior de uma garrafa pet e a mergulham no latão. A comida sai no ponto para ser consumida. Essa técnica também pode ser usada como ferramenta de punição. Os presos, certa vez, narraram o caso de um “*vacilão*” que teve seus membros mergulhados num tanque aquecido por um “*fervedor*”.

As “*jiriquitas*”, também conhecidas como “*gambiarra*”, são invenções que tornam o cotidiano na prisão mais agradável. Um dos meus aprendizados iniciativos

na prisão foi: *“na cadeia a gente vive de improviso”*. Por exemplo, há uma artesanal, porém, complexa, rede de fios que disponibiliza energia a todas as celas; outra *“jiriquita”* é o *“trem”*, fio feito com sacolas plásticas, ligado de uma cela a outra (ou de uma Rua a outra), que faz o transporte de objetos dos mais variados. Certa vez, vi a técnica corporal despendida para conectar um *“trem”* de um ponto a outro. Amarra-se uma chinela numa ponta que, perpassada com a mão através dos *cobogós*, é lançada com força e jeito para o outro lado, onde há outra mão esperando o *“trem”* a ser aparado. Neste aparelho são dispostos os mais variados objetos, mas as drogas são o carro chefe dessa transferência, pode-se dizer que o tráfico de uma rua a outra é mediado pelo *“trem”*.

Aprendido no dia a dia da prisão, o artesanato é prática comum entre os presos, passada dos veteranos aos novatos como uma técnica que mantém os indivíduos ocupados no decorrer dos dias, pois *“mente vazia é oficina do diabo”*. A partir de diferentes materiais, os detentos fazem os mais diversos objetos. Por exemplo, com uma barra de sabonete é possível esculpir pequenos artefatos decorativos. Já com folhas de páginas de revistas, reproduzem itens maiores, como casas de veraneio, caravelas etc. Eles também fazem artesanato com sacolas plásticas, que são, pacientemente, enroladas até ficarem com uma forma cilíndrica tão fina que se assemelha aos canudos de lanchonetes. Certa vez, após o almoço, tirei uma sesta numa rede confeccionada a partir desses canudos de sacolas plásticas.

Na prisão também há uma complexa rede de trocas. Quase tudo pode ser usado como *“projeto”* (moeda) de permuta. Sabonetes, pasta de dentes, ventiladores, colchões, o artesanato produzido durante o dia etc. Há também outras formas de pagamento, que são, a saber, *“pagar na placa”* ou *“na ceda”*. A primeira forma envolve a família ou conhecidos que estão em sociedade, que depositam para um e confirmam para outro o procedimento bancário. Após a confirmação da transferência ou do depósito, a troca é finalizada. A segunda forma é com *“dinheiro vivo”* e também envolve os familiares, pois *“preso não fica com dinheiro na cadeia”*, disse certa vez um dos internos. A quantia fica com os familiares, geralmente, mães ou esposas. Além de ser uma regra delimitada pela administração da Casa, os presos evitam o dinheiro para não despertar o interesse de outros presos, já que “os

presos roubam tremendamente entre si” (Doistoiévski *apud* Sá, 1996, p. 39). Contudo, mostrarei, no próximo tópico, que o “rateio” (furto) entre os presos é menos comum do que afirma o romancista russo, pois há uma norma entre os presos que deve ser seguido à risca, caso contrário, o “rato de cela” (acusado de furto) sofre severas punições da massa de presos.

Há também um mercado ilegal, do crime, que distribui drogas e celulares. Geralmente, a compra da droga ou do celular é feita com dinheiro, que é entregue a um familiar ou alguém próximo do traficante. Não havendo dinheiro, os presos disponibilizam pertences pessoais, que podem ser alimentação, vestuário ou até mesmo o espaço de descanso (a comarca). O limite é quando os viciados pagam seus vícios com os corpos de suas “senhoras”. Não é normal o traficante transar com a “senhora” de outro preso, mas não é impossível acontecer isto. Interessante porque há um tabu sobre o corpo da mulher: não se deve nem olhar para a visita do outro; por isso, nesses casos, o preso viciado, que ofereceu sua companheira, é totalmente desconsiderado pela massa, não raro é espancado e até assassinado, ao passo que o traficante fica ileso. É perceptível que o “regime de cadeia”, que impõe normas de comportamento e aplica punições aos desviantes, não abrange de forma equivalente todos os presos, evidenciando uma rede implícita de relações de poder entre eles.

Na prisão, há uma complexa divisão do trabalho. Na Rua dos irmãos, essa pormenorização é bifurcada em trabalhadores administrativos e religiosos¹⁹. Sobre esta distinção entre trabalho religioso e trabalho administrativo, Moisés explica:

Eu trabalho na obra, mas não no cunho religioso, como eu te falei. Tem a obra de cunho religioso, lembra que eu te falei, e aquelas que são de cunho administrativo. Eu trabalho na parte administrativa da obra. Então, eu tenho os benefícios que qualquer participante da obra tem. Mas eu não sou obreiro deus, nem diácono, nem presbítero ou intercessor²⁰ (Situação de entrevista com Moisés, realizada no dia 05 de março de 2013).

¹⁹ O trabalho religioso será exposto no tópico que analisa “os obreiros” e também quando pondero sobre “a tranca”.

²⁰ Em outra oportunidade, serão expostos os benefícios e os privilégios de quem trabalha na “obra”.

De cunho administrativo, portanto, há “o *secretário*”: função exercida, geralmente, por membros da “*obra*”, é uma espécie de assistente social da prisão, que faz a mediação entre a administração e os presos, através dos agentes carcerários. Há “o *bibliotecário*” e “o *telefonista*”. Eles também trabalham para “a *obra*”. O segundo exerce uma função de extrema confiança, pois, na biblioteca, está disponível uma linha telefônica na qual é possível os presos realizarem ligações para seus familiares.

Incluídos neste trabalho de cunho administrativo, pois não são religiosos, está os indivíduos que desempenham as atividades braçais, como “o *faxina*” que realiza a limpeza cotidiana. Cada cela organiza sua faxina, geralmente, os presos se revezam durante a semana. Para limpar a Rua são selecionados dois ou três internos, que se alternam neste trabalho. Cada cela, em particular, tem seu “*garrafeiro*”, que enche garrafas PET de 2L com água para consumo diário. Só há uma torneira com água filtrada em toda a rua, e o garrafeiro é o interno selecionado para manter as garrafas das celas cheias. Ele trabalha para o PR. Há também os “*carros pipas*”, que distribuem água a outras celas.

III – “REGIME DE CADEIA”

Os presos comentam que viver na prisão não é fácil. “*É sobrevivência mesmo*”. Além do descaso das autoridades, que abandonam os internos a sua própria sorte, com alimentação precária e sem as mínimas condições higiene, os presos ainda precisam mediar o convívio diário entre si, que, frequentemente, é rodeado por tensões e conflitos. Assim, foi necessário desenvolver, entre os internos, uma ordem na prisão que não é orientada exclusivamente pela administração prisional, mas segundo os próprios presos, que controlam o cotidiano nesse espaço. Conforme observa Varella (1999, p. 10),

Em cativeiro, os homens, como os demais grandes primatas (orangotangos, gorilas, chimpanzês e bonobos), criam novas regras de comportamento com o objetivo de preservar a integridade do grupo. Esse processo adaptativo é regido por um código penal não escrito, como na tradição anglo-saxônica, cujas leis são aplicadas com extremo rigor [...].

É uma “ordem ao avesso”, explica Ramalho (1979), que funciona como um conjunto próprio de regras que tem vigência entre os presos e era aplicável por uns sobre os outros. As denominadas “leis da massa”, uma referência ao mundo do crime e aos seus praticantes, regulam a vida no cárcere. Esteja ou não integrado à massa, o preso depois que entra na cadeia permanece sob essas leis.

Contudo, a vivência dessas regras não pressupõe a inexistência da violência no interior deste universo. A vida cotidiana na prisão está carregada de atos violentos, que exprimem estas “leis da massa”.

Se você for à enfermaria tem um monte de casos desses, cara. Você precisa fazer uma entrevista na enfermaria. Tem cara, às vezes, que não vão nem querer falar contigo, mas você ver. Tem um caso de um cara que arrancou o olho do outro porque descobriram que este outro bateu na avó dele. Então, não se deve bater em uma mulher, muito menos numa mulher de idade, então o cara começou a arrancar o olho dele com o copo do presídio, ele quebrou o copo do presídio, começou a arrancar o olho com o copo e terminou com o dedo. Gentil, não é? O outro, num sábado de visita, deu mole, no domingo de visita, deu outro mole, ficar olhando, encarando [...] (Situação de entrevista com Jonas, realizada no dia 04 de março de 2013).

A punição severa é nada mais nada menos que a manifestação da ordem. Punir cruelmente o indivíduo “sem proceder” é demonstrar à massa de presos que o

código é exemplar e impiedoso. Isaías, comentando sobre o IPPS, diz que *“lá, como se diz na linguagem dos presos, é talibã, o negócio é sério, por isso, as regras são severas”*. Isso quer dizer que quanto mais violenta forem as sociabilidades entre os presos no interior deste universo, mais violento será o regime²¹.

Segundo Ramalho (1979), no regime de cadeia há cinco regras do proceder, cujas principais são:

- a) regras que se referiam à vida cotidiana no interior do xadrez; b) regras que se referiam às trocas e circulação de objetos entre os presos em geral;
- c) regras que se referiam à prescrições de solidariedade e ajuda mútua entre os presos em geral; d) regras que referiam às atitudes ‘morais’ dos presos de modo geral; e) finalmente, a regra fundamental: não “caguetar” (Ramalho, 1979, p. 38).

O conjunto de presos, explica Ramalho (1979, p. 37), exige um proceder.

Este “proceder” se compunha de determinadas regras cuja infração acarretava sanções de pesos desiguais. Havia certas infrações que cuja sanção por parte da massa era, em geral, mais branda, e não implicava necessariamente em atitudes drásticas, a não ser no caso de repetições ou desavenças pessoais anteriores.

Em outra pesquisa sobre prisões, no estado de São Paulo, Adalton Marques (2009, p. 15) tenta “compreender as relações complexas entre esse complexo conjunto de regras e condutas – específico, localizado e variável – denominado ‘proceder’”. O “proceder” não é indicado usualmente como uma ação, mas como um atributo, como um substantivo. Nas palavras de Marques (2009, p. 27),

No primeiro caso se diz que um sujeito “tem proceder” ou que “não tem proceder”. No segundo caso se diz “o proceder”. Ao atribuírem ou não “proceder” a um sujeito, as considerações dos prisioneiros ferem-se à sua disposição quanto a um “respeito” específico (o modo de se pedir licença para ficar em uma determinada cela, o modo de se despedir no dia da concessão de liberdade, o modo de se portar durante os dias de visita, o

²¹ Machado da Silva (1999) comenta que a violência urbana seria a representação de uma ordem social em que a violência é usada de maneira mais instrumental, sem referência alguma a moral ou valores, mas como um fim em si mesmo.

modo de utilização do banheiro, a higiene da cela, a higiene pessoal, a escolha de vestimentas etc), quanto a uma “conduta” específica (na vida pregressa à prisão, nos esportes, em relação à religião, no cumprimento de acordos estabelecidos etc) e, enfim, quanto a uma “atitude” específica (para soluções de litígios e para negociações com a administração prisional)

Ainda, segundo Marques (2009, p. 29)

O “proceder” enquanto substantivo, portanto, alcança essa complexa relação entre “respeito”, “conduta” e “atitude”. Já do “proceder” enquanto atributo, de modo diverso, se refere a essa consonância de um sujeito com o “proceder”-substantivo. Um preso nessa condição é considerado “cara de proceder”, ou “sujeito homem”, “ladrão” etc, possuindo, portanto, os requisitos para viver no espaço da prisão denominado “convívio”. No mesmo sentido (enquanto atributo), mas tomando o exemplo contrário, o “proceder” é aquilo que falta ao sujeito que é exilado no espaço carcerário denominado “seguro” ou morto durante um “debate” (p. 28-29).

Já Biondi (2009, p. 2) faz referência à conquista dos espaços prisionais pelo *Primeiro Comando da Capital* (PCC) e a uma relativa pacificação entre os presos, que “aumentaram o número de proibições e interdições em diversas instâncias da vida prisional”. Em suas palavras,

[...] para ser considerado um homem de proceder em cadeias do Comando, não basta seguir o Estatuto do PCC, mas atender a uma vasta lista de orientações, que interfere nos mais sutis gestos, palavras e condutas, que permeiam toda a existência do preso na instituição penal (Biondi, 2009, p. 4).

Assim, o poder nas prisões não se exerce somente de forma descendente pela direção da prisão e tampouco é localizável, tal como pensava Goffman (1974); em outras palavras, não é apenas a relação com a instituição que está em jogo, mas antes de tudo a relação entre os presos.

Este tópico contribuiu para apresentar ao leitor o “*regime de cadeia*”, que percorre todo o texto, principalmente no que diz respeito ao conflito existente entre o “*regime*” e a “*doutrina*” do Projeto Renascer. No último capítulo deste trabalho, demonstro como os internos da CPPL II demarcam suas regras de proceder a partir da categoria nativa “*vacilo*” e classificam o sujeito que “*vacila*” (ou seja, que infringe as regras) como “*vacilão*”. Cada um dos “*vacilos*” é associado a possíveis sanções, que se compõe, basicamente, em “*vacilo de morte*” e “*vacilo de 1000º*”. A

especificidade da Rua A, em relação às prisões e ao restante das Ruas da CPPL II, está na ação dos presos da “*obra*” como mediadores de conflitos.

IV – “NA TORA”

É próprio, da natureza humana, construir um mundo material e simbólico. Então, era de se imaginar, como foi demonstrado acima, que os presos construiriam um mundo para si, expresso, no tópico anterior, nas maneiras de fazer cotidianas e nas regras postas pelo “*regime de cadeia*”, que se referem a exteriorizações que os ajudam a passar por este processo de punição de forma mais organizada.

Para conduzir a vida diária na prisão é preciso conhecer estas regras. Às vezes, estas normas, que orientam o cotidiano entre as grades, não são conhecidas no mundo crime, isto é, quando o infrator está em liberdade, fazendo suas “*correrias*” (assaltos, seqüestros etc.) na sociedade. Em verdade, o crime está na prisão, porque os criminosos estão nela. Por exemplo, há evidências de um comando paralelo que organiza o tráfico de entorpecentes no interior das instituições carcerárias e que a gerência: essa atividade ilícita está explicitamente ligada a transferências de mandos e desmandos das celas ao “*mundão*” e vice-versa. As formas de conduzir a vida, orientadas pelo crime em sociedade, estão na prisão. Isso é um dado inquestionável. Contudo, predispor que apenas indivíduos relacionados diretamente ao mundo do crime constituem a prisão é um erro. Ramalho (2008, p. 36) comenta que:

Apesar de serem todos presos, infratores ou suspeitos de infração do ponto de vista da lei penal, do ponto de vista dos presos nem todos eram criminosos, nem todos pertenciam “à massa”. Não pertencia à massa a pessoa cuja vinda para a cadeia estava ligada ao “acaso” ou “acidente”, sendo esta pessoa, em geral, um “trabalhador, pai de família”

As carceragens, portanto, estão recheadas de incidentes decisivos, que mudam a trajetória de um indivíduo; inocentes que desconhecem o crime e suas práticas, mas que situações díspares os fizeram praticar um ato de ilegalidade, levando-os à prisão, assim como de bandidos que vivem o crime ordinariamente.

Assim, para conduzir a conduta da vida diária, no interior da prisão, o “*novato*” – que Goffman (1974) denomina-o de “neófito” – precisa conhecer esta realidade como se “*fosse a palma da mão*”. Há uma categoria “nativa”, qual seja, “*na tora*”, usada entre os internos, que faz parte do processo de socialização na prisão,

isto é, do aprendizado, pois eles dizem frequentemente “*aprender na tora*”, isto é, aprender com esforço, com sacrifício. Jonas comenta que

Se eu chegar dentro de uma babilônia e lá tiver um regime, porque babilônia tem regime, lá tem regras para isso e aquilo, mas não tem ninguém ensinando, você vai aprendendo na tora. Mas se eu chegasse lá, eu ia fazer de tudo para seguir o regime que eles impõem lá. Lá não é doutrina é regime de cadeia (Situação de entrevista com Jonas, realizada no dia 04 de março de 2013).

Dessa forma, evidencia-se que conhecer o cotidiano da prisão e as regras que organizam esse espaço é um artifício extremamente importante para a sobrevivência neste espaço. Como expressa Isaías²², “*quando eu não era cristão e cheguei à babilônia, um amigo, que ainda está na babilônia me ensinou que na cadeia a gente tem que prestar atenção, falar pouco e escutar muito. Então, eu sempre fui muito de observar*”.

O aprendizado, na prisão, é um processo lento e gradual que exige atenção no observar a conduta do outro e discrição nas ações corriqueiras. Esta realidade objetiva vai sendo, dia a dia, experimentada e apreendida até que seja reacomodada nas estruturas da consciência subjetiva. O indivíduo encarcerado, portanto, se apropria da realidade da instituição prisão juntamente com os papéis que devem ser desempenhados no interior deste universo.

Na CPPL II, o processo de socialização, “*aprender na tora*”, é, frequentemente, usado entre os presos para expressar esforço ou sacrifício para aprender algo em relação à prisão.

Contudo, “*na tora*” representa também viver no cotidiano insalubre da prisão. O irmão que toca bateria disse: “*viver na tora é pagar pena no carrapicho*”, isto é, estar preso na CPPL de Caucaia. E continuou:

Aqui é um berço comparado com o “carrapicho”; lá eu não conseguia dormir à noite, porque os presos ficavam de rock a noite toda, querendo ver babau [“ficar de rock” e “ver babau” significa ficar muito louco, sob efeito de drogas], e a qualquer momento eles podiam furar qualquer um. Eu só dormia durante o dia. Quando eu cheguei aqui (na rua dos irmãos), dormi

²² Situação de entrevista realizada no dia 12 de dezembro de 2012.

uma noite e um dia seguido (Situação de conversação no trabalho de campo realizado no dia 26 de março de 2012).

Para muitos, no entanto, não é apenas viver na “*Babilônia*” que é “*na tora*”, com muito esforço e sacrifício. Na Rua dos irmãos também há dificuldades. Conforme atesta Isaías:

Conviver na rua A é na tora mesmo, se o cara for bandido, mas se ele respeitar a doutrina, não botar droga pra dentro, não botar celular, ele vai puxar os dez anos dele tranqüilo. E família pode ir pra casa dormir sossegada (Entrevista realizada no dia 12 de dezembro de 2012).

É como se, no interior da rua A, “*na tora*” fosse contra a natureza errante de uma personalidade que está voltada à violência, ao crime e às drogas. Trata-se de um verdadeiro sacrifício não usar drogas, não querer fazer uso do celular ou não ter uma faca.

Também tem que ser obediente. Segundo expõe Jonas:

Tudo tem que pedir pro obreiro: “Ei obreiro, eu vou ali na cela 10... Ei obreiro eu vou ali na cela 20 falar com fulano... Está bom pode ir”. Se você sair na tora, sair sem falar com o obreiro, disciplina (Entrevista realizada no dia 04 de março de 2013).

Além disso, “*na tora*” pode envolver violência, seja ela física ou simbólica, por exemplo, ao contar sobre uma invasão da polícia à rua C, em que os internos cavavam um túnel de fuga, em dezembro de 2012, Allef citou que alguns deles, desobedecendo ao comando da polícia, não queriam sair da Rua e falavam: “*nois só sai daqui na tora*”, isto é, na agressão física advinda de policiais.

“*Na tora*”, portanto, é uma categoria “nativa”, usada entre os presos, que se refere à especificidade do aprendizado na prisão, que é, não raro, forçado, na base da violência física. Assim, “*na tora*” envolve um embate contra aquilo que os presos realmente desejam fazer e aquilo que é posto pelo regime de cadeia. Trata-se de um choque entre natureza e cultura na medida em que a segunda surge como

um mundo possível para o grupo e a primeira representa os anseios egoísticos do indivíduo²³.

²³ Para Lévi-Strauss (1982), a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, a primeira norma, que foi a proibição do incesto.

PARTE IV – “A RUA DOS IRMÃOS”

I – “A RUA DOS IRMÃOS”

O que distingue “a Rua dos irmãos”, em relação ao restante da Casa, é “a obra”, também conhecida como “a doutrina” do Projeto Renascer (doravante, PR). Criado em 2009, por um grupo de 30 internos, o PR reúne os presos que optaram por seguir um conjunto de regras orientadas por uma “cultura de paz” pautada na Bíblia. Segundo a ex-diretora da CPPL II, a capitã Sara,

O Projeto Renascer nasceu a partir de seis internos, por conta de uma iniciativa nossa, enquanto direção, de fazer com que fizesse uma auto-administração carcerária por parte dos próprios internos na vivência carcerária, e esse projeto não deu certo... Aí até que sugeriram seis internos, e disseram: “diretora, se a senhora quiser que dê certo, a senhora precisa separar o joio do trigo, dê pra nós um pavilhão, que a gente passa para lá só pessoas que queiram andar numa conduta diferenciada na cadeia, que realmente abrace, sem derramamento de sangue, sem droga, sem celulares, e com a presença de Deus...” Eu disse assim: “então, façamos isso” 24.

Dessa forma, o PR é constituído por um afastamento, que tem como finalidade classificar e separar os internos em dois tipos²⁵: “um primeiro grupo de presos convertidos, ansiosos por recuperação; e um segundo grupo formado por aqueles que desejam perder-se cada vez mais” (Ex-diretora, capitã Sara)²⁶.

Na CPPL II, o ajuste entre saber-verdade e “práticas divisórias” está intimamente combinado ao discurso mágico-religioso pentecostal e ao interesse da administração em manter o ambiente prisional pacífico. O preso que detém certo conhecimento sobre a Bíblia e a administração se associaram para criar uma nova

²⁴ Entrevista concedida ao site da Igreja Batista Central de Fortaleza. Vídeo disponível em: <<http://ibc.org.br/recursos/videos/projeto-renascer-e-cr-prisoos>>.

²⁵ Seja na História da loucura na Idade Clássica (2012) seja no Vigiar e punir, história da violência nas prisões (2012a), a exclusão espacial e, conseqüentemente, social sempre foi um tema caro para Michel Foucault, que a definiu como “práticas divisórias” – modo de objetivação no qual “o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros”, por exemplo, “o louco e o são, o doente e o sadio, os criminosos e os bons meninos” (Foucault, 1995, p. 231). Paul Rabinow (1999), sagaz intérprete do pensamento foucaultiano, afirma que as “práticas divisórias” são modos de manipulação que combinam a mediação de uma ciência (ou pseudo-ciência) e a prática de exclusão, geralmente num sentido espacial, mas sempre num sentido social” (RABINOW, idem, p. 32).

²⁶ Palavras proferidas pela ex-diretora, capitã Sara, em Projeto Renascer CPPL II. Disponível em: <<http://renascer-paz.com.br/index.php>>. Acessado no dia 04 de outubro de 2011.

forma de conduzir a vida no interior da CPPL II, que é representada através da “doutrina” do Projeto Renascer.

Sobre o significado do termo “*Renascer*”, Isaías comenta:

A bíblia diz que Jesus falou para Nicodemos: “necessário é nascer de novo”. Aí eu acho que é baseado nesta palavra, renascer, é necessário nascer de novo. Então, eu acho que quando a pessoa é do crime. Nós que éramos do crime, quando aceitamos Jesus, acreditamos que nós nascemos de novo. Nós morremos para as coisas do mundo e nascemos para uma nova vida. Então, renascer é mais ou menos começar de novo a nossa história, uma nova vida (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

“*Renascer*”, que denomina o Projeto, significa que “*o preso está morto na prisão*”, que está “*tudo acabado*”, que “*que ele está nas trevas*”, e o PR é a “*oportunidade para recomeçar*”.

A partir dessa crença, a princípio, havia um discurso, entre presos e diretoria, que descrevia o espaço interno da CPPL II como um ambiente de paz. Os presos convertidos estavam distribuídos em cinco Ruas. São elas, a saber, A, B, C, D & E.

Nós éramos seis, de seis foi para trinta, e com esses trinta nós ganhamos uma “rua” e, hoje, para misericórdia de Deus, somos entorno de novecentos e cinquenta irmãos, glorificando o nome de Deus; sendo capacitados, sendo libertados... E eu tenho fé em Deus que essa cadeia mesmo vai ser testemunha lá na frente que Deus vai isentar ela (Pastor Eli).

E esses seis homens, hoje, se multiplicaram nos novecentos que a gente tem, e de um pavilhão nós temos cinco (Capitã Sara)²⁷.

Segundo os presos, a CPPL II é uma “*cadeia totalmente pacificada; problemas têm, mas é minoria*”. Aqui, há “*felicidade dentro da cadeia*”. Pois ser cristão é “*conquistar a liberdade e preservar nossa vida*”.

A suposta redução da violência e a pacificação da CPPL II se deram com auxílio da administração do presídio que, vale ressaltar, é composta, em sua maioria, por adeptos de igrejas pentecostais da capital cearense. Os diretores nunca

²⁷ Ambas as citações foram transcritas da entrevista concedida ao site da Igreja Batista Central de Fortaleza. Vídeo disponível em: <<http://ibc.org.br/recursos/videos/projeto-renascer-e-cr-prisoas>>.

esconderam à adesão as congregações pentecostais, e defendiam a continuidade e a expansão do Projeto a outras Ruas. Para um deles, o Projeto Renascer é “*a menina dos olhos da Sejus*”, que transformou a CPPL II em presídio modelo no estado. O atual diretor, fiel confesso de uma igreja pentecostal, confiou-me que “*o Projeto Renascer saiu do coração de Deus para os corações dos homens*”. Em uma situação de conversação, um encarcerado da “*Rua dos irmãos*” comenta o seguinte sobre essa dinâmica de pacificação na prisão: “*quando o diretor sabe que tem uma rua cheia de droga, celular e faca e ele resolve entregar esta rua para os irmãos, ele faz o seguinte. Ele transfere os presos para outras ruas ou para outras prisões. Quando a Rua está vazia, ele entrega para o pastor Luís*”.

Assim, a pacificação da Rua C, por exemplo, ocorreu do seguinte modo: 1) esvaziamento completo da Rua, conduzindo os presos mais problemáticos para outras prisões ou transferindo-os para Vivências ainda não pacificadas; 2) comunicar o completo esvaziamento da Rua aos internos. Diante desse anúncio, a administração convoca-os à adesão ao Projeto e à aceitação das regras ou à transferência imediata à outra prisão. Após o esvaziamento, os “*irmãos invadiram*” a Rua com vassouras, rodos, panos e sabão, e iniciaram o trabalho de limpeza dela. Eles também se dividiram entre as 26 celas para identificar os locais (“*tocas*”) nos quais os outros detentos escondiam armas, drogas, celulares e outros objetos proibidos no interior da Casa. A etapa final desse processo de pacificação, além da limpeza física, é a “*limpeza espiritual*”. Segundos os irmãos, a “*Rua precisa ser consagrada para Deus*” com orações.

Nos meus primeiros passos na CPPL II, a prisão estava “*ganha*” pelo PR, e a diretoria relegara a Rua F aos “*presos que não desejavam a paz*”. Num período anterior, a própria Rua F fora “*pacificada*” pelo PR, contudo, como explica Isaías,

A vivência F, ela foi ganha para os irmãos, mas aí o que foi que aconteceu, um usou uma faca, usou um celular, ele não foi disciplinado e não saiu da rua, aí com certeza o outro ver: “*meu irmão, vou botar um celular pra mim também*”, aí bota celular. Aí tá cheio, cara, cheio de celular, cheio de droga, cheio de faca (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Segundo o líder do PR, pastor Eli, a Rua F funciona como uma espécie “*válvula de escape*”, que agrupa os presos que não aderiram “*a doutrina*”. Ela é continuamente representada como “*Rua da Babilônia*”.

Com o desenvolver do trabalho de campo, no entanto, fui observando que lentamente pequenas revoltas, como tentativas de fugas e rebeliões, e atos extremos de violência, como linchamentos e assassinatos, foram organizando o espaço prisional no sentido de “*espirrar*” (expulsar) e restabelecer territorialmente os presos que não aceitavam “*a doutrina*”, relegando cada vez mais aos presos integrantes do PR o isolamento das Ruas A e B.

Com o passar do tempo, os presos dessas Ruas, que concordavam, em um primeiro momento, com “*a doutrina*”, rebelaram-se, em um segundo momento, contra os presos integrantes do PR, separando o convívio de uma vez por todas entre os presos da A e da B. A primeira Rua constituída apenas por presos integrantes do PR e os presos que concordam com a austeridade da “*doutrina*”. Ambos os grupos são constituídos de “*irmãos*” evangélicos pentecostais que trabalham ou não no PR e não adeptos dessa crença que exercem ou não alguma atividade na “*obra*”.

A segunda Rua formada por presos não convertidos à crença evangélica e presos pentecostais, todos insatisfeitos com o modo de orientação da conduta imposto pela “*doutrina*” do PR. Antes do cisma, por meio da proximidade física, os presos das Ruas A e B freqüentavam o banho de Sol juntos e as visitas de uma Rua a outra eram freqüentes, bastando apenas ter a permissão de um integrante do PR. Foi o Pastor “*da obra*” que optou pela separação, para evitar contatos, pois “*joio e trigo não se misturam*”. Assim, de uma vez por toda, a grade, que separa as duas Ruas, fora trancada.

Contudo, os motivos pelos quais o “*racha*” ocorreu também foi demanda da outra parte envolvida, pois os internos da Rua B reforçam que a “*doutrina*” da Rua A é muito rígida, reprimindo os presos lentamente sob as fundações de suas regras, ao passo que os irmãos da Rua B são mais liberais. Essa visão é compartilhada por presos de outras Ruas. Por exemplo, um interno que está encarcerado na Rua D,

afirmou, certa vez, que não está “na Rua A porque os irmãos são opressores”. Um habitante da Rua A explicou que João trocou a A pela B, porque esta é mais liberal que aquela, “além de ser mais tranqüila”. Procurei o irmão João para confirmar esta visão, que relatou o seguinte:

É a opressão mental, cara, de fazer com que você não tenha escapatória, você não tem para onde correr, porque o culto vai atrás de você, está entendendo, você não tem como querer impor sua personalidade, por mais agressivo que você seja, espontâneo que você seja, mal-humorado, você não pode expor isso, você tem que seguir o padrão de comportamento imposto, não pelos agentes, mas imposto pelos próprios presos que se dizem servos de Deus (Entrevista concedida no dia 16 de outubro de 2012).

Ao passo que na Rua B é possível fumar cigarro e ouvir “músicas mundanas”, além de jogar cartas e andar sem camisa na Rua. A maconha é proibida; contudo, um jovem interno, certa vez, revelou que é comum fumarem “o cigarro do diabo” (*cannabis*) no interior da Rua B. Segundo José, a Rua B

Está cheia de droga, tem celular lá dentro, o cara botando droga e celular lá dentro. E dessa maneira vai complicando a convivência da Rua B. Eu e o pastor Eli estamos cuidando da Vivência A e a gente não tem como interferir o que está acontecendo na Vivência B porque quem está dirigindo a rua B é o Samuel. [...] Nas demais Ruas, a rua D, a Rua E, nós tentamos impor o trabalho desta forma: só pregar o evangelho, não proibir arma, droga, faca e este tipo de coisa, a gente não ia bater de frente com este tipo de coisa, só bastava pregar o evangelho, porque a Bíblia diz que é a palavra que liberta. E os irmãos tentaram, na Rua B, dessa forma, mas depois que o crime se estabelece na rua, que ele domina. Porque o *crack* é uma peste no sistema carcerário, lá fora, em todo canto. O que acontece, depois que o cara se estabiliza, bota droga, domina a rua, aí ele pega e tira os irmãos da rua, é o que eles chamam de “*espirrar*”. Por qual motivo eles fizeram isso? Porque eles têm medo que os irmãos delatem para a direção quem é que está traficando, quem é que tem celular, quem tem droga (Entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012).

Uma vez que o crime toma conta da Rua, a obra do PR não tem mais poder de comando perante a massa de presos, que são agora controlados pelos chefes do tráfico. Então, seus dirigentes retrocedem, não entrando em conflitos com os presos que comanda o crime, pois segundo relato o Pastor Eli, “a bíblia diz que a nossa guerra não é contra o sangue e a carne, mas sim contra principados e potestades; então, a gente sai”. A partir daí a Rua, não mais pacificada pelo PR, passa a ser parte integrante da “Babilônia”.

Por isso, Isaias explica que *“o PR está com quase quatro anos e infelizmente tem que ter essa doutrina, porque se não tiver, vira Babilônia”*, e continua:

Na rua B, os irmãos, na realidade, Eliakim, eles são ditados pelo crime; por quê? Porque na rua A, uma rua de irmãos, que não tem droga (todos sabem que não têm), o diretor ainda dá uma geral lá dentro. De vez em quando ele dá uma geral na Rua B e aparece celular. Você sabe, Eliakim, que o celular é pior do que uma arma, droga, porque com celular aqui dentro o cara manda seqüestrar as pessoas lá fora, manda matar, manda deixar droga num canto no outro, manda cobrar dívidas, dão golpes [...] Alguns pastores da liberdade já falaram para gente que só pregasse o evangelho e não batesse de frente com o crime, mas, infelizmente, o PR está com quase quatro anos e infelizmente tem que ter essa doutrina, porque se não tiver, vira Babilônia (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Assim, ser rígido é bater de frente com o crime. É não se adequar perante desejos e interesses dos presos que permanecem no tráfico, que tem a mentalidade da delinquência. Segundo José, *“conviver na rua A é na tora mesmo. Se o cara for bandido, mas ele respeitar a doutrina, não botar droga pra dentro, não botar celular, ele vai puxar os dez anos dele tranqüilo. E a família pode ir pra casa dormir sossegada”*. Isaias explica, contrariando a fala de outros encarcerados, que o preso, na Rua dos irmãos,

Independente dele ser católico ou não, independente de ele professar o cristianismo ou não, nós vivemos em união, sempre pregando o evangelho, mostrando para eles que Jesus da mesma forma que libertou Paulo e Silas, Jesus quer libertar ele também e dar uma nova vida para ele.

Às vezes acontece confusão dentro da rua, a gente vai e apazigua. Quando acontece de dois brigarem, independente de quem seja não pode continuar na Rua, porque a doutrina diz que não pode brigar. Independente de ser irmão ou não ser, de ser católico ou umbandista, nós convivemos todos dentro da rua e o direito é igual para todos. Agora, a única coisa que a gente pede, dentro da vivência, é que respeite a doutrina, de não usar droga, de não ter faca, porque se eu tenho faca dentro de uma rua dessa eu tenho uma maldade com alguém. Se alguém fizer alguma coisa comigo, e eu não gostar, vou dar uma facada nele; então, a gente vê dessa forma (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

No entanto, esse controle absoluto revela-se em pequenas situações cotidianas não relacionadas ao crime, mas sim referentes à vida contrária ao ascetismo evangélico protestante, que delimita com muita propriedade a linha divisória entre os *“caminhos de deus”* e o *“mundão”*.

Agora, o que é que a gente pede a todas as pessoas que chegam? Que mantenha aquela doutrina. Porque a gente tem a consciência de uma coisa. Se eram cinco Ruas de irmão e agora só tem uma, e a realidade é essa, se abrir mão da doutrina na Rua A, ela, em questão de dias, vira Babilônia. Então, eu creio dessa forma, não tem como ter o Projeto Renascer sem a doutrina. São de 11 a 13 regras (Isaiás em situação de entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

O controle, portanto, é delineado a partir de um conjunto de regras que se sustentam na cosmologia judaico-cristã e buscam promover posturas, regular gestos e movimentos, instituindo e punindo os comportamentos que são ditos como desviantes.

1. Nesta Vivência só seguimos o que for permitido na Lei de Deus (Tiago, c. 1, v. 25); 2. Nenhum tipo, espécie ou qualidade de armas. Não admitimos violência ou qualquer tipo de agressão física ou moral, paz total (Jeremias, c. 22, v. 3; e Eclesiastes, c. 9 v. 18); 3. Não admitimos nenhum tipo de vício, (Daniel, c. 6, v. 4; e I Coríntios, c. 9, v. 10); 4. Jamais em momento algum faltar com desrespeito com os agentes penitenciários e profissionais desta unidade, (Romanos, c. 13, v. 1, 2) 5. Na ocorrência de trem para outras Vivências automaticamente a cela será desativada, (Romanos, 13, c. 1, v. 2); 6. Aqui não é permitido gritarias, brincadeiras de mau gosto e apelidos, (Efésios, c. 4, v. 31); 7. Aqui é proibido andar sem camisa no corredor ou quando tivermos visitas de irmãos de fora ou da direção e nas horas de culto e oração, (Marcos, c. 5, v. 15); 8. Nesta Vivência não é permitido falar das coisas do mundo, (Salmo, c. 34, v. 13; e I João, c. 4, v. 4, 5); 9. Manter a Rua limpa, não varrer o lixo para o corredor e nem jogar o lixo pelas janelas, para trás da vivência. Ao pagar das quentinhas nos dias de domingos, 1º serão pagas as quentinhas dos presos que estão com visitas, 2º ficar uma pessoa responsável por essa tarefa, logo após será pago as quentinhas dos outros irmãos, (I Coríntios, c. 14, v. 40); 10. Os horários de silêncio nas Vivências [são]: das 12 às 14, e após às 22 horas, silêncio total, (Eclesiastes, c. 3, v. 1-7); 11. Não é permitido deixar o cabelo e a barba grande, nem o cavanhaque, (Isaiás, c. 15, v. 2); 12. O principal de todos: amor, humildade e igualdade, (Efésios, c. 4, v. 2; e Provérbios, c. 10, v. 12)²⁸.

Percebe-se nesse conjunto de regras impostas pelo Projeto um “regime de moralidade” que é constituído de “sistemas de percepção e avaliação do mundo que operam distinguindo o bem do mal, o justo e o injusto, como princípios de ação” (RIFIOTIS, DASSI & VIEIRA, 2010).

²⁸ Essas regras foram transcritas em algumas cópias de papel ofício e distribuídas entre os presos. No meu primeiro dia em campo (no dia 26 de setembro de 2011), ganhei uma dessas cópias, tenho-a conservada no meu arquivo de pesquisa.

Portanto, não é apenas a contribuição do preso no crime, como portar algum tipo de arma ou cometer o “*trem*”, que delimita ou não sua presença na Rua A, mas também práticas ordinárias do dia a dia que, no entanto, são consideradas desviantes entre os presos “*da obra*”, quais sejam, “*andar sem camisa*”, usar de “*gritarias, brincadeiras de mau gosto e apelidos*” para se comunicar com o outro, “*falar das coisas do mundo*” e “*deixar o cabelo e a barba grande*”.

A seguir, faço um pequeno relato etnográfico, observado durante minhas idas a campo, para expor com mais profundidade essa imposição dos presos da obra sobre o “*falar coisas do mundo*”, principalmente, as “*músicas mundanas*”, o “*andar sem camisa*” e o abordar o outro através de “*apelidos*” etc.

No corredor da Rua A, conheci Mc Levi, cantor e compositor de Rap Gospel na prisão. De estatura mediana, robusto e com seus 50 anos, Mc Levi logo afirmou que compunha uma música relatando a rebelião no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS), ocorrida em 2000. “Você poderia cantar um trecho?” Indaguei-o. Ele concorda e inicia sua interpretação, movimentando cabeça e braços num ritmo cadente, gesticulando como se fosse um pêndulo. O rosto, num desenho de autoafirmação, expressava seriedade, e a boca propagava sons de bumbo e chimbal. Com os dedos indicadores eriçados e apontados para mim, Levi cantava e quando se aproximava dos trechos nos quais continham palavras, olhava ao redor, como que procurando alguém que nos observava, parava e com receio e constrangimento dizia “é pesada, é uma música mundana” (Trabalho de campo realizado no dia 6 de maio de 2012).

Em uma roda de conversação no interior da cela 12, Allef, jovem forte e de estatura baixa, começou a tocar, com um violão, a canção “Lamento de Israel”, do músico gospel Sérgio Lopes. Seu refrão era mais ou menos assim: “[...] Chora Israel, babilônia não é teu lugar [...]”. Ao término dessa música indago se ele “poderia tocar outras canções, músicas do mundo”. Ele afirma que não, que “é proibido pelo pastor Eli”, e enfatiza que têm vários internos trocando a Rua A pela “Babilônia” na qual é possível possuir rádio (Trabalho de campo realizado no dia 12 de março de 2013).

Esse pequeno relato etnográfico leva-me a duas observações acerca da dessa vigilância absoluta sobre a vida dos presos através do olhar vigilante dos integrantes do Projeto Renascer.

Primeira observação. Mc Levi se autoafirma como evangélico pentecostal, no entanto, sua identidade evangélica não o censura de cantar integralmente uma música de sua autoria, composta quando estava no IPPS. Em outra circunstância,

agora no interior da cela 8, ele cantou sua canção para mim, sem nenhum receio. Apesar dos evangélicos pentecostais supostamente seguirem as palavras: “se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram, eis que tudo se fez novo”, Mc Levi cantou sua música sem manifestar preocupações com sua religiosidade. Ora, no primeiro momento ele não estava angustiado com sua relação com o sagrado, mas sim com seu “*testemunho*” entre os internos integrantes do Projeto Renascer. Mc Levi estava preocupado com a quebra da doutrina do Projeto que proíbe qualquer canção que não seja de “*louvor e adoração a Deus*” e aplica sanções para aqueles que transgridem essa regra.

A segunda observação expõe que a religião classifica e organiza o universo em dois mundos radicalmente separados: o profano e o sagrado, que correspondem, segundo Durkheim, “a duas formas de vida que se excluem ou que, pelo menos, não podem ser vividas simultaneamente com a mesma intensidade [...] O meio profano e o meio sagrado não são apenas distintos, são ambos fechados: entre eles existe um abismo” (Durkheim, 1996, p. 337).

Pergunto ao pastor sobre a proibição de ouvir e cantar músicas mundanas. O pastor falou que os instrumentos musicais do Projeto foram consagrados para Deus. Mais do que isso, a Rua A fora separada para honra e glória de Deus. Então, todas as coisas devem ser pautadas pelo padrão Bíblico (Trabalho de campo realizado no dia 23 de outubro de 2012).

Por isso, há um tabu sobre as “*coisas do mundo*”, neste caso, em especial, as “*músicas mundanas*”, que devem ser eliminadas do cotidiano dos presos, caso contrário as impurezas do mundo profano podem contaminar e afastar “*os irmãos*” da esfera do sagrado. Porém, não somente as “*músicas mundanas*” são proibidas no interior da Rua A, mas também o tráfego “*sem camisa*” e o uso de “*apelidos*” e “*palavrões*” no tratamento com o outro.

Em seu notável estudo sobre as instituições totais, *Manicômios, prisões e conventos*, Goffman (1978) nos chama atenção à mortificação do eu, isto é, a práticas de despojamento do papel social que o indivíduo desempenhava no mundo externo.

Muito frequentemente verificamos que a equipe dirigente emprega o que denominamos processos de admissão: obter história de vida, tirar

fotografias, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que seja guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto a regras, designar um local para o internado (Goffman, 1978, p. 25-6).

Dessa forma, os processos de admissão, arrumação, programação e enquadramento são rituais que separam o indivíduo da interação existente entre seus familiares, amigos etc. e o adéqua de acordo com a disciplina prisional, tornando o corpo encarcerado visivelmente homogêneo na medida em que é introduzido na rotina da instituição.

Contudo, como demonstrei em outra oportunidade (v. capítulo III), os encerrados criam escapes, linhas de fuga, perante aos processos ritualísticos de despersonalização do eu: são maneiras de proceder que burlam a disciplina prisional e revelam um cotidiano encarcerado muito menos monótono que o imaginado.

Entretanto, os presos que estão enclausurados na Rua A sofrem um tipo específico de mortificação do eu. Além do ritual característico de despersonalização constituinte de todas as “instituições totais”, o preso que aceita à “*doutrina*” e opta por morar na “*Rua dos irmãos*” tolera outros protocolos de despojamento de sua identidade. Segundo Mc Levi, as palavras devem ser controladas. Não se pode falar qualquer coisa. Cantar ou ouvir “*musicas do mundo*” está veemente proibido, andar sem camisa também.

Em março 2013, durante uma ida a campo, notei que todo interno, ao entrar na cela, retirava a camisa, pois o calor é exorbitante em seu interior, e, ao sair, vestia-a novamente. Indaguei o porquê de eles não ficarem sem camisa o tempo todo; ao que eles responderam ser ordem do pastor Luís: ao sair na Rua é preciso vestir a camisa. Momentos antes do culto, irmão José convidava os internos a participar da reunião, sempre enfatizando “*vistam suas camisas e venham adorar a Deus*”. Conforme explica Jonas,

Se você fizer alguma coisa, eles botam a bíblia na frente do seu rosto e aí está tudo explicado. A doutrina da Rua A é totalmente infundável (sem fundamento), cara. Eles pegam passagem da bíblia para justificar porque você não pode andar sem camisa, porque você não pode ficar sem camisa na hora do culto, você não pode jogar lixo no corredor, tem uma passagem na bíblia para isso, que eles acham lá. Isso é bom, mas o problema não é

você usar o bom senso pra você não sujar o corredor, é você usar a bíblia para não jogar lixo no corredor, está entendendo?

Às vezes o cara bota Deus em cima de tudo, eu já vi várias coisas abomináveis que para eles eram o caminho de Deus, como um preso disciplinar outro preso, porque este chamou outro preso pelo apelido. Porque para eles um preso não pode chamar o outro preso pelo apelido, é doutrina da rua evitar apelido, chamar o rapaz pelo nome, porque não é de deus chamar ninguém pelo apelido.

Na babilônia é diferente. Eles só chamam o outro por nomes (palavrões). Briga dentro da babilônia é normal. Tem um cara que foi pra rua A e ele está se adaptando as novas regras, de vez em quando, ele quer brigar, quer falar palavrão, a gente chega e conversa, porque as pessoas que tem pouco tempo de fé, deus tem que transformar muito ainda.

Eu estava conversando com Jeremias e daqui a pouco ele fala: “ah Zé boceta”, aí eu respondi: “ah pau no cu”, mas você não pode falar palavrão na Rua, e quem é da obra não pode dar mau exemplo, um cara me viu xingando e queria prender eu e Jeremias. Aí o cara falou: “isso não está certo não, vocês dois são da obra”. Aí eu falei: “desculpa”. A primeira coisa que eu fiz foi pedir desculpa. Aí eu falei que a gente estava só brincando e não estava brigando. Aí ele falou: “você estava esculhambando o cara”. Aí eu falei: “não, deixa eu te explicar, a gente não está brigando; Jeremias a gente está brigando?” “Não, não estamos brigando, estamos só brincando, é só brincadeira, é vacilão, é vacilão ele”, respondeu Jeremias. E o cara: “está vendo, você também está errado”. Eu falei: “Jeremias fique quieto, não fale nada não”, e continuei, “cara, é brincadeira, a gente não estava brigando não”. Ele falou: “não pode ficar brincando de esculhambar o irmão não”. Aí eu falei: “e prender o irmão, pode?” Ah cara, aí ele deu duas cambalhotas para frente e outra para trás e foi lá falar com o pastor, ficou puto da vida e foi lá falar com o pastor. Aí vem o pastor, co-pastor até. Aí ele explicou apontando o dedo na nossa cara: “oh, tava um esculhambando o outro aqui, e eu acho que tem que tomar disciplina”. Aí o pastor: “que história é essa daí?” Aí eu falei: “nós estávamos brincando, não foi assim do que jeito que ele está falando, mas quer disciplinar aí é com vocês, eu não vou ficar discutindo”. Aí eles iam disciplinar nós dois. Aí o irmão falou: “eu vi ele falando pau no cu”. “E o Jeremias falou o quê?”, perguntou o pastor. “Não ouvi ele falando nada”, retrucou o irmão. Aí eu falei: “o Jeremias não falou nada não, deixa que eu pago disciplina sozinho”. Aí o cara: “não, assim não pode não”. Aí eu falei: “pode, eu estou errado, e eu vou ser disciplinado”. Aí ele não disciplinou o Jeremias e me disciplinou. Aí ele me botou lá na rua C, na cela 14, para eu ficar disciplinado lá. O que eles falavam comigo? Que eu tinha me desviado da palavra; é porque eu não estou vigiando a minha fé. Não tava respeitando Jesus. O que tem a ver uma coisa com a outra, cara? (Jonas em situação de entrevista concedida no dia 04 de março de 2013)

“Apelidos”, mesmo que sejam através de “palavrões”, são formas de identificação e diferenciação no interior do espaço prisional. Um dos meus

interlocutores, que estava encerrado na “Babilônia”, enfatiza: “o que mais tem na cadeia é o quê? Apelido, cara. Você chega aqui, eu não sou o Daniel, eu sou o “carioca”, eu sou o parentas”. Mas “os irmãos da obra” proíbem veementemente essas expressões e disciplinam o indivíduo que as fala, por acreditarem que essas formas de interação são características do “mundão” e, portanto, possíveis contaminadoras do espaço puro da “Rua dos irmãos”. Portanto, além da separação física entre as Ruas, a rigidez da “doutrina” teria a função de separar o puro do impuro²⁹.

Mas isso não quer dizer que os internos que estão na “Rua dos irmãos” aceitam de forma pacífica as ordens postas pelo PR e não cometem nenhum tipo de desvio. Ao contrário, cansei de ver revistas de mulheres peladas circulando de mão em mão. O que é veementemente proibido virou “projeto” de troca entre os presos. Alguns presos relatam que, às vezes, fumam cigarros amparados pela circulação de ar dos cobogós. No dia 18 de abril de 2013, registrei no meu diário de campo: “subvertendo a doutrina com os internos. Mc Sócio toca “Don’t cry”, da banda de rock norte-americana Guns N’ Roses. Eu toco “Stairway to heaven”, da banda inglesa Led Zeppelin”.

Assim, é possível precisar, a partir da fala dos presos da “obra”, que apenas a Rua A é a “Rua dos irmãos”. Contudo, como foi observado no prosseguir deste capítulo, os encarcerados da B também afirmam que sua Rua é dos “irmãos”, mas sem a austeridade da “doutrina” do PR. De acordo com “os irmãos da obra” e também pelos “os irmãos da B”, todo o restante das Ruas, não apenas a Rua F, é “a Babilônia”. Porém, há “irmãos” nessas Ruas, inclusive na F, fazendo trabalhos evangelísticos sem, contudo, “bater de frente com o crime”, expondo “a palavra de Deus” para os presos que não aceitaram o modo de conduzir a vida proposto pelos “irmãos” do Projeto Renascer.

Nas outras ruas têm também. A gente não pode mentir, não pode querer cobrir, tampar o sol com a peneira. A vivência E e a Vicência D são duas vivências que têm irmãos lá dentro fazendo a obra de Deus, pregando o

²⁹ As noções *puro* e *impuro*, *limpo* e *sujo* derivam de Mary Douglas e dão a idéia de demarcação de práticas transgressivas que trazem desordem a estrutura (1976, 15).

evangelho, tentando coibir esse tipo de coisa, sempre pregando na palavra, mostrando na palavra que não é correto, mas ter tem, tem droga, tem celular. Já, hoje, pela manhã, acho que umas cinco e pouco da manhã, lá na rua D, teve uma zoadada, um barulho. Aí, quando eu me levantei, o menino tinha dito que era uma confusão dentro da vivência E. O cara querendo matar o outro, não sei qual era o motivo. Então, é o tipo da coisa, são vivências que não têm a doutrina, não tem a palavra, ela é uma cadeia normal (José em entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012).

Segundo um interno que está encarcerado na D, o regime em sua Rua é de paz, mas é diferente. Sem derramamento de sangue, mas há situações em que é inevitável, por exemplo, quando um preso *“mexe com as coisas”* (mulher ou qualquer outro pertence) de outro preso. Os irmãos da Rua D pregam a palavra, somente, e deixam os presos fumarem cigarros ou *“paca”*, além de usarem facas e celulares.

Apesar da existência de irmãos nas Ruas B, C, D, E e F, elas são reconhecidas, pelos *“irmãos”* do Projeto Renascer, como *“Ruas da Babilônia”*, cuja vida de seus encarcerados é transpassada pela *“sociabilidade violenta”*, na qual é representada por uma ordem social em que a relação entre as produções simbólicas e as práticas é marcada pela violência.

Isso expressa que a violência é usada de maneira instrumental, sem referência alguma a moral ou a valores, mas como um fim em si mesmo. Assim como em outras prisões, o código de ética da *“Babilônia”* é baseado na delinquência. Portanto, conduzir a vida, neste espaço, é direcionar seu comportamento perante uma *“ordem que funciona pelo avesso, dessa ordem que funciona na desordem na qual as normas são rígidas e quem deve paga com a vida”* (Castro, 1991, p. 63). Manoel exemplifica essa sociabilidade usando minha pessoa:

Se tu cometer algum *“furo”*, isto é, pegar alguma coisa dos presos. Eles te chamam de rato de cela. Rateou. Ou então tu deve a algum traficante dentro da babilônia. Ou então tu está devendo o crime lá, tu não vai para dentro da babilônia, porque se tu tiver devendo o tráfico de droga e for pra lá é arriscado tu perder a vida (Entrevista concedida no dia 10 de junho de 2013).

“Babilônia”, segundo os internos que integram o Projeto, faz referência a Babilônia narrada nos textos bíblicos, cuja conduta de seus habitantes era desprezível aos olhos de Javé, deus do povo Hebreu. Essa caracterização faz com que os *“irmãos da obra”* se pareçam mais valorosos perante os *“ímpios da*

Babilônia”, além de contribuir para que os primeiros cerrem fileiras contra os segundos.

Na minha primeira visita à Casa de Privação, em 26 de setembro de 2011, ao sairmos da “tranca”, cela na qual “os obreiros” aplicam “o regime disciplinar diferenciado” sobre os presos transgressores, Davi apontou para o fim do corredor e comentou que lá era “*Babilônia*”. Perguntei se podíamos ir até lá. Ele respondeu negativamente. Mc Levi, que estava do meu lado, reforçou que não há como ir até “a *Babilônia*”, pois os moradores de lá são “*instrumentos do diabo*”, tornam a visita de qualquer pessoa um perigo imenso. Mas, “a *Rua dos irmãos*”, que é “*pacificada*” pelo Projeto, é habitada por pessoas que “*seguem a Deus*”. “*Aqui você está em paz e segurança*”.

Na “*Babilônia*”, segundo “*os irmãos da obra*”, estão os presos que não querem compromisso com “*Deus*” e não respeitam “*a doutrina*”.

Assim, a autoafirmação, por parte dos “*irmãos da obra*”, do “carisma grupal”, que é uma virtude específica “compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros” (Elias, 2000, p. 20), tem como consequência o gozo de prestígios e vantagens em relação aos internos que não estão socialmente integrados em um grupo específico e não possuem coesão social para reivindicar alguma pendência com a diretoria, por exemplo.

Percebe-se, entre “*os irmãos da obra*”, um alto grau de coesão interna e, conseqüentemente, uma maior disponibilidade de controle comunitário. Deste modo, um grupo estritamente integrado supõe que o estilo de vida dos indivíduos está intimamente ligado ao conjunto de normas. A observação dos padrões faz com que internos façam parte do “carisma grupal” e, conseqüentemente, tomem parte dos privilégios. Para tanto, cada integrante deve pagar um preço para participar do “carisma do grupo”. O interno deve se submeter às normas, deve se sujeitar aos “padrões específicos de controle dos afetos” (Elias, 2000, p. 26). Dessa forma, seguir criteriosamente as prescrições é sempre válido, pois os indivíduos encarnarão o “carisma grupal”; assim, “a satisfação que cada um extrai da participação no

carisma do grupo compensa o sacrifício da satisfação pessoal decorrente da submissão às normas grupais” (Elias, 2000, p. 26).

Ao contrário, os internos encarcerados “nas Ruas da Babilônia” são classificados como “*instrumentos do diabo*” ou “*bodes*” por não respeitarem as regras impostas pela “*obra*”. Segundo os internos do Projeto, a visita de qualquer pessoa é um perigo imenso, pois os *bodes* possuem facas e barras de ferro, assim como outras armas – por exemplo, o “*coçoco*”, uma pequena faca feita artesanalmente a partir de grades de ferro, escova de dente e outros materiais aproveitáveis – são instrumentos comuns nas celas da “*Babilônia*”. Drogas, celulares, jogos e violência, seja ela física ou simbólica, estão presentes nestas “*Ruas*”.

Histórias sobre espancamentos, homicídios e tentativas de fugas por parte dos internos que habitam “*as Ruas da Babilônia*”, narradas pelos internos e também pelos funcionários da administração prisional, correspondem à expectativa atribuída à má reputação dos internos que estão nestas Ruas e contribuem para a construção da “*perspectiva nós-eles*”.

Manoel narrou-me uma dessas histórias:

Aquele rapaz saiu da Babilônia e, com poucos dias, dois ou três dias, caiu um túnel lá. Eles (os presos da Babilônia) acharam que o rapaz tinha caguetado o túnel. Só que, algumas pessoas sabem, não foi o rapaz que caguetou. Ele não tinha nada a ver com negócio de caguetação de túnel. Ele veio para a Rua dos irmãos, veio com uns arranhões, umas furadas de faca, já saiu com problema de lá; ele passou uns dias no quadrante do pastor Eli. O pastor cuidou dele lá. O pastor sempre tem essas coisas de mercúrio, que é autorizada pela direção, aí o pastor passou uns dias cuidando dele aí no quadrante. Depois, quando ele se recuperou, ele vinha aqui para enfermaria, pegou uns remédios; quando ele se recuperou, ele foi para Rua dos irmãos. Ficou na Rua dos irmãos uns dias. Só que ele era viciado e fumou umas maconhas lá. E o pessoal da obra queria tirar ele da Rua, só que o pastor pediu para ele ficar lá no quadrante (cela separada do pastor), mas ele queria fumar umas gramas de pedra porque ele era usuário de crack. Ele disse que ia subir para a Babilônia, pois não devia a ninguém. Realmente, eu creio, que ele não devia. Porque se ele devesse, ele não

tinha ido. O pastor pediu foi muito a ele para ele ficar no quadrante. Ele não quis ficar no quadrante e voltou para a Rua da Babilônia. Quando ele chegou na Babilônia, a Rua que ele já saiu com esse problema, os caras acusaram ele de ter entregado o túnel na Rua. Aí tiraram a vida dele, mataram ele. Várias pessoas espancaram. Tocaram fogo no corpo (Entrevista concedida no dia 10 de junho de 2013).

Contudo, entre “*os presos da Babilônia*” há uma valoração contrária a dos “*irmãos*”, segundo a qual eles são os verdadeiros presos: os encarcerados que “*pagam cadeia de verdade*”, que “*sobem à cadeia*”, porque não estão no “*seguro*”, estão no “*convívio*” porque têm “*o proceder respeitável na cadeia*”, porque não cometeram delitos intoleráveis pelo mundo do crime e/ou não devem a ninguém no interior do sistema carcerário.

II – A “RUA DOS IRMÃOS” COMO “SEGURO”

Se viver na Rua A é “*na tora*”, por qual motivo ainda há presos em suas celas, mesmo que estes não sejam integrantes do PR? Por que eles continuam aceitando conviver perante a “*doutrina dos irmãos*”?

É neste momento que surge uma categoria muito importante no universo prisional brasileiro, a saber, “*seguro*”. O que significa “*seguro*”? Qual é sua importância para o mundo prisional? Quem fica no “*seguro*”?

Na década de 1970, Ramalho (1979, p. 28), em sua pesquisa de campo na Casa de Detenção de São Paulo, constatou que o pavilhão 5 era denominado de “*isolada*” na qual “*eram mandados os presos que cometiam alguma ‘contravenção’ na cadeia e assim era chamada porque o preso ficava isolado de qualquer contato com outros presos*”. Ramalho também observou um setor denominado “*celas-forte*”, que, segundo o carcereiro da Casa, “*o preso que ia para a cela forte tinha cometido algum delito grave dentro do pavilhão*” (1979, p. 33-4).

Já Varella (1999), na sua instigante pesquisa, afirma que os presos que aprontam alguma irregularidade no “*convívio*” são transferidos ao “*seguro*”, pois o risco de vida é iminente. Por isso, há a seguinte expressão entre os presos: “*o seguro morreu de velho*”.

Em pesquisa recente, Marques (2009) percebeu que, na prisão,

A palavra “*seguro*” é usada de três modos distintos pelos presos: para significar aqueles que pedem proteção para a administração prisional diante de ameaças de outros encarcerados; para significar a condição daqueles que pedem proteção; e para significar o lugar onde ficam os presos protegidos (Marques, 2009, p. 29).

Assim, “*seguro*” é uma palavra com tripla significação, quais sejam, a população carcerária que pede proteção à administração prisional, a condição em que está o preso que solicita o seguro e o lugar no qual o encarcerados que não tem “*proceder*” se encontra. Portanto,

“*pedir seguro*” é o mesmo que recorrer à proteção administrativa por estar correndo risco no local onde se cumpre pena. Consequentemente, passa-se a compor a população “*seguro*”, passa-se a viver a condição “*seguro*” e, enfim, passa-se a morar no espaço “*seguro*” (Marques, 2009, p. 29).

Na CPPL II, contudo, não há um espaço delimitado denominado “seguro”. Segundo os agentes de segurança, apenas a Rua A, a “*Rua dos irmãos*”, que aceita os indivíduos que deveriam estar no “seguro”. Quais são os indivíduos que devem estar no “seguro”? Marques explica que o “seguro” compõe-se de dois modos:

1) por presos que jamais puderam pisar no “convívio” porque já era sabido o motivo de suas prisões ou seus “históricos no crime”: geralmente “os duque treze” (estupradores), “os pé de pato (justiceiros), aqueles que têm “inimigos” no “convívio” e querem evitar o confronto etc; e, 2) por presos que, ao quebrarem alguma regra do “proceder” enquanto habitam o “convívio”, “pedem seguro” para evitar um confronto letal: “os talaricos” (os que dão em cima da mulher de outro homem), “os nóias” (viciados em crack), “os cagüetas”, aqueles que “arruma quiaca” (briga) e não estão dispostos a matar ou morrer etc. Em síntese, o preso de “seguro pode ser compreendido como um preso-presos ou preso² (preso ao quadrado). (p. 29-30).

O preso solicita ir ao “seguro” porque cometeu, em sociedade, algum crime que é inaceitável para a moral dos presos ou quebrou alguma “regra de proceder” no “convívio”. Segundo Manoel,

Porque dentro de uma prisão, eu aprendi o seguinte, você tem duas maneiras de pagar sua cadeia, você pode pagar sua cadeia subindo a cadeia ou pode pagar a cadeia sem subir a cadeia. Quando você não sobe a cadeia é porque você não tem moral, você praticou um crime que não é bem visto pelos olhos de outros criminosos, exemplo, matador de bela, que eles chamam quem matou mulher. Duzentos, que ele falam são os estupradores, certo. O X9, o cara que caiu, e quando caiu delatou a quadrilha dele inteira pra poder ser salvo pela polícia, e não foi salvo e veio parar na cadeia; então, esses caras não têm conceito aos olhos dos criminosos, esses caras não sobem cadeia, e quando eles não sobem cadeia eles ficam onde, é o que eles chamam na prisão de “seguro”, cela de seguro, ou rua de seguro; então, ao meu ver, o lado de cá que os caras botam peito pra ninguém ficar mandando em ninguém é um lado que não tem seguro, onde são bandidos, criminosos, que se interagem, convivem entre si e respeitam, porque lá não tem ninguém que não sobe cadeia, todo mundo lá sobe cadeia; já quem é mais fraco, quem nunca puxou cadeia, quem é X9, quem é duzentos, quem é matador de bela, caiu na Maria da Penha, matou mulher, bateu em mulher, certo, quem é doido, quem é mais velho, quem é descontrolado mentalmente, quem tem surto, quem é epilético, estuprador, x9, Maria da Penha, matador de mulher, está entendendo, esses caras vão pra onde? Para o lado de lá, para Rua A . E quando você fala com um cara desses que o caminho é Jesus, o quê que o cara faz? Ajoelha e bota a mão pro céu e obedece a qualquer imposição. Por quê? Porque ele vai conseguir puxar a cadeia dele na paz, né; então, ao meu ver, por isso, que tem toda essa aceitação, porque os próprios caras que são pastores, o co-pastor, o pastor das três ruas, eles falam: “rapaz,

mas nessa obra não tem ninguém aqui liberta”, realmente não tem não. Tem pouquíssimos homens de Deus, mas o cara que puxar cadeia lá na rua dos irmãos porque lá é só paz, porque todo mundo respeita a obra (Entrevista concedida no dia 10 de junho de 2013).

Na CPPL II, o primeiro “modo”, por exemplo, é representado pelo “*duzentão*”, que compreende o indivíduo atuado no Artigo 200 e suas variações, quais sejam: estupro (213), atentado violento ao pudor (Art. 214), violação sexual mediante fraude (Art. 215), atentado ao pudor mediante fraude (Art. 216), assédio sexual (Art. 216-A) etc.

Apesar dos agentes confirmarem que a Casa pouco recebe presos com este perfil, “o *duzentão*” fica na Rua A. Mesmo na “*Rua dos irmãos*”, seu crime é ocultado para que os outros presos não saibam. Segundo os agentes, o diretor de qualquer prisão não divulga o artigo do detento; contudo, há uma maneira de vir à luz, entre os detentos, o crime do recém encarcerado: através dos conhecidos de comunidade. Às vezes, “o *duzentão*” é preso na mesma Rua em que está um conhecido do “*mundão*”.

Neste “modo”, também se inclui o “X9” (doravante, “*cagueta*”). Trata-se do indivíduo que, no momento da captura, delata os planos ou o paradeiro de seus companheiros de crime à polícia. Contudo, “o *cagueta*” também compõe o segundo “modo”, pois, no cotidiano da prisão, o preso, às vezes, denuncia o outro junto à diretoria em busca de privilégios.

O segundo modo é representado pela categoria “*vacilão*”, que define o indivíduo que comete um “*vacilo*”, que erra no interior da prisão; Esse termo é pormenorizado em categorias *especificantes*, que delimita o desvio praticado, por exemplo: “o *caô*”, que categoriza o mentiroso, o falso, que não é digno de confiança; e “o *rato de cela*”, que expressa o ladrão de cela, que furta os pertences de outros presos. Vide os comentários de dois interlocutores que estão encerrados da Rua A,

Tem muita gente que não podem ir para a babilônia, que tem, como a agente chama na linguagem aqui do preso, furo. Furo, que eles dizem, é assim tipo pegar alguma coisa dos presos. Eles chamam de rato de cela. Rateou. Então, tu deve a algum traficante dentro da babilônia. Então, tu tá devendo o crime lá, tu não vai pra dentro da babilônia, porque se tu tiver

devendo o tráfico de droga e for pra lá é arriscado tu perder a vida (Manoel, 10 de junho de 2013).

Dentro da Rua dos irmãos, o cara chega e está recebendo a doutrina; a gente mostra o papel com as regras, lê para ele, e pergunta: “concorda?” “Concordo!” Porque o cara está numa situação tão complicada, que ele não pode ir mais para nenhuma rua da Babilônia, ele só pode ir para a rua dos irmãos. Então, ele vai concordar (Isaiás, entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Aí o cara é viciado no crack. A mãezinha dele quando chega com uma sacola cheia de coisas, ele só faz pegar a sacola e passar para o traficante. Aí quando a mãe dele vai embora, ele começa a fumar a maldita. Aí faz dívidas. Tem gente aí devendo mil reais, dois mil reais. E a família do cara lá fora faz de tudo para pagar. Paga uma, paga duas, paga três, mas aí chega uma hora que a família não agüenta mais, não tem como pagar e o cara não consegue se controlar, porque se você é dependente do crack você não se controla mais não. Aí ele fica devendo traficante dentro de cadeia e ligando para mãe pedindo para ela botar mais dinheiro. E a pobre da mãe fica dizendo que não tem mais dinheiro. Aí quando tem uma oportunidade em que os agentes abrem a rua, o cara sai e vai para a rua A. Por que nós aceitamos? Porque nesta situação, se ele for para qualquer outra rua, os caras mandam matar ele, manda dá uma pisa, então, a gente, às vezes, é obrigado a receber para não acontecer uma coisa mais séria com a pessoa. Nós temos que receber, porque a bíblia diz que bem-aventurados são os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia (José, entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012)

Ao exercer esse papel de “seguro” no interior da CPPL II, a Rua dos irmãos passa então a gerar um sentimento de ódio entre os presos que estão encarcerados na “Babilônia”. Certa vez, em uma das inúmeras conversações com presos que estão nessa Rua, um jovem interno comentou: “os irmão são bons de peia (surra, coça)”. Em seguida, indaguei: “mas por quê?”. Volveu ele, rapidamente: “Porque eles se misturam com os duzentos”... “Você não acha?”. Fiquei meio sem jeito e balancei a cabeça, assentido sua afirmação.

Em outra situação de conversação, perguntei a um detento sobre a “Rua dos irmãos”. “Só tem pirangueiro, ‘duzentos’, que mata mulher, ‘mata bela’, ‘cagueta’, safado, que não pode ir para outras ruas, ficam aí na rua dos irmãos”,

retrucou com um ar desprezo, demonstrando que minha indagação era de certa forma imbecil.

O familiar também deseja o “seguro” da “*Rua dos irmãos*” para seus parentes. Seja a mãe que teme pela vida do seu filho seja a companheira que quer ver o marido em um lugar mais tranquilo, essas mulheres veem com grande alívio a mudança de seu familiar para “*a Rua dos irmãos*”. “*As visitas tem confiança na rua A. Elas (mães, companheiras, irmãs) chegam a afirmar ao parente preso: ‘se você sair da Rua A, eu não venho mais te visitar’*”, afirmou José e continuou:

Tem mãe que chora de alegria porque o filho está na rua dos irmãos. Eu mesmo já vi mãe chorando, pedindo ao pastor para tirar o filho da rua F. “Pastor, não tenho mais dinheiro para pagar as dívidas (de drogas), estou vendo à hora matar ele, não tenho mais dinheiro, vendi as coisas de casa”. Vende geladeira, fogão, vende tudo, cara, para pagar as contas do cara.

Se eu dissesse assim: “nós vamos tirar aqui só os irmãos dessa rua”. Eu vou tirar quantos irmãos da rua A? Eu vou tirar, estourando, uns 80. Para uma população de 220. Ou seja, 140 não são cristãos, mas eles respeitam, alguns foram da obra, não são mais, mas são comportados, eles apóiam a doutrina do PR, porque são os caras que não querem ir para uma babilônia. A gente vai fazer evangelismo na babilônia, a gente ver como são as condições de uma rua E, de uma rua F. É droga, é fumaça, é briga. Têm alguns que não querem. A família também não quer. A família diz assim: “oh se sair da rua dos irmãos não vou mais te visitar”. Aconteceu já. Então, a família chega ali se sente bem, porque a mãe ver que o filho está num local, que ela vai pra casa e dorme tranqüila, porque ela sabe que ali dentro ninguém vai enfiar uma faca para matar ele. Sabe que a maioria, mesmo que não seja cristão, mas eles estão pela doutrina do PR e pela paz na vivência.

Nesse último trecho da fala de José é possível perceber que o “seguro” da “*Rua dos irmãos*” não é almejado apenas por aqueles que cometeram crimes inconcebíveis entre os presos ou por aqueles que vacilaram no interior das Vivências, ou ainda pelas visitas. Ele também é pretendido pelos presos que querem pagar cadeia da forma mais tranquila possível, porque a “*doutrina*”, de certa forma, torna o ambiente prisional menos inseguro e violento.

Neste mesmo espaço, também habita presos que já trabalharam na “*obra*”, porém, por motivos diversos saíram do Projeto Renascer, mas continuam na Rua A, porque não podem mais sair da Rua dos irmãos, pois foram ameaçados por

trabalharem na “obra”. São os amaldiçoados que habitam no “holandês voador”³⁰. Certa vez, diante de um grupo de presos da cela 23 da Rua A, perguntei se eles gostavam de ficar na “Rua dos irmãos”. Eles responderam que não. “Então por que estão”? – Retruquei. “Ora, porque estamos na tora”, respondeu Dimas. “Isso é uma maldição, é como o holandês voador”, completou Otoniel.

Segundo Manoel, os internos que trabalharam na “obra” e não são evangélicos de verdade, são forçados a ficar na Rua A, pois o “sistema” – “a massa carcerária”, segundo Ramalho (1979) – tem ódio dos internos que trabalham (ou já trabalharam) na “obra”.

Nas minhas últimas visitas à Casa de Privação, tanto o diretor do presídio quanto os internos ressaltaram as ameaças que os presos não membros do Projeto Renascer sofrem por parte dos irmãos da “obra”. Como disse Jonas,

Pela constituição, pelos direitos dos prisioneiros, ele tem o direito de uma hora de banho de sol todos os dias, cara. Sacou? Ele tem o direito a banho de sol todos os dias. E ele não ganha aqui. Por quê? Porque tem que ficar trancado terça e quinta. Por quê? Porque assim definiu o pastor. Você vai discutir com ele? Você vai ser trancado na disciplina ou vai “papocar”, como ele fala: “vai papocar para outro rua” (Entrevista concedida no dia 04 de março de 2013).

O anúncio de uma possível “papoco” ou “espirro” (transferência) a uma Rua não pacificada é motivo para abrandar emoções e ações não permitidas.

Por fim, segundo a direção, há também, na Rua dos irmãos, o “preso perigoso”, que é acusado de grandes assaltos, formação de quadrilha, sequestros etc. A administração, na figura dos agentes, por exemplo, comenta que os presos que habitam a “Babilônia” são “doidinhos” e “bardeneiros”, manipulados pelos traficantes, ao passo que o “preso perigoso” quer o anonimato, pois ele sabe que em breve sairá da prisão para voltar ao “mundo do crime”, por isso, ele se refugia na “Rua dos irmãos”, para pagar cadeia com mais tranquilidade.

³⁰ Rotular a “Rua dos irmãos” de “holandês voador” é fazer referência ao navio fantasma do capitão Davy Jones, cujos tripulantes foram amaldiçoados a navegar nos oceanos eternamente sem nunca desembarcar em terra firme. Recentemente, essa lenda antigüíssima foi rememorada por meio do filme *hollywoodiano* “Piratas do Caribe” (2003).

III – SOBRE “OBREIROS”, “OVELHAS”, “BODES” & “LOBOS”

Na Rua A, tal como em uma igreja pentecostal, em sociedade, “o obreiro” do Projeto Renascer acha que é “*servo de Deus*” cumprindo uma missão divina. Vide o comentário de Jonas sobre eles:

Você pode imaginar, hoje em dias, o que um obreiro faz; ele ver uma alma abatida, um cara abatido, eu não sei por que na igreja católica eu não vejo a interseção de obreiros, não tem obreiros na igreja católica que chegam a você pra conversar, pra ler uma palavra, mas aí na religião dos caras tem (Entrevista concedida no dia 04 de março de 2013).

À primeira vista, segundo os integrantes do PR, “o obreiro” que “*trabalha para a obra de Deus*” deve exercer, tal como os obreiros das igrejas, duas funções, ambas relacionadas à atividade religiosa. A primeira, a “*evangelização*”, que é o ato de divulgar o “*evangelho de Cristo*” ao “*mundo*”; e a segunda, a “*pregação da Palavra*”, trata-se da ação de ministrar a sabedoria bíblica na “*casa de Deus*”, isto é, na igreja. Todavia, o desempenho deste ato sacerdotal está em crise, pois os internos da Rua A reclamam do comportamento dos “*obreiros*”, afirmando que:

Tem obreiro que ver o cara abatido em vez dele falar assim: “venha cá, está atribulado? Eu vou te dar uma palavra”, não é? Não é essa a função do obreiro, chamar o cara mais pra perto da fé? Botar ele de volta no caminho de Jesus, não é? Só que aqui não, o obreiro faz o seguinte: ele não deixa os portões da cela abertos, porque, como a rua é aberta, às vezes, o cara deixa o portão escancarado, então, o obreiro tem que fechar o portão, fica vigiando se está todo mundo de camisa, na “*butuca*” [isto é, na espreita]. Então, o cara fica vigiando se o portão está escancarado, se tiver, ele averte. Ele observa. Porque nas segundas, quartas e sextas a rua é aberta, ou seja, você pode transitar pela galeria, pode ir ao banho de sol, mas nas terças e quintas a rua é fechada, você não pode sair de dentro da sua cela, só se falar com o obreiro. Você não pode andar nem na galeria (rua). Tem que pedir ao obreiro: “hei, obreiro, eu vou ali, na cela 10. Hei, obreiro, eu vou ali, na cela 20 falar com fulano... Está bem pode ir” Se você sair na tora, sai sem falar com o obreiro, não é uma obra de Deus, é um vigia, ele é um porteiro. Então, eu não vejo ele dando palavra (Jonas, entrevista concedida no dia 04 de março de 2013).

Apesar dessa fala ser reveladora da dinâmica disciplinar da Rua A da CPPL II, na igreja pentecostal, “o obreiro” também trabalha no sentido organizacional, isto é, ele preenche atividades funcionais à manutenção do desenvolvimento ritual, como dispor os visitantes nos seus assentos e cuidar da disciplina, principalmente da juventude, na situação de culto etc. Geralmente, essas

funções são encarregadas pelas mulheres³¹. Contudo, na prisão, do “*obreiro*” é exigido, pelo grupo de presos que constitui a Rua A, um comportamento adequado a sua posição naquele espaço, pois se ele tem um papel é porque o grupo o investiu. Assim, os presos exigem que “o *obreiro*” execute sua função de homem religioso de maneira eficaz, que, segundo Moisés, é:

Você pode imaginar, hoje em dia, o quê que um obreiro faz; ele ver uma alma abatida, um cara abatido, eu não sei por que na igreja católica eu não vejo a interseção de obreiros, não tem obreiros na igreja católica que chegam a você pra conversar, pra ler uma palavra, mas aí na religião dos caras tem (Entrevista concedida no dia 05 de março de 2013).

Assim, “o *obreiro*” tem a função de regular as relações entre os poderes sobrenaturais e os homens comuns, isto é, os leigos. Como o “sacerdote”, “o *obreiro*” é investido de “carisma de função”, que o legitima a desenvolver atividades espirituais perante a comunidade de fiéis (Weber, 2009).

Para desenvolver tal missão espiritual, o indivíduo que pretende ser obreiro percorre vários estágios para chegar neste status. São rituais sucessivos que são iniciados no ato da conversão religiosa. Segundo “os *irmãos*”, “*conversão*” é mudar o trajeto da vida, “*seguir não mais as veredas do mundo, mas sim o caminho de Deus, que leva a salvação*”. É a partir desse ato que o indivíduo encarcerado produz uma linha divisória entre “a *Babilônia*” e “a *Rua dos irmãos*”, pois a comunidade religiosa suprirá a ausência de relações com os indivíduos do primeiro grupo.

Porque tipo assim, quando eu cheguei, eu não queria conversa com a rua dos irmãos, porque eu usava celular, usava drogas. E eles me falaram: “oh irmão, não pode usar celular, não pode usar droga”. E eu falei: “não, não vou ficar nessa rua aí não, eu vou pra babilônia porque eu fumo cigarro, uso

³¹Em pesquisa de campo realizada numa igreja pentecostal, localizada no bairro Conjunto Prefeito José Walter, Fortaleza, Ceará, Brasil, cheguei à seguinte observação: “[...] as mulheres, apesar de terem participação majoritária no culto, não pregam ‘a palavra de Deus’ e não se sentam nas cadeiras reservadas aos pastores e presbíteros. As mulheres se distribuem em outras atividades, como as musicais (desenvolvidas no coral da igreja e no ministério de louvor), no colhimento dos dízimos e das ofertas, na distribuição do pão e do vinho na santa ceia, nos cuidados com as crianças, adolescentes e jovens, no evangelismo, na arrecadação de alimentos e nos afazeres da cantina [...]” (Andrade, 2011, p. 12). No entanto, Coelho (2014), em sua dissertação de mestrado, observa que a participação das mulheres com líderes religiosos vem despontando no campo religioso pentecostal brasileiro.

drogas e preciso fazer umas ligações para resolver uns problemas lá fora”. Então, eu não quis ir pra rua dos irmãos por causa dessa doutrina que eles tinham. Mas aí, depois que aceitei Jesus, que eu vim pra rua dos irmãos, graças a Deus, deixei de usar cigarro, deixei de fumar maconha, eu era mais magro, estou mais forte para a glória de Deus. Deixei de fumar maconha de usar todo tipo de droga. Eu era viciado, tá ligando, lá pra fora. Também eu tinha o ato de derrubar cartão celular, aqui dentro da prisão, depósito (José, entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012).

A cisão de mundo efetuada pelo ato de conversão é rigidamente demarcada na prisão, pois o preso convertido ao pentecostalismo se encontra literalmente em uma Rua separada das demais, marcada por uma “*doutrina*” que o distancia das práticas ordinárias da prisão, não raro, voltadas ao crime. Vide a declaração de Isaías perante a indagação sobre sua conversão: “*e naquele culto, quando eu aceitei Jesus, naquela tarde, deixei de usar droga, e hoje, para a graça do senhor Jesus, faz um ano que eu deixei de usar*”.

Depois da “*conversão*”, realizada atrás das grades, há o “*disciplinamento*”, que está estritamente relacionado ao aprendizado. Trata-se de um mecanismo social de adestramento que funciona por meio de um processo de transmissão/aquisição, como se deve e o que não se deve fazer com o corpo³². O pretendente ao papel de “*obreiro*” deve aprender os preceitos doutrinários do PR e “*conhecer a Bíblia com entendimento e sabedoria*” para ter discernimento na vida cotidiana. Segundo Jonas, “*a maioria desses caras são crentes pentecostais formados aqui dentro, assistindo culto na televisão, em DVD gravado, eles nunca foram num culto lá fora, lá fora eles eram criminosos. Eles vieram buscar Deus, como eles dizem, aqui dentro, entende*”.

Sua investidura como trabalhador “*da obra*” apenas é realizada quando há certeza por parte do indivíduo que é este o caminho a ser seguido, pois todo “*servo de Deus*” deve investir suas forças sobre “*a obra*”, sem dúvidas e incertezas; mas esse caminho deve ser trilhado com sobriedade e nunca esperando recompensas

³² Marcel Mauss foi um dos primeiros a chamar atenção a respeito da sociedade como mecanismo modelador dos corpos. Com a expressão *técnicas do corpo* Mauss colocava na interessante idéia da construção cultural dos corpos: “entendo por essa expressão as formas pelas quais os homens, de maneira tradicional em todas as sociedades, sabem se servir de seu corpo”. A forma normal de uso do corpo é resultado de um processo educativo. Aprende-se o que se deve e que não se deve com o corpo desde que se nasce, e através de um processo simultâneo de transmissão/aquisição (Mauss, 2003, p. 401).

pelo serviço prestado. Certa vez, o pastor Eli revelou-me que a hierarquia da igreja tem uma dinâmica oposta das hierarquias da sociedade geral, isto é, quanto maior o cargo na “*obra do Senhor*” mais o indivíduo trabalha e menos recebe por aquele esforço. Os galardões são esperados no porvir, no além. Isso é tão enfatizado entre os membros das igrejas pentecostais que eles acreditam que o paraíso é uma grande metrópole com diversos tipos de mansões, sendo que as maiores serão abonadas àqueles que trabalharam “*na obra*”. Assim, o servo pobre que dedicou a vida à obra de Deus neste mundo será rico no outro; o servo rico que desprezou o trabalho na obra se contentará com um laurel menor. Trata-se de uma *teodicéia*, como esclarece Weber (1982), pois:

Os afortunados raramente se contentam com o fato de serem afortunados. Além disso, necessitam saber que têm o direito à sua boa sorte. Deseja ser convecidos de que a “merecem” e, acima de tudo, que a merecem em comparação com outros. Desejam acreditar que os menos afortunados também estão recebendo o que merecem. A boa fortuna deseja, assim, “legitimar-se” (1982, p. 314).

Portanto, a *teodicéia* legitima as desigualdades sociais entre os homens, dispondo “significado” ao domínio do bem-aventurado, ao passo que conforta àquele que está na condição de subalternidade, oferecendo-o “promessas de recompensa”, tais como “as esperanças de uma vida melhor no futuro, neste mundo (transmigração das almas) ou as esperanças para os sucessores (reino messiânico), ou de uma vida melhor no outro mundo (paraíso)” (Weber, 1982, p. 318).

Quanto ao “*obreiro*”, na Rua A, os presos devem reconhecê-lo como um “*homem Deus*”, que em suas práticas há virtudes divinas de um bom pastor que cuida das suas ovelhas. Ou seja, eles esperam que o indivíduo, candidato ao cargo de “*obreiro*”, execute seu papel de modo eficaz, sem deslizes. Conforme explica Isaías,

José é um homem de Deus, ele tem um conceito aqui dentro como um homem de Deus. É porque você ver o José estudando, você vê ele crescer pela palavra. O José sonha em fazer faculdade e se tornar um grande pastor, ele mesmo disse que quer andar pelo caminho de Davi; verdade, cara, cada um tem um objetivo de vida, e o cara tem que correr atrás mesmo (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Portanto, o comportamento relacionado ao papel do “obreiro” é avaliado continuamente pelo corpo da Igreja. Contudo, é possível concluir que “a obra” do PR está se *rotinizando*, pois seu carisma institucional vem aos poucos se exaurindo no ar uma vez que seus métodos de avaliação dos pretendentes ao cargo de “obreiro” estão mais flexíveis, conforme expressa Jonas:

Mas a obra está que nem aquele cinto que você usa demais, tá afrouxando, já foi mais rígido. Os obreiros, hoje em dia, porque eu vejo que é um negócio muito sem base, você olha antigamente o obreiro tinha que jejuar, tinha que passar uma hora lendo a bíblia todo dia, o obreiro era um obreiro de Deus mesmo, fazia a obra de Deus mesmo; hoje em dia, o que o cara faz, se você sabe bem a palavra, você conversa com os obreiros... Você fica na rua e não tem função nenhuma na rua, só é uma ovelha, certo, você não é pastor, você não é obreiro, você não é diácono, você não é presbítero, você não é intercessor, você conversando com os obreiros, os obreiro falam: “oh, o irmão Eliakim ali sabe bem da palavra”, daqui a dois dias esses presos vão te chamar pra ser obreiro, não tem mais o crivo de ninguém, se chamou, você é obreiro. Eles te dão uma camisa com uma gravatinha pra você ser obreiro da Rua A, e você vai ser obreiro (Entrevista concedida no dia 04 de março de 2013).

Entrementes, conforme fui mergulhando no campo, observei que não era necessário ser religioso para trabalhar “na obra”, que o caráter espiritual “da obra” fora relegado a poucos, que a maioria que trabalha “na obra” é, na verdade, pessoas que não estão interessadas em ir (ou voltar) à “Babilônia” e estão dispostas a ajudar de alguma forma. Conforme expõe Isaías,

Agora, a questão que eu falei que tem algumas pessoas que ajudam na obra e não são cristãos, é porque se nós convivemos numa rua onde a minoria é irmão, e eles respeitam a doutrina, não tem droga, não tem faca, a gente dá um voto de confiança carregando uma água, na faxina. A maioria não é, Eliakim. Se eu dissesse assim: “nós vamos tirar aqui só os irmãos dessa rua”. Eu vou tirar quantos irmãos da rua A? Eu vou tirar, estourando, uns 80. Para uma população de 220. Ou seja, 140 não são cristãos, mas eles respeitam, alguns foram da obra, não são mais, mas são comportados, eles apoiam a doutrina do PR, porque são os caras que não querem ir para uma babilônia. A gente vai fazer evangelismo na babilônia, a gente ver como são as condições de uma Rua E, de uma Rua F. É droga, é fumaça, é briga. Têm alguns que não querem.

Portanto, conforme expus no capítulo III³³, as atividades de cunho administrativo, como “*bibliotecário*”, “*porteiro*” e “*secretário*”, além dos fazeres braçais, como “*garrafeiro*” e “*carro-pipa*”, são desenvolvidas pelos presos que não se converteram ao cristianismo pentecostal, mas aderiram à “*obra*” preferindo “*pagar cadeia*” sob as regras da “*doutrina*” a ir (ou voltar) à “*Babilônia*”.

Então, “*o obreiro*” é o preso que pode ser tanto evangélico como não-evangélico. Este aderiu ao conjunto de regras posto pelo PR, mas não se converteu ao cristianismo pentecostal. Adesão aqui não tem o mesmo sentido de *conversão religiosa*. De acordo com Hans Jyrgen Prien (1985), a experiência de conversão no pentecostalismo, tal qual no protestantismo histórico, caracteriza-se pela aversão ao mundo e a entrada no âmbito da salvação. Ao aderir o Projeto, o interno deve seguir um conjunto de regras que são denominadas de “*doutrinas do bem*”. Seu ingresso no Projeto não o insere no âmbito da salvação religiosa, mas garante um provável espaço de “*paz e segurança*” na prisão.

Mas no espaço da CPPL II, em especial, na “*Rua dos irmãos*”, há também “*as ovelhas*”, “*os bodes*” e “*os lobos*”, cada uma com seus atributos específicos que os identificam como tais. Vide esta transcrição do meu diário de campo realizada no dia 26 de maio de 2012:

Entro na cela. Daniel me cumprimenta. Junto a ele, estão mais três presos que se aglutinam num canto da cela, estão a ler uma passagem bíblica. Daniel estava sem camisa, segurando uma bíblia com mão esquerda. O cheiro fétido de suor subia pelas minhas narinas. Logo mais deixaria de ser insuportável, pois o corpo, num processo lento e gradual, se adapta facilmente as mais diversas situações. Na cela, conheci um jovem chamado Mateus. Ele tem uns vinte e poucos anos, é baiano e demonstra ser muito sábio. Num proleto aberto, revelou-me que não gostava de estudar quando fazia o ensino médio, mas, agora, na prisão, estuda com bastante afinco e tem o sonho de fazer ciências da computação. Enquanto conversava com Mateus, Daniel fora chamar Jonas. Numa visita anterior, eu marcara com este uma entrevista. Mateus falava-me sobre as categorias êmicas “*da obra*”, “*ovelha*”, “*bode*” e “*lobo*”. “Com qual categoria você se identifica?”, perguntei. “*Da obra*”, respondeu ele, sem pestanejar.

A maioria dos presos, que estão na Rua A, trabalham na “*obra*”. Pois o PR garante uma série de privilégios dos quais não são aproveitados pelos

³³ Ver final do tópico “*Maneiras de fazer o cotidiano na prisão*”.

encarcerados que não ajudam na “obra”, mesmo os que estão na “Rua dos irmãos”. Como disse José,

Estou na frente da obra, certo? Por quê? Porque eu trabalho na biblioteca, tem o projeto também de dar aula de inglês. Então, eu estou na frente da obra. Tenho passe livre na cadeia. Vou até a rua F se eu quiser. Certo? Posso assistir televisão. Eu não preciso ficar trancado terça e quinta. Certo? Porque eu sou da obra. É certo isso pra mim? Pra mim é bom? É! Não vou negar que é bom. Mas você acha isso justo? Não, não acho (Entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012).

Estar à frente da “obra” é trabalhar nela e com isso ganhar não somente o banho de sol, mas também o direito de assistir TV quando nenhum outro preso pode, participar da escola e de cursos oferecidos³⁴, do processo de produção de bolas de futebol e circular livremente durante o período de silêncio, nas terças e quintas, e no período noturno. Contudo, as ovelhas também têm facilidades para angariar os favorecimentos de estar na “Rua dos irmãos”. Vide a transcrição do meu diário de campo no dia 12 de março de 2013, numa situação em que Manoel me chamara:

Queria que eu fizesse uma “correria” (ajuda): ver com algum conhecido ou amigo advogado como anda o processo dele. Pensei por alguns segundos e respondi que não era um “bichão”, que “sou um pobre diabo” e não tinha amigos advogados, mas que conversaria com o defensor público da Casa. João e Dimas riram da minha expressão. Eu sorri e cumprimentei-os. Após essa saudação, perguntei a Manoel o porquê de ele não procurar ajuda com o defensor público da Casa. Ele respondeu que o advogado da casa “não serve para nada, só presta serviço às ovelhas”.

As “ovelhas” são os presos evangélicos e não-evangélicos que não trabalham “na obra”, mas que aceitaram conviver no espaço pacífico da “Rua dos irmãos”. Portanto, eles aderiram à “doutrina” de orientação da conduta do PR.

A “ovelha” é pacífica, quer “pagar cadeia” tranquilamente, sem temer o clima de tensão próprio dos espaços prisionais. Por isso, ela optou por se subordinar à dominação dos presos da “obra”. Segundo Isaías, “a bíblia diz que a ovelha é aquela que ouve a voz do pastor e segue, é aquele que obedece” e continua:

³⁴ Duramente meu trabalho de campo, observei apenas dois cursos oferecidos aos presos da Rua A, quais sejam, serigrafia e combate às drogas.

As ovelhas, Eliakim, é o cara que não se envolve com a obra, está ali só para puxar a cadeia dele tranqüila, quer ficar no canto dele sossegado, não quer problema, quer tirar a cadeia dele sossegado e ir embora. Então, eles chamam de ovelha as pessoas que não são envolvidas com a obra (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Na mesma situação de campo transcrita acima, eu pergunto, “e vocês não são ovelhas?” “Nós somos bodes!”, respondeu João. Perguntei: “qual a diferença entre ovelha e bode?” Foi João que delimitou melhor essas categorias. Segundo o jovem interno, “a ovelha é inocente, é pura, é mansa... Já o bode gosta de briga, é traiçoeiro”.

Portanto, os “bodes” são os presos que estão encarcerados na “Babilônia”, que não aderiam à “obra” e vivem a vida na prisão de forma desregrada, respeitando apenas (ou não) o proceder do “regime de cadeia”. São os presos “baderneiros”. Segundo Jonas, “bode é aquele que canta uma música do mundo, que usa droga escondido, é um cara mundano. Aqueles que querem brigar com as pessoas também é bode”.

Contudo, como foi dito acima, encontrei, no interior da Rua dos irmãos, presos que se auto-afirmam como “bodes”. Eles não podem sair da Rua A porque, outrora, trabalharam no PR de forma exemplar e, atualmente, vivem no “seguro” da “Rua dos irmãos”, pois foram “marcados” (ameaçados de morte) pelos presos que estão encarcerados na “Babilônia”. Segundo José,

Não teria como colocar, para trabalhar na obra, somente quem é cristão, porque a maioria dos irmãos não querem mais trabalhar na obra, porque a obra, de uma certa forma, na cadeia, ela é mal vista. O crime tem os irmãos mais como quem cagueta, que fala com a direção, do que como homem de deus. Eu fiquei cinco anos no IPPS e nunca puxei conversa com um agente, aqui não, aqui a gente conversa com os agentes, o diretor vai lá no portão, de vez quando chamam o pastor Luís para fazer uma reunião, já me tirou umas duas vezes para eu conversar com ele. Então, é isso (Entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012).

É por este detalhe, a entrada de presos que não são evangélicos no Projeto, que surge a figura do “lobo”. De acordo com Isaías,

A questão de pessoas de má fé, que estão na obra, fingindo serem cristãos e usando isto como capa. A bíblia diz que são lobos disfarçados de ovelhas.

Acontece muito aqui do cara está trabalhando na obra e ele querer humilhar um irmãozinho (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Portanto, “os lobos” são aqueles que se travestem de “obreiro” ou “ovelhas” para trabalharem em pro do crime. Para eles, a “obra” é um meio para alcançar os fins desejados. Por exemplo, em dezembro de 2012, quando a Rua C ainda era do PR, o presbítero que administrava ela fora baleado pela polícia numa tentativa de fuga. Desde então, ele ficou conhecido, entre os irmãos, como “lobo”.

A figura do “lobo” está estritamente ligada à representação do “crente KÔ”.

IV – CONVERSÃO RELIGIOSA E “O CRENTE CAÔ”

A conversão religiosa, em um primeiro momento, ocorre diante de uma nova religião. Uma nova crença é exposta ao indivíduo. Por isso, há, principalmente entre as doutrinas cristãs, o ide evangelístico, que propaga a mensagem de Cristo mundo a fora. Tal prática é típica das “religiões monoteístas de missão universal”, cuja regra é “fazer proselitismo pregando oportuna ou inoportunamente, de não sossegar enquanto não se alcançar a conversão de cada um que tenha sido chamado por Deus” (Pierucci, 2006, p 119)³⁵. No seio do grupo social afetado pelo proselitismo, a religião monoteísta de missão universal oferece bens de salvação que a crença tradicional até então não oferecia.

Segundo Weber (2009, p. 273), “a ação religiosa ou magicamente motivada, em sua existência primordial, está orientada para este mundo. As ações religiosa ou magicamente exigidas devem ser realizadas ‘para que vás muito bem e vivas muitos e muitos anos sobre a face da Terra’, isto é, elas oferecem ao fiel um meio para se alcançar um fim. Neste ponto, Weber é bem cético, afinal são meios “para que vás muito bem” neste mundo. E o que o sociólogo busca compreender são os sentidos atribuídos à ação social dos indivíduos. Neste caso, o pesquisador social deve procurar os motivos da ação.

Os motivos da conversão são diversos, mas todos relacionados à mudança, ao viver uma nova vida, a uma ocasião de recomeço. A religião, na prisão, é uma nova oportunidade para recomeçar a vida guiada por novos valores. Se usarmos a expressão “fundo do poço” para definimos a situação de alguém que está suscetível a um nova crença, a prisão seria, então, o “tipo puro” dessa fórmula. Em uma situação de conversação, durante meu trabalho de campo no dia 10 de outubro de 2012,

Daniel apresentou-me a um interno chamado Tamar, que disse que passara mais de 30 anos no crime, que conhecera diversas prisões cearenses, e que se convertera há seis meses. Ele disse que precisou ter o corpo

³⁵ O termo “religiões monoteístas de missão universal” deriva de Antônio Flávio Pierucci e é usado para designar “religiões cujo dinamismo constitutivo está fundado sobre a crença em uma missão divinamente revelada, que outra não é senão a missão de propagação universal da própria revelação emissária” (Pierucci, 2006, p. 119).

“varado” na bala para conhecer o evangelho: “se não for pelo amor é pela dor”. E comparou sua história com a de personagens bíblicos como Jonas na barriga da baleia, e a cegueira de Paulo de Tarso. Tamar afirmou que sua metralhadora, agora, era a bíblia.

Em uma situação de entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012, José relatou seu testemunho nos mínimos detalhes:

Eu vim para CPPL II. Estou preso aqui por um sequestro e uma formação de quadrilha, porque era mais de três pessoas, quando é de três, quatro pessoas para frente, dá formação de quadrilha. É uma situação meio complicada que eu cheguei agora: sequestro, cativo. E quando eu cheguei, fui para quadra ali, e aí tinha o pastor Eli e outro irmão, eles me convidaram para ficar na Rua dos irmãos, mas como eu cheguei com a mente lá de fora, voltada para o mundo do crime, não quis participar, não quis ir para vivência dos irmãos. Aí o quê que acontece, eu vou para a babilônia. Aqui, a gente chama a vivência que não é evangélica de babilônia. Aí eu fui para a babilônia. Aí eu passei uns três meses lá ainda. Lá eu tinha acesso à comunicação lá fora, porque eu tinha um celular, aí eu liguei lá para fora. Como eu achava que o processo era meio complicado para eu sair pelo portão da frente, pensei que eu ia passar não sei quantos anos para poder sair, aí como eu não era evangélico, o que foi que eu pensei em fazer, tentei fugir da rua C, eu e alguns que estavam comigo no mesmo sequestro, sabe. Três que estavam no mesmo sequestro comigo estavam na rua C. Aí eu fui para vivência C como eles lá. Aí, lá, a gente andou quebrando o combobó para ir embora, mas, aí, não deu certo, nesse dia não deu certo. Aí, numa terça-feira, o irmão, pastor Eli, fez um culto lá no pátio da vivência C, aí, eu vim participar do culto, aí, um irmão antes tinha falado comigo lá dentro vivência, lá na babilônia, e ele na vivência B, que é a vivência que eu me encontro hoje (neste período a Rua B ainda era do PR). Aí ele falou no combogó comigo: “oh, deixa eu só fazer uma oração por vocês na cela aí?” Nós tudo usando droga, com celular lá. Aí, a gente respondeu: “pode, pode fazer irmão”. Aí, ele me chamou: “vem aqui para tu participar da oração”. Aí, eu encostei combogó, aí, ele orou lá, fez uma oração, aí, quando ele terminou a oração, eu saí, fui lá pra minha comarca lá. Telefonando lá para fora, resolvendo o problema lá fora. Aí, ele: “rapaz chama esse rapaz, esse irmão que estava no combogó”. Aí, chamou um. “Não é ele aí não, é outro”. Aí, me chamou. Aí, quando eu estava chegando no combogó, ele disse que tipo viu claro, assim, que Deus mandava ele falar pra mim, que Deus tinha me dado livramento de morte, Deus tinha me livrado da morte por causa de uma oração de uma senhora, e eu sabia quem era essa senhora. Aí, quando ele falou: “e tu sabe quem é”. Aí, quando ele falou, o primeiro pensamento que veio foi na minha avó, porque minha avó é evangélica, ela têm 75 anos, já evangélica há muitos anos. Aí, tudo bem. Ele disse que Deus tinha uma obra na minha vida. Mas tudo bem, eu continuei na Babilônia ainda.

Aí, teve esse culto no banho de sol. Aí, outro irmão, lá da liberdade, falou que Deus estava dando livramento de morte para cinco pessoas. Aí, quando ele falou cinco pessoas, eu senti que uma das pessoas, era comigo. E

nesse negócio que a gente ia embora lá da vivência C, que a gente ia ter uma fuga lá, o cara vinha resgatar, ia ter um resgate, aí, os cinco que iam eram eu e mais quatro pessoas que estavam comigo lá na cela, aí, na minha cabeça eu pensei que eu era uma das cinco pessoas. Deus usou aquele irmão lá de fora para falar comigo novamente, foi quando eu aceitei Jesus. Deixei celular, deixei droga, deixei tudo pra lá. Aí fui para vivência dos irmãos. Só precisei do coxão e uma roupa que eu tinha, mas droga, celular eu deixei tudo. Eu fumei cigarro mais de quatorze anos, eu pensava que nunca ia deixar de fumar cigarro, eu era viciado em cigarro e fumava maconha e usava droga. E lá fora minha esposa pedia: “José, deixa de fumar, deixa de fumar essas maconhas aí, essas drogas”. Mas eu não tinha força pra deixar a maconha, não tinha força pra deixar de usar droga e eu achava bom, fumava porque achava bom mesmo. E naquele culto, quando eu aceitei Jesus, naquela tarde, deixei de usar, e hoje, para graça do senhor Jesus, faz um ano que eu deixei de usar.

Tamar enfatiza que precisou *“ter o corpo ‘varado’ na bala para conhecer o evangelho: ‘se não for pelo amor é pela dor’*”. José incluiu o *“livramento de morte”* confirmado a partir das orações de sua avó. Tanto o primeiro quanto o segundo atribuíram o papel do milagre como fator preponderante para a conversão religiosa. Segundo Dias (2008, p. 105),

A referência aos milagres para explicar a conversão religiosa é muito comum entre os evangélicos, o que certamente está ligado à necessidade de justificar mudanças tão repentinas e tão radicais na vida do converso. O milagre significa a prova da existência de Deus e de um plano divino para sua vida. Representa o ponto de ruptura com a biografia passada e o surgimento do “homem novo” que deixou todos os vícios e está em busca da “santificação”.

Conforme os relatos, suas conversões foram abruptas. Ambos, a partir da decisão, optaram por deixar repentinamente a vida passada e a andar como um novo homem, baseado em novos valores, seguindo uma nova identidade que se baseia na vida de Jesus. Como a conversão de Isaías,

Quando eu saí da babilônia, eu deixei tudo para trás, cara. Deixei celular, porque tinha muitos contatos lá fora. Deixei umas drogas que tinham vindo lá de fora para mim, 100g de pedra, na época. Então, quando foi para eu sair de lá, eu deixei tudo para trás. Deixei para trás e quando eu cheguei na rua dos irmãos eu recebi a doutrina e até hoje eu respeito essa doutrina (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Os presos não veem a conversão como um processo lento e gradual, como um período de adaptação da nova conduta, com explica José, *“eu cheguei com “mente lá de fora, voltada para o mundo do crime, não quis participar, não quis*

ir para vivência dos irmãos”. Vide o que Isaías comenta sobre sua conversão: “*se eu não tivesse me convertido de verdade, se eu não fosse cristão, e deus não tivesse mudado meu modo de pensar, eu não ficaria mais aqui dentro (da Rua A), eu ia para a Babilônia, fazer meus negócios, ligava pra fora pra fazer as correrias que eles fazem*”.

A partir da declaração de Isaías, é possível perceber que, na CPPL II, há, nos corredores e celas, um espectro daquele que não é “*convertido de verdade*”, são murmúrios que falam de uma falsa “*conversão*”, um tipo social conhecido como “*crente KÔ*”. O pastor da Assembleia de Deus, que faz, semanalmente, um trabalho evangelístico na CPPL II, explicou que “*a maioria é falsa [...] é só na aparência [...] é e não é*”. Um agente carcerário afirmou que “*80% dos presos são crentes KÔ*”. E o chefe de segurança da Casa pontua: o “*crente KÔ*” é o falso crente, que está tirando proveito da situação, sem saber que “*só engana a si mesmo*”. Esse “*engana a si mesmo*”, segundo “*os obreiros*”, diz respeito à ocasião em que o indivíduo ilude a comunidade de irmãos, “*mas não engana a Deus, pois Deus vê todas as coisas*”.

Segundo Regina Novaes (2005, p. 9), “*fala-se em simulação da conversão nos presídios como se houvesse em outros espaços sociais vias e métodos seguros para comprovar a “autenticidade” da conversão ou a “profundidade” da filiação religiosa transmitida de geração a geração*”.

Não pretendo aqui desvendar se de fato os presos se converteram, mas sim saber quem é o “*crente KÔ*”, como meus interlocutores o veem.

Segundo Isaías, é possível conhecer um “*crente KÔ*” através de suas ações, da sua conduta, do seu “*testemunho*”, ou, ainda, pelos “*frutos*”, tal como retrucou o irmão Jeremias: “*você reconhece um ‘crente KÔ’ pelos frutos, irmão*”, e prossegue, “*quando a pessoa se converte, Deus vai trabalhando na vida dela, Deus muda... Quem fuma ‘cigarro do pacai’ (fumo ou maconha) não pode ser crente e quem briga também*”.

Como é que sou um cara que não sou cristão, que, na presença do pastor Eli, eu não falo das coisas do mundo, não canto músicas do mundo, eu não falo do que eu fiz, de quem eu matei, de quem eu assaltei, mas quando eu não estou na presença dele eu falo. Então, têm muitos que trabalham na

obra, que fazem parte da obra e não são nem ovelha. Não são nem ovelhas. Porque ainda tem que mudar. A bíblia diz que nós conhecemos uma árvore pelos frutos. Então, tem pessoa ali que a gente faz consagração e a gente pede pra deus transformar, porque ainda é um cara bruto, precisa muito que deus trabalhe naquele gênio dele para ser transformado (Isaías, entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

A reincidência criminal é um dado importante usado entre os presos para classificar o “*crente KÔ*”. Felipe era frequentemente usado como exemplo de “*crente KÔ*”, pois ao “*pegar liberdade*” como crente fervoroso, uma semana depois, fez uma “*sugesta*” – tentativa de assalto sem apresentação de uma arma, seja de fogo ou branca – a um comerciante local, dono de um bar. Este, também açougueiro, reagiu ao assalto com um facão, cortando a barriga daquele de uma ponta a outra. Felipe, agora, “*está no IJF para morrer*”. Sobre o “*crente KÔ*”, Jonas declara:

O cara mudou? Mudou, graças a Deus que mudou, cara. Deus operou na vida dele, ele tem Jesus hoje em dia, grudou na fé dele, tá melhor... Tá melhor? Mas não é assim um homem de deus, um cara livre de todos os resquícios da maldade, eu não confio não, cara; você pode perguntar aos agentes aí, o Zaqueu pode te falar, quantos irmãos, obreiros, já foram pra liberdade e voltaram pra cá, você pode perguntar pra eles. Você vai ter exemplo de um que voltou essa semana. O cara foi pra liberdade, veio aqui com terno de pastor, pregou aqui dentro no banho de sol, todo mundo falou: “meu deus, o cara está transformado em nome de Jesus”. Saiu, foi preso, voltou para cá. Voltou com a farda verde e branca (Entrevista concedida no dia 04 de março de 2013).

Outro caso muito comentado, entre os irmãos, de “*crente KÔ*” fora a tentativa de fuga organizada pelos presos da Rua C. Na época, dezembro de 2012, a C ainda era “*pacificada*” pelos “*irmãos*”, e o preso encarregado pelo comando da Rua era um dos presbíteros da “*obra*”. Segundos os encarcerados religiosos, ele organizou tudo na surdina, com outros presos também convertidos à crença pentecostal. Contudo, na situação de fuga, fora baleado e morrera atravessado nas grades que separam a Casa de Privação do “*mundão*”. Eu indaguei aos irmãos se sua morte seria “*castigo de Deus?*” Eles omitiram a resposta, deixando subentendido, nos olhares, à expressão: “*engana a si mesmo, mas não engana a Deus, pois Deus vê todas as coisas*”.

Numa conversa longa com alguns presos da cela 8, perguntei se todos eram irmãos, isto é, evangélicos. Aleff respondeu que sim, mas demonstrou certa

indecisão. Aprendi com o filósofo Rubem Alves, que “os rostos revelam o mundo”. Aleff intuiu que eu percebera sua indecisão, isto é, ele também se atentou a expressão do meu rosto, e disse: “*Se está na benção, tem que está de coração... Não dá pra se esconder atrás da Bíblia*”. Ele se refere à falsa conversão. Acho que Aleff foi corajoso, não escondeu sua atual posição; seus companheiros de cela também demonstraram dúvida, mas eles afirmaram que “*sim, somos crentes*”, pois precisam do abrigo da Rua A, a “*Rua dos irmãos*”. Por isso, entre funcionários e massa carcerária, “há uma desconfiança constante pairando sobre os presos evangélicos, ligada a uma suposta ausência de sinceridade na sua devoção religiosa” (Dias, 2005, p. 47).

Os presos da “*Babilônia*” também veem o “*crente KÔ*” como aquele que se “*refugia na Rua dos irmãos*”, que “*se esconde atrás da Bíblia*”: são encarcerados que cometeram algum delito não considerado no “*mundo do crime*” ou “*vacilou*” na cadeia e estão na Rua A como “*seguro*”. Segundo Enoque, os internos que trabalham ou trabalharam na “*obra*” e são evangélicos de verdade, o crime respeita. Nas suas palavras, “*se está na benção, deixam quieto, mas deixa ele fumar a primeira pedra*”. No “*mundo do crime*”, os bandidos “*pegam na promoção*”, isto é, na sorte, quando menos o sujeito espera, ele é surpreendido.

V – PASTOR ELI

Segundo Norbert Elias (2001), todo indivíduo ocupa uma posição e faz parte de uma rede específica de interdependência. Pastor Eli ocupa o centro de uma figuração social que inter-relaciona diferentes indivíduos no interior da CPPL II, na qual ele mantém seu espaço de atuação com auxílio de uma estratégia muito bem articulada entre “irmãos da obra” e diretoria da Casa.

A primeira impressão é a que fica, diz o ditado popular, porém, quando se trata do pastor Eli, essa expressão não pode ser tomada ao pé da letra, pois ele, na primeira visualização, gera um sentimento inverso ao qual costumamos imaginar de um homem que detém tanta influência no interior da prisão, principalmente na Rua A. Vide a minha primeira descrição do pastor no meu diário de campo:

Homem de estatura mediana, magro e com expressões tímidas, cumprimentou-me de forma amigável e encaminhou-me até uma cela, ainda fora da vivência. No caminho, indaguei-me sobre a possibilidade daquele homem estar na frente de tal missão e especulei os possíveis crimes que ele teria cometido. “Ele parece tão frágil”, pensei por fim (Trabalho de campo realizado no dia 26 de setembro de 2011).

Até mesmo o tom da sua voz não é típico dos grandes líderes. A primeira vista, seu discurso não passa nenhuma confiança e segurança.

Como este homem chegou à frente do Projeto?

Através dos presos da obra, descobri que o pastor Eli fora julgado e condenado há mais de noventa anos de reclusão. Assaltava bancos de pequenas cidades do sertão nordestino. Segundo um interno, “*pastor Eli fechava as cidadezinhas na bala*”.

Encarcerado na CPPL II desde sua inauguração, em 2009, Eli foi um dos irmãos que ajudou a criar e desenvolver o Projeto Renascer. Segundo irmão Isaías,

O pastor Eli tinha o conhecimento e andava com as pessoas que eram fortes no crime. Mas ele era lá de Brasília. Quando eu pego um cara que era lá de Brasília e trago ele para cá, aí eu quebro as pernas dele. Os parceiros dele do crime estão lá em Goiânia e Brasília, aqui ele está sozinho. Ele não tem poder aquisitivo. Só tem uma mixaria que já deve ter acabado. Se ele

ainda tem algum dinheiro é para família passar lá (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Apesar de ser um homem articulado no mundo do crime organizado, Eli, após sua captura, fora esquecido pelos seus parceiros e seu encarceramento em uma prisão do Ceará o mantém distante da quadrilha. Conforme José, Eli, quando no *“fundo do poço”*, viu sua vida ser transformada por *“deus”* e *“ele não tem nem mais vontade de ir embora. Porque deus muda o rebanho do seu pecado. Mas, se ele não tivesse aceitado a Jesus e ele ainda fosse ímpio e tivesse a mente voltada para o crime, ele não teria poder aquisitivo para financiar uma fuga”*. As palavras de José demonstram que Eli se convertera ao evangelho pentecostal no momento em que entrara na CPPL II.

No início da *“obra”*, quem liderava a *“Rua dos irmãos”* era o pastor Abrão. A despeito de estar próximo da liberdade, ele articulou com o diretor à época as estratégias para criação de uma Rua totalmente pacificada. Optou, então, por selecionar, dentre os irmãos, o obreiro Eli para liderar a obra de Deus na CPPL II pós sua saída. Conforme explica José,

Pastor Samuel procurou uma pessoa, no meio dos irmãos, para ficar responsável pela obra. Aí deus botou uma irmã lá de fora e outro irmão e usou para falar que a pessoa mais indicada era o pastor Eli. Aí ele ficou nesta posição que ele está até hoje. Quem levanta é deus. Porque quando não é de deus, ele não permanece (Entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012).

A observação de José expõe que Eli não foi escolhido apenas pelo pastor Samuel, mas também foi *“levantado”* por *“deus”*, que *“botou uma irmã lá de fora e outro irmão e usou para falar que a pessoa mais indicada era o pastor Eli”*. Além do pastor Samuel, o pastor Marcos, ministro da Assembléia de Deus Ministério Montese, também relegou autoridade ao então *“obreiro”* Eli para exercer a função de pastor.

Mas *“o obreiro”* Eli foi escolhido para fazer o quê? Qual é a função do pastor?

Nos cursos que resultaram no livro *Segurança, território e população*, Foucault (1995, p. 237) comenta que o cristianismo se organizou em uma Igreja e

postulou que certos indivíduos, por seus atributos religiosos, podem servir a outros como pastores. O poder pastoral, explica Foucault, é um tipo específico de poder que garante a salvação do indivíduo no outro mundo. É também um poder que dá ordens, mas que se sacrifica pelo rebanho, em contraposição ao poder real, que exige o sacrifício dos súditos para manter-se. É também uma “forma de poder que não cuida apenas da comunidade como um todo, mas de cada indivíduo em particular, durante toda a sua vida” (tal como a parábola da ovelha perdida, que se perdeu do rebanho e foi encontrada pelo pastor, que largou noventa e nove ovelhas em busca de apenas uma). E, finalmente, o poder pastoral é uma forma de poder que necessita conhecer a mente das pessoas, suas almas, ou seja, “implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la” (2005, p. 237). Segundo Foucault,

Esta forma de poder é orientada para a salvação (por oposição ao poder político). É oblativa (por oposição ao princípio da soberania); é individualizante (por oposição ao poder jurídico); é co-extensiva à vida e constitui seu prolongamento; está ligada à produção da verdade – a verdade do próprio indivíduo (2005, p. 237).

O pastor, em primeiro lugar, deve anunciar à salvação espiritual ao mundo. Ocorre que, na CPPL II, além de ser arauto das boas novas, chamando o preso à conversão religiosa, o pastor Eli salva o cativo da “*Babilônia*”. É ele quem convida o recém-encarcerado ao “seguro” da “*Rua dos irmãos*”. Diante de uma resposta positiva, ele anuncia às regras que devem ser seguidas para um convívio pacífico no interior da Rua A. Como explica José, “*quando eu cheguei, fui para a quadra ali, e aí tinha o pastor Luís e outro irmão, eles me convidaram para ficar na rua dos irmãos*”.

O pastor Eli também deve dar ordens e os obreiros subordinados devem acatar esses mandos, além das “*ovelhas*”, que temem a expulsão da “*Rua dos irmãos*”. Assim, o comando do pastor não está relacionado apenas ao carisma de função na qual a Igreja, na pessoa do pastor Marcos, o investiu, mas também nas ameaças de um possível “*espirro*” (transferência) de Rua.

Na questão de apoiar o pastor, a atitude que ele toma é dá o toque: “oh, meu filho, você vai sair daí, você vai ter que sair da Rua, porque a gente não permite isso”. A rua quase toda apoia, porque a maioria que está ali é vítima da Babilônia, é vítima de outras cadeias, vê a covardia que é na Babilônia (José, entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012).

Isso quer dizer que, além das disposições hierárquicas, que geram uma espécie de rede de vigilância e comando na Rua A, as estratégias de manutenção do poder do pastor Eli passam também pela prática da violência simbólica, a partir de ameaças de um possível *“papoco”*. Diante da possibilidade de ser transferido para as *“Ruas da Babilônia”*, Mc Levi afirma que *“é melhor obedecer do que sacrificar”*.

Apesar desse tom hostil, pastor Eli, segundo os presos da A, parece disposto a ajudar *“as ovelhas”*, se sacrificando na resolução de problemas cotidianos. Conforme explica José,

Quando ele estava dentro das ruas, que eram cinco ruas, eram todos os problemas para ele resolver... O Davi, por exemplo, passou um mês na rua A, aí ele se agoniou com tanta coisa para resolver, sobrecarregado, as pessoas pedindo, reclamando, brigando (Entrevista concedida no dia 23 de outubro de 2012).

Essa característica oblativa do poder pastoral, na CPPL II, é exposta na expressão *“colocar o pescoço na seda”*, isto é, por a cabeça em risco para sacrificar-se pela fé. Significa enfrentar os criminosos da prisão, principalmente os traficantes, para divulgar a *“palavra de deus”*.

Contudo, essa não é a visão dos demais presos da CPPL II. Pastor Eli é visto, frequentemente, pelos encarcerados da *“Babilônia”* como um líder austero e corrupto, que usa do seu poder para angariar privilégios. Segundo Moisés,

Há um tempo, levantaram não sei quantas assinaturas na cadeia toda para tirar ele do cargo. Na época, ele morava no quadrante, separado das ruas, aí disseram que ele tinha regalias, que ele que mandava na cadeia. Aí levantaram esse abaixo-assinado, levaram para a secretaria, mas não conseguiram tirar ele (Entrevista concedida no dia 05 de março de 2013).

Um interno da *“Babilônia”* comparou pastor Eli com o ex-presidente cubano. Segundo ele, *“pastor Eli é o Fidel da religião, que impõe regras do exercito para os presos”*. Outro encarcerado afirma que a direção é conivente com as ações do pastor: *“para defender o PR, a direção faz qualquer coisa. Apoia qualquer posição do pastor Eli. ‘Espirra’ a pessoa da Rua só porque estava usando um brinco”*.

Perante essa crise na manutenção do poder, são diversos os comentários de ameaças que o pastor sofre dos “*presos da Babilônia*”. São “*catataus*” (avisos em papéis) que chegam anunciando sua morte. Um jovem detento da “*Babilônia*” declarou que “*o pastor Eli não é um homem mal, mas, há vários presos com raiva dele por causa das suas regras*”.

Por fim, Isaias comenta que o pastor Eli

Prega, mas não é pela força da manipulação não, é mais pela força da palavra. Porque a bíblia diz assim: “a palavra depois que ela sai ela não volta mais...”. Ele não tem nem jeito para ser um 171. Ele lidera isso daqui através da palavra de deus. Se Jesus não tivesse aqui, ele não ia liderar nem a cela dele. Então, é mais Jesus na causa. Ele lidera a rua A, se ele já liderou cinco ruas aqui é porque, não porque ele persuadia as pessoas, mas sim pela palavra e Jesus na causa (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Isaias, além de José e outros “*presos da obra*”, confirma que “*se Jesus não tivesse aqui, ele não ia liderar nem a cela dele. Então, é mais Jesus na causa [...] não porque ele persuadia as pessoas, mas sim pela palavra e Jesus na causa*”. Certa vez, no meu primeiro trabalho de campo na CPP II, no dia 26 de setembro de 2011, na situação de despedida, no limiar da grade que separa a Rua A do corredor de saída, o irmão Davi contou-me que todo o PR apenas funciona porque “*deus está no controle*”. E prosseguiu: “*sem ele nada disso estava acontecendo aqui*”. E acrescentou, “*tudo é por amor a Deus e por amor ao próximo*”.

Essa visão não é geral no interior da CPPL II, mas é compartilhada pelos presos que trabalham na obra, que dependem das relações estabelecidas entre o pastor Eli e a diretoria, que vem nessa interação uma oportunidade para obtenção de privilégios e garantia de uma prisão mais segura.

**PARTE V – “SEM DERRAMAMENTO DE SANGUE
NA PRISÃO”**

I – “VACILOS”, PUNIÇÕES & “FORMAÇÃO”

Segundo os presos da CPPL II, há, no interior das prisões cearenses, dois tipos específicos de “vacilo”, isto é, transgressão a regra, quais sejam, “o vacilo de morte” e “o vacilo de 1000°”.

“O vacilo de 1000°”, no qual o transgressor é violentado fisicamente (por usar, por exemplo, algum item do companheiro de cela sem a devida permissão), é um “vacilo” pago, não raro, com as mãos esmagadas por uma “barra de ferro”. “O rato de cela”, que furtou um pertence de outro preso, também é punido dessa forma. Segundo Manoel, todo “vacilo” é possível de morte, contudo,

Quando não mata, eles têm uma barra de ferro que tem a grossura desse objeto aqui (direciona o dedo indicador ao gravador), dessa grossura aqui de largura, desse tamanho aqui mais ou menos (1 metro), uma barra de ferro, aí eles botam a mão do cara assim (acredito que em alguma base de concreto) e quebram (Entrevista concedida no dia 10 de junho de 2013).

Há também “o vacilo de morte”, que é a falta cuja pena é capital; por exemplo, “olhar para a mulher do outro” durante o dia de visita. Esse desvio não inclui somente o direcionamento do olhar, mas também o tocar e o falar: os encarcerados relataram o caso de um interno que atribuiu valores escusos a todas as mulheres do bairro Bom Jardim sem saber que em sua cela tinha presos que eram habitantes desta comunidade. Manoel continua sua descrição sobre “os vacilos” e as punições:

Aí se for uma coisa mais grave como eles chamam na cadeia, tipo tu tá preso e tem tua esposa, aí outro preso dá um jeito e consegue o número da tua esposa e começa a xavecar tua esposa e consegue mesmo entrar na mente da tua esposa, e a esposa vem ver o cara no lugar do marido dela. Toma a mulher. Aí lá eles chamam de boca de prata. Boca de prata é o cara que toma a mulher do outro. Acontece demais. Quando os caras descobrem, aí os caras pegam e matam. Dar em cima de mulher de preso e for descoberto também é grave. Tu não pode olhar pra mulher do preso. Se tu for pego olhando, só olhando a mulher do preso, aí já é um vacilo de sair da rua todo quebrado de barrada de ferro ou morrer.

Em outro universo de pesquisa etnográfica, Biondi (2009, p. 23) expõe:

Raramente um preso conversa com a visita do outro preso. Além de não olhar e não dirigir palavras, existe um cuidado corporal ao lidar com as

visitantes [...] O que, em outro ambiente, pode demonstrar uma falta de respeito, ali era sinal de respeito extremo, pois o que o preso evita era direcionar seus órgãos genitais para a senhora de outro preso. Na impossibilidade de se dispor de costas para a visita de um companheiro, os presos se posicionam de lado. Diálogos só são travados em casos muito específicos, mesmo assim, geralmente, mediados pelo preso que está recebendo a visitante.

Assim, no interior do universo penal, “as senhoras”, como os encarcerados chamam suas esposas, são tratadas como tabu, no interior do cárcere, no qual o olhar, o tocar ou o falar são punidos da forma mais severa possível pela massa de presos.

“O X9”, também denominado de “cagueta”, é perseguido nos corredores prisionais pelo seu caráter desviante. Entre outras punições, “a caguetagem” é passível de ser punida com a pena capital. Segundo Ramalho (1979, p. 49),

Quem “cagueta” estava sempre correndo o risco de ser morto. Na massa, as atitudes tomadas contra o cagueta eram plenamente legitimadas e o preso que “dava uma faca num cagueta”, mesmo sabendo que ia ser punido pelo sistema disciplinar da cadeia, tinha certeza de que seria bem considerado na massa.

Nos corredores da CPPL II, os presos que fazem parte da “obra” são rotulados, pelos encarcerados da “Babilônia”, como possíveis “caguetas”, que delatam o movimento dos presos com a finalidade de angariar confiança e privilégios junto à direção do presídio. Logo, “a rua dos irmãos” é reconhecida como “rua do seguro”, que salva o preso “cagueta”, “boca de prata”, “duzentão”, “rato de cela” etc.

Mas, nem sempre o preso rotulado como “vacilão” errou perante as regras impostas pelo “regime de cadeia”. Os conflitos entre os presos podem culminar em um tipo específico de processo de acusação³⁶ na prisão cujo nome é “*formação*”.

“A formação” é, invariavelmente, apontada pelos presos da CPPL II como uma estratégia de resolução de conflitos entre os encarcerados da “Babilônia” na

³⁶ Becker (2008) nos aconselha a enfatizar os processos de acusação. Isto é, a observar no seio das relações sociais, quem acusa quem? Acusam-no de fazer o quê? Em quais circunstâncias essas acusações são bem sucedidas, no sentido de serem aceitas por outros (pelo menos por alguns outros)?

qual o lado mais forte sempre vence. Vejamos um relato de uma situação social de formação no interior da Rua B:

Aqui dentro da vivência B aconteceu um episódio. O cara usou de má fé, pediu uma oportunidade na rua, na época, o irmão Jonas era o dirigente da rua. O que foi que aconteceu, pediu uma oportunidade na rua, dizendo que ia ficar tranquilo, aí esse rapaz botou duzentas Rupinol (Rivotril) para dentro. E é uma droga que é a pior para mim. A Rupinol é pior que o Crack, porque tipo assim, tu faz algumas coisa, tu mata uma pessoa aqui e amanhã tu não lembra; ela dá tipo uma amnésia, alguns lembram, mas a maioria não lembra não. É uma droga poderosa, você mata uma pessoa, fica valente. Aí o que foi que o cara fez? Botou duzentas Rupinol para dentro. E ele tinha tido uma discussão com outro cara lá. Um rapaz que tinha falado uma besteira lá com a esposa dele: “rapaz, sua esposa é bonita, se eu fosse o marido dela tinha coragem de fazer aquilo e mais coisas com ela”. O cara saiu falando (fermentando) na rua, falando: “rapaz esse bicho aí vacilou com minha esposa, disse que minha esposa era isso era aquilo, era bonita não sei o que e tal”. O apelido do rapaz que vacilou era tubarão. E na hora do culto eu vi aquele negócio no final da rua. “O que tá acontecendo?” “Oh, irmão, tira esse cara da rua porque ele deu um vacilo com minha visita”. Aí eu tiro ele da vivência, mas aí tinha outro cara que tinha uma confusão com esse rapaz que botou a rupinol, e tinha outro lá, que os caras chamam aqui de X9, porque ele tinha falado lá na Rua C que o cara tava com as drogas, que eles chamaram de cagueta. Tipo ele disse que tinha umas drogas lá na rua. Falou pra frente da obra e a frente da obra tirou ele da rua. Aí esse cara ficou chamando ele de cagueta. Eu tirei o cara que tinha mexido com a visita dele, mas eu não sabia que ele tinha confusão com outras pessoas, pegaram um dos rapazes do meu lado, quando eu tentava tirar um vinha outro e dava mais pancada no rapaz. O rapaz ficou logo banhado de sangue. Aí tava eu e José, que o secretário da vivência B, e mais uns dois obreiros lá da Rua, e nós conseguimos tirar o Rafael, que é o que tinha inimidade com o cara que botou a Rupinol. Só que na hora, o cara disse lá: “não, é jogo de visita, mexeu com a visita, é jogo de visita”. Bateram nesse rapaz, e nós conseguimos tirar ele. Eu pedi para o rapaz que tava no portão abrir o portão, e nós conseguimos tirar ele todo sangrando já. Quando eu olho para o meio da vivência, lá no meio da vivência já tinha aquele tumulto de novo. Lá estava o outro rapaz no chão. Aí aqui, não tem aquelas garrafinhas de água mineral, nós colocamos quatro garrafas de um lado, quatro garrafas de outro, enche de areia e faz um peso para fazer exercícios. Aí eles pegaram o peso e tacavam na cabeça do rapaz que abria uns corte assim... Ele passou um bocado de dia na enfermaria... Era o preso que o pessoal chamava de garrafinha. Quanto mais tinha confusão é que nós fomos saber que não tinha nada a ver com visita, o rapaz que tinha mexido com a visita nós tiramos, e os outros dois... Um tinha mexido com o traficante, e o outro tinha caguetado umas drogas lá na rua C. Aí o que aconteceu lá chama-se formação. O cara formou lá disse que era jogo de visita, aí os caras abraçou. Quando mexe com a visita aí a cadeia toda inflama (Isaiás, entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Na verdade, “a formação”, como empreendimento acusatório é uma estratégia do traficante para ver-se livre dos seus inimigos. Por meio do *crack*, ele (traficante) exerce profunda influência sobre a vida dos presos e decide quem morre ou não na prisão³⁷. A respeito do *crack*, Isaías comenta,

É uma droga perigosa, que se o cara tiver poder sobre ela, ele comanda uma rua dessas numa facilidade tão grande. 50% é usuário do crack, cara. Então, para segurar uma rua dessas sem ter crack, sem ter faca, sem ter droga, só Jesus mesmo na causa (Entrevista concedida no dia 12 de dezembro de 2012).

Em uma situação de conversação, ouvi a seguinte declaração de Zaquel: “é irmão, aqui na cadeia quem manda é o crack... com 10g dá pra matar quem quiser na prisão. Sabe quanto custa 10g? Duzentos reais... Não tem lei pra preso não, quem manda é o crack [...]”. Sobre o *crack* nas prisões, João comenta:

Então, é o tipo da coisa, hoje em dia, está complicado para a pessoa viver no sistema prisional numa rua que se diz ser babilônia, porque quem manda na cadeia é quem tem dinheiro e comanda a venda do *crack* na cadeia. Se esse cara não for com sua cara e ele disser que você olhou para a mulher dele, aqueles caras que usam droga, que dependem da droga, todos vão acatar o que ele diz.

Além de um produto rentável financeiramente, o *crack* é uma espécie de trunfo nas mãos do traficante, que o utiliza para influenciar as ações dos viciados contra seus inimigos ou concorrentes no interior da “Babilônia”.

Além da história do “nóia” (viciado) que saldou sua dívida com o corpo da sua própria “senhora”, satisfazendo sexualmente o traficante, há outro caso muito intrigante que ouvi sobre o *crack*, na CPPL II. Foi do viciado que ligou à mãe, avisando-a que o traficante da cadeia iria matá-lo caso a “dívida de droga” que ele tinha não fosse paga. A mãe desesperada, temendo a morte do filho, vende tudo que tem para saldar o débito. Dinheiro em mãos, o filho gasta-o com mais “pedras”

³⁷ O *crack* é presença marcante na CPPL II. Não somente nela, mas em todas as prisões brasileiras, ele é usado continuamente por boa parte dos internos, que geralmente se viciam atrás das grades. Essa constatação foi efetuada por Jonas no seguinte registro: “[...] o *crack* é responsável pela destruição de muitas famílias lá fora e dentro da cadeia”. O transporte do *crack*, segundo os presos, é realizado pela visita e viabilizado pelos agentes carcerários, que recebem uma parcela para “fechar os olhos” diante da revista. Mas não são todas as visitas que passam livremente neste procedimento. Ouvi diversas histórias sobre mães ou “senhoras” que caíram na revista e estão presas no Instituto Penal Feminino (IPF).

(agora, compradas em outra *“fonte”*, do traficante concorrente) e não liquida sua dívida anterior. A morte, desde então, era sua única certeza.

Portanto, os esforços contínuos dos *“obreiros”*, no controle da Rua A, visam evitar não somente o contato poluidor entre os presos que estão *“na obra”* e os encarcerados que estão na *“Babilônia”*, mas também a entrada do *crack*, que é, segundo os presos, uma droga que *“veio para matar mesmo, para destruir o mundo inteiro”*.

II – “NA TRANCA”

O controle, na “*Rua dos irmãos*”, é estabelecido por uma ampla divisão do “trabalho religioso”³⁸ entre “os obreiros”. As funções dispostas hierarquicamente vão do “*pastor geral*” ao “*diretor da disciplina*”, do “*co-pastor*” ao “*dirigente de interseção oficial*”, do “*pastor das vivências*” ao “*auxiliar*”, do “*presbítero*” ao “*diácono*”. “O *pastor das vivências*”, por exemplo, controla, em dias de visitas, a entrada e a saída de uma rua a outra pelos presos. Cito uma passagem do meu diário de campo que representa com mais autenticidade a experiência de controle na “*rua dos irmãos*”, na CPPL II:

Enquanto Josué – interno integrante do Projeto e interlocutor chave dessa pesquisa – e eu passávamos com liberdade por todos os portões que separavam as “ruas”, observei uma situação na qual um jovem interno aguarda a permissão do “pastor da vivência” para ultrapassar o portão. O pastor responde negativamente e explica: “*se eu deixar você passar, outros vão querer passar também*”; e o jovem retrocede ao seu lugar de origem com uma expressão de insatisfação (Registrado no dia 06 de maio de 2012).

Dessa forma, essa divisão do trabalhado entre “os obreiros” faz com que haja um “olhar hierárquico” – “um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam” (Foucault, 2012, p. 143) – sobre si mesmo e sobre os outros³⁹.

Na CPPL II, o poder disciplinar característicos das instituições penais é deslocado aos “*irmãos da obra*”, que orientam a conduta de vida dos presos através da “*doutrina*” do Projeto Renascer. Assim, o PR funciona como um braço informal da

³⁸ Segundo Bourdieu, “o trabalho religioso realizado pelos produtores e porta-vozes especializados, investidos do poder, institucional ou não, de responder por meio de um tipo determinado de prática ou discurso a uma categoria particular de necessidades próprias a certos grupos sociais” (BOURDIEU, 2009, p. 32-3).

³⁹ Trata-se de um microfísica do poder que desloca à função do Estado como centro de ressonância do poder. A instituição estatal terá seu papel redimensionado, perdendo, assim, seu lugar de núcleo controlador das relações sociais, ao passo que, “entre cada ponto do corpo social, entre homem e mulher, entre membros de uma família, [...] entre cada um que sabe e cada um que não sabe [da existência de] relações de poder” (FOUCAULT *apud* MAIA, 1995, p. 88).

direção do presídio. Um comando paralelo, mas que, na verdade, não é paralelo, é subsidiado ao comando do diretor.

“Os *obreiros*”, então, desenvolvem um contínuo estado de vigilância entre si e os outros presos, que optaram pelo encarceramento na Rua A. Conforme constatei em campo, “os *irmãos da obra*” estão em profundo movimento de vigília no sentido de encontrar algo que distorça as regras de orientação da vida postas pela “*doutrina*”.

No tópico anterior, transcrevi os relatos dos presos que foram encarcerados em outras prisões cearenses e afirmaram que o “*vacilo de morte*” é liquidado com a pena capital, e o “*vacilo de 1000°*” é pago com agressões físicas. Já na CPPL II, “o *vacilão*” é rapidamente disciplinado ou transferido de presídio. A violência física, instigada outrora em ocasiões de desvio, agora, é negada a favor de uma punição pacífica, “*sem derramamento de sangue*”.

Dessa forma, o interno que não se adéqua à doutrina, após três chamadas de atenção, é conduzido à “*tranca*”, dispositivo de controle também dominado de Regime Disciplinar Diferenciado (doravante, RDD). Instituído em 2003, através de alterações na *Lei de Execuções Penais*, o RDD é um modo de separar os criminosos de alto risco ligados às grandes facções do crime organizado, conforme explica Dias (2009).

No entanto, no espaço da CPPL II, “os *obreiros*” promoveram um deslocamento prático e simbólico em que o RDD constitui-se como um espaço de separação no qual os integrantes indisciplinados permanecem em celas isoladas. Este afastamento é parcial, pois os demais presos têm livre acesso ao espaço em que aqueles se encontram. Neste espaço, os internos que não respeitaram as regras são orientados pelos “*obreiros*” a agirem de forma que não as desrespeitem mais; a orientação é dirigida pela leitura da Bíblia e por orações.

Antes da resignificação e do novo uso da “*tranca*” pelos “*irmãos da obra*”, ela é empregada, pela administração da CPPL, como uma “*solitária*”, que puni presos revoltosos. Ela também constitui um espaço de segregação do preso “*espirrado*” pelos companheiros da “*Babilônia*”. Neste caso, “a *tranca*” não constitui

“o seguro”, pois este é um sítio de encarceramento permanente e aquela é um local de separação temporário. Geralmente, os cativos vão à tranca por causa de brigas e discussões. Ela é descrita, entre os presos, como um lugar escuro e sujo. O preso neste sítio tem acesso limitado à água e não recebe visita. Inúmeras vezes, ouvi gritos ensurdecedores oriundos da “tranca”. E indagava, assustado, “o que é isso?” “É lá na tranca”, respondiam meus interlocutores. Os presos trancafiados “na tranca” costumam bater com objetos variados nas grades com intuito de chamar à atenção da administração.

No caso da Rua dos irmãos, os internos que não se adéquam às regras da “doutrina”, após três chamadas de atenção, vão para a “correção”, “na tranca”. Trata-se de uma “sala de disciplinamento”, segundos “os obreiros”, que isola o interno rebelde, ao passo que o orienta, através dos “obreiros”, a agir de forma correta na Rua A.

Nesse sentido, de acordo com a noção de poder disciplinar de Foucault (2008)⁴⁰, “a tranca” funciona como uma fórmula geral de dominação que permite o controle minucioso das operações do corpo, que realiza a sujeição constante de suas forças e impõe uma relação de docilidade-utilidade (FOUCAULT, 2008, p. 118); ou seja, “a tranca” é um mecanismo que faz frente a uma urgência de obter um efeito de controle mais ou menos imediato sobre os corpos dos internos, transformando-os em corpos dóceis – que seguem as regras sem questioná-las – e produtivos – que trabalham para manutenção do poder exercido pela “obra” do Projeto.

⁴⁰ Em *Vigiar e punir* (2012), Foucault observa que, a partir do fim do século XVIII e no início do século XIX, desenvolve-se e estrutura-se uma nova tecnologia de aproveitamento e utilização da força dos corpos. As disciplinas passam a ser utilizadas maciçamente. Instituições fundamentais ao funcionamento da sociedade industrial capitalista – tais como fábricas, escolas, hospitais, hospícios, prisões etc. – estruturam-se e têm como lógica de funcionamento as técnicas e táticas provenientes deste processo de disciplinarização. Nas palavras de Foucault, “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma “aptidão”, uma “capacidade”, que ele procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeito” (Foucault, 2008, p. 119).

Dessa forma, os internos, que integram o Projeto Renascer, empreendem um trabalho cotidiano sobre si, sobre os outros e sobre seu entorno. Os corpos dos internos da CPPL II são moldados, submetidos a certas rotinas, tornando-os maleáveis e, assim, transformando-os segundo determinados mecanismos e esforços. A docilidade e a sujeição, produzida a partir da tomada do poder sobre os corpos, podem ser o resultado de certas formas de cuidado de si (Foucault, 2006), um “modo de encarar as coisas, de estar no mundo, de praticar ações, de ter relações com o outro”, mas que, também, podem ser “ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transfiguramos” (Foucault, 2006, p. 14). Enfim, são maneiras por meio das quais o sujeito se relaciona consigo mesmo e torna possível a relação com o outro.

Em outro momento deste texto é perceptível que tanto a diretoria do presídio quanto os internos (não membros do Projeto) ressaltaram as ameaças que os presos que optaram pela “*Rua dos irmãos*” sofrem por parte dos “*obreiros*”. O anúncio de uma possível transferência às “*Ruas da Babilônia*” é motivo para abrandar emoções e ações não permitidas. Contudo, segundo “*os irmãos*”, tudo é resolvido no diálogo. Existe uma espécie de disciplinamento para os indivíduos faltosos, que persistem no erro. Esses errantes passam pelo dispositivo da “*tranca*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos capítulos anteriores foi efetuado um estudo etnográfico sobre as relações entre presos evangélicos e não-evangélico a partir do trabalho de campo realizado na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto (CPPL II), mais especificamente na Vivência A, reconhecida, entre os cativos dessa instituição, como “*Rua dos irmãos*” (ou “*Rua da obra*”)

Nos quase três anos de pesquisa, busquei analisar a estrutura social no interior desse universo, observando as pessoas em ação, mesmo sabendo das complicações inerentes a uma pesquisa cujo campo é uma “instituição total”, quais sejam, a superação dos medos do próprio pesquisador em interagir com pessoas rotuladas de “perigosas” e a impossibilidade da naturalização da minha presença por parte dos cativos. Dessa forma, durante minhas observações, os ditos raramente foram visualizados em feitos. Contudo, sabendo dessa deficiência, desenvolvi, durante o trabalho, uma sensibilidade para visualizar expressões e gestos, além de observar as situações de interação entre os presos – aquilo que Goffman (1985) chama de expressões emitidas⁴¹.

Por exemplo, nunca presenciei uma chamada de atenção dos “*obreiros*” em relação a um transgressor da “*doutrina*”. Todavia, observei presos demonstrando, através do corpo, respeito e temor ao Pastor Eli e aos “*obreiros*” e ódio e insatisfação por estarem na “*tranca*”. Além disso, observei “*obreiros*” aplicando ordens que eram desempenhadas rapidamente por seus subordinados.

Portanto, percebi que a dominação da “*obra*” é um exercício de poder minucioso e contínuo sobre o cotidiano dos presos que aceitaram as regras da “*doutrina*”. Não é, pura e simplesmente, imposição da vontade de uns sobre os outros, mas uma relação competitiva entre as vontades. Quem tem poder, no caso, “*a obra*”, faz valer a sua vontade sobre os internos, ao passo que estes garantem um

⁴¹ Segundo Goffman (1985, p. 12), “a expressividade do indivíduo (e, portanto, sua capacidade de dar impressão) parece envolver duas espécies radicalmente diferentes de atividades significativas: a expressão que ele transmite e a expressão que emite: A primeira abrange os símbolos verbais, ou seus substitutos, que ele usa propositadamente e tão só para veicular informação que ele e os outros sabem estar ligadas a esses símbolos. Essa é a comunicação no sentido tradicional e estrito. A segunda inclui uma ampla gama de ações, que os outros podem considerar sintomáticas do ator, deduzindo-se que a ação foi levada a efeito por outras razões diferentes da informação assim transmitida”.

espaço pacífico no interior do universo prisional. Assim, o processo de dominação é a capacidade de impor obediência e aceitação de certa orientação da conduta de vida, que são as margens de ação e as capacidades de atribuir sentido à ação praticada.

Num espaço social marcado pela instabilidade constante no qual não há como prever as ações individuais, observei que o controle das emoções (e conseqüentemente das ações) individuais por parte “*da obra*”, garantia, para os presos, um espaço pacífico, distante da violência prisional.

A suposta paz, garantida pelos “*obreiros*”, faz com que os presos deem um voto de confiança na forma como “*a obra*” conduz a vida no interior do universo prisional. Dessa forma, a Rua A, “*a Rua dos irmãos*”, remanescente do Projeto Renascer, funciona como uma espécie de “*seguro*” no interior da Casa de Privação.

No mais, neste produto há uma ausência, certamente notada pelo leitor atento. Fatores diversos, citados no decorrer da dissertação, impediram meu aprofundamento na questão a seguir: a “*Babilônia*”, representada pelos seus encarcerados, me foi vetada desde meus primeiros passos. Nem a diretoria nem os presos garantiriam minha segurança nesse sítio. Fica o anseio, em pesquisas futuras, na busca pelo conhecer, com mais intimidade, “*o regime de cadeia*”, que conduz a vida cotidiana dos presos; principalmente as redes de relações de poder entre os chefes do tráfico, que estão no comando, e o restante da massa carcerária.

Essa franqueza expressa o quanto a prisão é um espaço social complexo. À medida que percorri seus corredores e celas, mais confusos os dados ficavam em minhas mãos. Foi necessário um árduo trabalho analítico para destrinchar os elementos colhidos neste espaço repleto de significados.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Sérgio. A prisão sob a ótica de seus protagonistas: itinerários de uma pesquisa. **Tempo Social**, USP, vol 1 (1),1991.

ANDRADE, Eliakim. **Entre a “Casa do Senhor” e o “Mundo”**: uma investigação etnográfica em uma igreja pentecostal. Monografia de Graduação. Fortaleza: UFC, 2011.

BARREIRA, César. **Crimes por encomenda**: violência no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BEAUD, Stéphane. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEGER, Peter: **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BERREMAN, Gerald. Por detrás de muitas máscaras. In.ZALUAR, Alba G. **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1990.

BICCA, Alessandro. A honra na relação entre detentos crentes e não-crentes. Debates do NER, Porto Alegre, a. 6, n. 8, 2005.

BIONDI, Karina. A ética evangélica e o espírito do crime. Trabalho apresentado na **26ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008.

_____. **Junto e misturado**: imanência e transcendência no PCC. Dissertação de Mestrado. São Carlos: UFSCar, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Gênero e estrutura do campo religioso. In. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____, Pierre. Sobre o poder simbólico. In. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRETAS, Marcos et al. Introdução: história e historiografia das prisões. In. (org.) MAIA, Clarissa Nunes et al. **História das prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

CAMPOS, Leonildo S. **As origens norte-americanas do pentecostalismo brasileiro**: observações sobre uma relação ainda pouco avaliada. In: *Revista USP*, São Paulo, n. 67, pp. 100-115, setembro/novembro 2005.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer, v. 1. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

COELHO, Eliana. **Chamadas do por Deus**: características do pastoreado feminino na cidade de Fortaleza. Qualificação de Mestrado, UFC, 2014.

CÔRTEZ, Mariana. **O bandido que virou pregador**: a conversão de criminosos ao pentecostalismo e suas carreiras de pregadores. São Paulo: Aderaldo & Rothschild; Anpocs, 2007.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DIAS, Camila. **Evangélicos no cárcere**: representação de um papel desacreditado. Debates do NER, Porto Alegre, a. 6, n. 8, 2005.

_____. **A igreja como refúgio e a Bíblia como esconderijo**: religião e violência na prisão. São Paulo: Humanitas, 2008.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **Introdução à sociologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.

HOBBS, T. **Leviatã ou material, forma e poder de um estado eclesiástico**. São Paulo: Abril Cultural, 1974

FABIAN, Johannes. A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação. **Mana** v. 12, n. 2, Rio de Janeiro: 2006.

FERNANDEZ, Cristiane B. **A ação política dos parlamentares pentecostais no Amazonas (1995-1999)**. Dissertação de mestrado em sociologia na Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. In: **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora. V.2/N.1 e 2. Jan/dez, 2008.

FOOTE WHYTE, William. **Sociedade de Esquina [Street Corner Society]: A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Richard. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **História da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRADE, Laura. Quem mandamos para a prisão?: visões do Parlamento brasileiro sobre a criminalidade. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1987

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Relatório Semanal do Efetivo de Presos Existentes nas Unidades Penais do Estado do Ceará:**

<<http://www.sejus.ce.gov.br/index.php/gestao-penitenciaria/39/70>> .

_____. **Secretária da Justiça e da Cidadania:**

<<http://www.sejus.ce.gov.br/>>.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE. **As estruturas elementares do parentesco**.

Petrópolis: Vozes, 1982.

LOBO, Edileuza S. Católicos e evangélicos em prisões do Rio de Janeiro. **Comunicações do ISER n. 61 - Religiões e Prisões**, 2005.

_____. Ovelhas aprisionadas: a conversão religiosa e o “rebanho do Senhor” nas prisões. **Debates do NER**, Porto Alegre, a. 6, n. 8, 2005.

MAFRA, Clara. **Os evangélicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MAIA, Clarissa N. et al. (org.). **História das prisões no Brasil, volume 1**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

_____. **História das prisões no Brasil, volume 2**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MARQUES, A. **Crime, proceder, convívio-seguro**: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação de mestrado. São Carlos, SP: UFSCar, 2009.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MERTON, Robert K. **Sociologia**: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

NOVAES, Regina R. Apresentação. **Comunicações do ISER n. 61 - Religiões e Prisões**, 2005.

OLIVEIRA, Roberto C. **O trabalho antropológico**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PRIEN, Hans J. **La historia del Cristianismo em America Latina**. Ed. Sinodal-Sigueme, 1985.

PROJETO RENASCER. **CPPL II**: <<http://renascer-paz.com.br/index.php>>.

QUIROGA, Ana Maria. Religiões e prisões no Rio de Janeiro: presença e significados. **Comunicações do ISER n. 61 - Religiões e Prisões**, s/d, p. 13-21.

RABINOW, Paul. **Antropologia da razão**: ensaios de Paul Rabinow. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RAMALHO, José R. **Mundo do crime**: a ordem pelo avesso. Rio de Janeiro: Biblioteca de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org – 2008.

RIFIOTIS, Theophilos. DASSI, Tatiana. VIEIRA, Danielli. Vivendo no “veneno”: ensaio sobre regimes de moralidade entre “adolescentes em conflito com a lei” cumprindo medida socioeducativa em Santa Catarina. In: **Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS**. 2010.

RODRIGUES, Gilse. Transgressão, controle social e religião: um estudo antropológico sobre práticas religiosas na Penitenciária Feminina do Estado do Rio Grande do Sul. *Debates do NER*, Porto Alegre, a. 6, n. 8, 2005.

SÁ, Leonardo. **Revolta na sociedade dos cativos**: as rebeliões no Brasil (1994-1996). Monografia de Graduação. Fortaleza: UFC, 1996.

SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. In. (Org.) FILHO, Manoel, NOBRE, Maria. **Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa**. Salvador/São Cristóvão: EDUFBA/EDUFS, 2009.

SHELIGA, Eva. “Sob a proteção da Bíblia”? A conversão ao pentecostalismo em unidades penais paranaenses. *Debates do NER*, Porto Alegre, a. 6, n. 8, 2005.

SYKES, Gresham. **The society of captives**: a study of a maximum security prison. Princeton: Princeton University Press, 1974.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

WRIGHT MILL, C. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARGAS, Laura Ordóñez. Religiosidade: poder de sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. *Debates do NER*, Porto Alegre, a. 6, n. 8, 2005.

_____. Religiosidade: mecanismos de sobrevivência na Penitenciária Feminina do Distrito Federal. **Comunicações do ISER n. 61 - Religiões e Prisões**, 2005.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. O Nativo relativo. **Mana**, v. 8, n. 1, Rio de Janeiro: 2002.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.